

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós- Graduação em Educação

Josester Teixeira de Sousa

**OS EFEITOS DO FUNDEB E DOS FATORES INTERNOS E EXTERNOS SOBRE O
IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL I DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE
CARATINGA/MG ENTRE 2007 E 2017**

Diamantina - MG

2020

Josester Teixeira de Sousa

**OS EFEITOS DO FUNDEB E DOS FATORES INTERNOS E EXTERNOS SOBRE O
IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL I DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE
CARATINGA/MG ENTRE 2007 E 2017**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, na linha de pesquisa “Gestão de Instituições Educacionais”, como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. *Msc.* Simão Pereira da Silva.

Diamantina – MG

2020

Ficha Catalográfica
Preparada pelo Serviço de Biblioteca da UFVJM
Bibliotecário responsável: Gilson Rodrigues Horta – CRB6 nº 3104

S725e Sousa, Josester Teixeira de.
2020 Os efeitos do FUNDEB e dos fatores internos e externos sobre o IDEB do Ensino Fundamental I das escolas públicas municipais de Caratinga/MG entre 2007 e 2017. / Josester Teixeira de Sousa. Diamantina, 2020.
 139 p. ; il.

 Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

 Orientador: Prof. MSc. Simão Pereira da Silva.

 1. IDEB. 2. FUNDEB. 3. Qualidade da educação básica. 4. Fatores internos e externos. I. Título.

CDD: 379



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

JOSESTER TEIXEIRA DE SOUSA

**OS EFEITOS DO FUNDEB E DOS FATORES INTERNOS E EXTERNOS SOBRE O IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL
I DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE CARATINGA/MG ENTRE 2007 E 2017**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação **EDUCAÇÃO** da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, **nível de Mestrado**, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em EDUCAÇÃO**

Orientador: **Prof. M. Sc. Simão Pereira da Silva**

Data de aprovação 08/12/2020.

Prof. M. Sc. Luiz Henrique Aparecido Silvestre (PPGED/UFVJM)

Prof. Dra. Niusarte Virginia Pinheiro (DCEX/UFVJM)

Prof. Prof. Dr. Cezar Luiz de Mari (PPGE/DED/UFV)



Documento assinado eletronicamente por **Simão Pereira da Silva, Servidor**, em 14/12/2020, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Aparecido Silvestre, Servidor**, em 14/12/2020, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Niusarte Virginia Pinheiro, Servidor**, em 20/12/2020, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

15/02/2021

SEI/UFVJM - 0241419 - Pós-graduação: Folha de aprovação



18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0241419** e o código CRC **8FE785F6**.

Referência: Processo nº 23708.001441/2020-19

SEI nº 0241419

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos pais José Teixeira de Sousa e Ester Teixeira de Sousa, aos meus irmãos Elizabeth Aparecida Teixeira, Mário César Teixeira (*in memoriam*), Maurício José Alves, Wilson José Teixeira e Lecimar Teixeira, aos meus sobrinhos e em especial à minha amada esposa Juliana Ferraz pela doce e amável companhia nos momentos mais desafiadores desta jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus toda minha gratidão, louvor e adoração. A Ele que é o motivo da minha existência, que esteve ao meu lado durante essa longa jornada, dando-me força e coragem para não desistir. Sem Ele não teria chegado até aqui. A Ti devolvo toda a honra e toda a glória por essa vitória!

Aos colegas e amigos do mestrado por compartilhar suas experiências dentro e fora de sala, pelas contribuições nas discussões em mesas redondas, guardarei vocês sempre em minha memória.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri na pessoa de seu Pró-reitor, diretores, coordenadores de cursos, coordenadores de programas de mestrado e doutorado em especial ao Prof. Dr. Sandro Vinicius Sales dos Santos pela atenção.

A todos os demais funcionários desta prestigiada instituição pela dedicação. Obrigado por aceitarem transformar a realidade educacional dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do restante do Brasil.

Aos estimados professores do Programa do Mestrado Profissional em Educação que tanto agregaram por meio dos ensinamentos partilhados, das vivências, dos conhecimentos e da humildade na ministração das aulas e aos examinadores presentes nas bancas de seminário, qualificação e defesa pelas preciosas contribuições em especial ao Prof. Dr. Cesar de Mari, à Profa. Dra. Niusarte Virgínia Pinheiro e ao Prof. *Msc.* Luiz Henrique Silvestre.

Ao meu estimado orientador Prof. *Msc.* Simão Pereira da Silva por todo o profissionalismo, zelo, empenho, dedicação, exemplo e disponibilidade em tempo e em fora de tempo, muitíssimo obrigado!

Às Faculdades Doctum de Caratinga pelo apoio e incentivo na pessoa de seu Presidente e vice-presidente professores Cláudio Azevedo de Almeida Leitão e Pedro Azevedo de Almeida Leitão. A diretoria, coordenação acadêmica e coordenadores de curso, muito obrigado pela liberação para este importante momento da minha carreira enquanto docente.

Aos alunos dos cursos de Administração e Contábeis pela compreensão da minha ausência.

E aos amigos e familiares pelo apoio e incentivos incondicionais.

EPÍGRAFE

“É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade.” (Immanuel Kant).

RESUMO

Este estudo teve como objetivo verificar a correlação entre o Fundeb e os fatores internos e externos às escolas sobre o Ideb do Ensino Fundamental I das 13 escolas públicas municipais de Caratinga/MG no período de 2007 a 2017. Para tanto foi utilizada a técnica de dados em painel com efeitos fixos. Pelos resultados foi possível perceber que das variáveis estudadas, o Fundeb foi a que obteve o maior grau de significância para fins de projeções sobre a qualidade da educação básica, seguido pelo PIB *per capita* e pelo IDHM. As variáveis internas (professores com ensino superior, regularidade docente e indicador de infraestrutura) da escola apresentaram baixa correlação com o Ideb. Foi possível perceber que ocorreram progressos na qualidade do Ensino Fundamental I ofertado no município de Caratinga/MG em decorrência dos recursos provenientes do Fundeb associado ao bom IDHM que o município apresentou, mas há necessidade de esforços e novas pesquisas para entender com mais profundidade como outros fatores podem interferir no resultado do Ideb dos alunos do quinto ano do ensino fundamental e por quais motivos algumas escolas ainda não conseguiram atingir a meta educacional proposta pelo Plano de Desenvolvimento da Educação

Palavras chave: Ideb. Fundeb. Qualidade da educação básica. Fatores internos e externos.

ABSTRACT

This study aimed to verify the correlation between Fundeb and the factors internal and external to schools on the Ideb of elementary education I of the 13 municipal public schools of Caratinga/MG in the period from 2007 to 2017. For this purpose, the panel data technique was used with fixed effects. From the results, it was possible to see that of the variables studied, Fundeb was the one that obtained the highest degree of significance for the purpose of projections on the quality of basic education, followed by GDP per capita and MHDI. The internal variables (teachers with higher education, regular teaching and infrastructure indicator) of the school showed a low correlation with the Ideb. It was possible to perceive that progress has been made in the quality of elementary education I offered in the municipality of Caratinga /MG due to the resources coming from Fundeb associated with the good MHDI that the municipality presented, but there is a need for efforts and new research to understand more in depth how others factors may interfere with the Ideb result of students in the fifth year of elementary school and for what reasons some schools have not yet achieved the educational goal proposed by the Education Development Plan.

Keywords: Ideb. Fundeb. Quality of basic education. Internal and external factors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do IDHM e seus subíndices - Brasil (2012-2017)	62
Figura 2 - Evolução do investimento público total em educação e metas projetadas para 2024 segundo PNE (2014).....	63
Figura 3 - Variáveis utilizadas no modelo de regressão linear com dados em painel.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ideb – Resultados e Metas (Brasil).....	46
Tabela 2 - Comparação entre resultados do Ideb e os investimentos do Fundeb por estados em 2017	47
Tabela 3 - Percentual do PIB utilizado em gastos públicos em educação.....	64
Tabela 4 - Valor Fundeb em MG e valor aluno/ano.....	78
Tabela 5 -Valores de PIB per capita e IDHM por ano	78
Tabela 6 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Bezerra de Menezes (dados brutos)	79
Tabela 7 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo (Dados brutos).....	81
Tabela 8 - Variáveis internas externas da Escola Municipal Padre Antônio de Carvalho (dados brutos) (continua)	82
Tabela 9 - Variáveis internas e externas do Pré-Escolar Municipal Geraldo Marques Cavidades (Dados brutos)	84
Tabela 10 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Sebastião Clemente Vieira (Dados brutos)	85
Tabela 11 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Doutor Maninho Unidade I (Dados brutos)	87
Tabela 12 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Crispim de Aquino (Dados brutos)	88
Tabela 13 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Dona Glorinha Rocha Abelha (Dados brutos)	89
Tabela 14 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Sebastião dos Santos Rosa Unidade I (Dados brutos)	90
Tabela 15 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Professora Conceição Martins da Silva Unidade I (Dados brutos)	92

Tabela 16 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Professora Maria do Carmo Ribeiro (Dados brutos)	93
Tabela 17 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Barquinho Amarelo Unidade I (Dados brutos)	94
Tabela 18 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Luiz Antônio Bastos (Dados brutos).....	95
Tabela 19 - Estatística descritiva com efeitos fixos	98
Tabela 20 - Matriz de correlação com efeitos fixos	100
Tabela 21 - Resultados dos dados em painel com efeitos fixos	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Metas do PNE 2014-2024.....	27
Quadro 2 - Distribuição da competência das modalidades de ensino por ente federado	29
Quadro 3 – Fontes de recursos para formação do Fundeb (continua)	35
Quadro 4 – Fontes de recursos para formação do Fundeb – Participação (continua)	36
Quadro 5 – Evolução das Ponderações do Fundeb 2010 a 2019	37
Quadro 6 – Variáveis de cálculo do IDHM.....	61
Quadro 7 - Definição de linhas de ação e áreas de intervenção para a educação de qualidade	69
Quadro 8 – Variáveis do modelo referentes aos anos de 2007 a 2017	75
Quadro 9 - Espaços de aprendizagem e equipamentos.....	76
Quadro 10: Notas explicativas dados em painel efeitos fixos referente às Tabelas 20 e 21	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

CNM – Confederação Nacional dos Municípios

DATASUS- Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPE – Fundo de Participação do Estado

FPM- Fundo de Participação dos Municípios

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.

Fundef – Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPI- Exp. – Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exportações

IPTU – Imposto sobre Propriedade Territorial

IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos

ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa *Mortis* e Doações

ITR – Imposto Territorial Rural

LC – Lei Complementar

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC- Ministério da Educação

MQO- *Pooled* – Mínimos Quadrados Ordinários Empilhados

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PIB *Per capita*- Produto Interno Bruto *Per capita*

PIB- Produto Interno Bruto

Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNLD- Programa Nacional do Livro Didático

PNSE – Programa Nacional de Saúde Escolar

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REDALYC – Red de Revistas Científicas de América Latina Y el Caribe, España y Portugal

Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica

Scielo – Scientific Electronic Library Online

SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

TCE- MG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE SÍMBOLOS

Log Logaritmo

β Beta

ε Erro

© *Copyright*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 Justificativa	22
1.2 Objetivo geral.....	24
1.3 Objetivos específicos	24
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.2 O Fundeb como instrumento de financiamento da educação básica no Brasil	31
2.3 Qualidade da educação e o ideb	40
2.4 Fatores internos e externos que impactam na qualidade da educação.....	50
<i>2.4.1 Regularidade docente</i>	<i>55</i>
<i>2.4.2 Professores com ensino superior.....</i>	<i>56</i>
<i>2.4.3 A infraestrutura escolar.....</i>	<i>58</i>
<i>2.4.4 O Produto Interno Bruto per capita e o IDHM.....</i>	<i>59</i>
2.5 Estudos internacionais sobre a qualidade na educação e seus determinantes internos e externos.....	65
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	70
3.1 Quanto aos meios	70
3.2 Quanto aos fins.....	71
3.3 Cenário e objeto da pesquisa	71
3.4 Coleta e tratamento de dados	71
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	77
4.1 Apresentação dos dados referentes as variáveis externas e internas	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
6 REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICE A – PORTARIAS INTERMINISTERIAIS – VALOR ANUAL POR ALUNO ESTIMADO 2007 A 2017	123
APÊNDICE B – ANÁLISE DE NOTAS DO IDEB EM CARATINGA PERÍODO ENTRE 2007 A 2017 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARATINGA	129

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais conquistas que a Constituição Federal de 1988 trouxe para os brasileiros foi o reconhecimento da educação como um direito social. Isso significa dizer que a educação passou a ser reconhecida como um bem público, um direito básico e universal dos cidadãos, sendo essa um dever não somente do Estado, mas também da família, objetivando garantir o pleno desenvolvimento e dignidade da pessoa humana tanto para o mercado de trabalho como para a cidadania.

Os cidadãos esperam que a formação oferecida aos indivíduos por meio do Estado seja capaz de fazê-los evoluir, potencializar suas capacidades, emancipar, qualificar e fazer com que desenvolvam a criticidade, a liberdade e a autonomia. Desta forma, a educação deve ser acessível e de qualidade para todos os cidadãos, possibilitando o desenvolvimento de múltiplas habilidades que contribuirão para sua inserção em um mundo dinâmico e em constante mudança.

O dever do Estado em oferecer condições para que o indivíduo possa ter acesso à educação se materializa por meio da criação de políticas públicas específicas, que nada mais são do que uma resposta do Estado às necessidades dos seus cidadãos. Essas políticas, no entanto, só podem ser concretizadas por meio da destinação e aplicação de recursos públicos voltados para a área, desta forma, para que o Governo tenha condições de financiar a educação, faz-se necessário a vinculação de determinadas fontes de receitas.

Além de um direito, a educação é também um investimento que o Estado faz em seus cidadãos, que se viabiliza atualmente por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Este fundo de financiamento da educação possui abrangência estadual e cobertura para toda a educação básica, sendo composto pelas seguintes etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, tendo sido criado com o intuito de valorizar os profissionais da educação, tornar a educação básica universal e melhorar sua qualidade.

As discussões que tem surgido após a implementação deste fundo se dão a respeito da efetividade de seus objetivos, ou seja, até que ponto o fundo tem sido um instrumento capaz de mitigar as desigualdades educacionais no Brasil, ampliado a oferta de ensino, melhorado os padrões de funcionamento das escolas e a remuneração dos profissionais da educação, bem como suas condições de trabalho, e de que maneira isto tem refletido no desempenho educacional.

Com o intuito de aferir, monitorar e melhorar a qualidade da educação no Brasil foram concebidos, pelo Ministério da Educação, programas e instrumentos pelo Ministério da Educação como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem como objetivo auxiliar às escolas públicas do país em relação aos seus planejamentos estratégicos para que as mesmas possam investir em qualificação e aumentar a aprendizagem dos estudantes.

Para que fosse possível mensurar e monitorar a qualidade da educação básica, foi criado um índice que combina informações de desempenho em exames como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil com dados sobre o rendimento escolar (taxa de aprovação). Este indicador ficou conhecido como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, e tem por finalidade ser um indicador da qualidade educacional na rede escolar. Por meio deste índice e de outros resultados de avaliações em todos os níveis da educação básica, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) consegue formular e implementar políticas públicas educacionais que visam alcançar a qualidade e equidade do ensino.

A respeito da relação entre investimento e desenvolvimento da educação pública, Favaro & Tumolo (2016) identificaram uma melhora significativa no desenvolvimento da educação pública a partir do momento em que se estabeleceu a vinculação de determinados recursos a esta área, com possibilidade de complementação por parte de União caso não se atinja o repasse mínimo exigido em lei. Essa relação se torna mais evidente quando se observa municípios de menor porte, onde o desenvolvimento da educação está diretamente ligado ao volume de recursos que eles recebem (PERUZZO & NARDI, 2016).

No entanto, ainda que estudos apontem a existência de relação entre investimento e desenvolvimento da educação, outros fatores também devem ser analisados para que seja possível diagnosticar o desempenho escolar de forma mais próxima ao contexto no qual se insere, podendo esses fatores ser compreendidos como internos à escola, pois dizem respeito àquilo que interfere na aprendizagem dos alunos, podendo ser exemplificado como percentual de professores com ensino superior, Índice de regularidade docente, infraestrutura escolar (laboratório de informática e ciências, quadras de esportes, biblioteca, computadores para os alunos, internet e banda larga), e outros fatores externos além do próprio Fundeb, como PIB *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que serão discutidos na última sessão do referencial teórico deste trabalho (CARREIRA & PINTO, 2007; PINTO, 2015; MENDES, 2018).

A ausência de associação de fatores internos e externos à escola com os resultados do Ideb faz com que as análises realizadas a partir dos dados oficiais que são coletados pelo

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) fiquem limitados, uma vez que não se leva em consideração outros elementos que podem ter influência sobre o desempenho dos alunos e consequentemente na qualidade da educação.

Entendendo que os conteúdos ministrados no anos iniciais de formação do indivíduo são essenciais para o desenvolvimento das etapas seguintes, optou-se por analisar os possíveis efeitos que fatores internos e externos podem ter sobre o ensino fundamental I em seus anos iniciais, mais precisamente os alunos do quinto ano, uma vez que esta etapa apresentou, nas últimas avaliações, objetividade sobre o que é um desempenho bom no Ideb, atingindo resultados acima da projeção realizada.

Desta maneira busca-se resposta para o seguinte questionamento: qual a relação entre os valores do Fundeb e fatores internos e externos sobre a qualidade da educação no Ensino Fundamental I medida pelo Ideb do município de Caratinga Minas Gerais? O cenário desta pesquisa possui 13 escolas públicas municipais que ofertam até o quinto ano do ensino fundamental I, e a delimitação temporal será entre os anos de 2007 e 2017.

Esta pesquisa foi estruturada em seis seções, sendo a primeira a introdução subdividindo-se em justificativa e objetivos geral e específicos. Na segunda o referencial teórico que sustentará as análises e discussão dos resultados deste trabalho, subdividido da seguinte maneira: a educação básica como política pública no Brasil, O Fundeb como instrumento de financiamento da educação básica no Brasil, qualidade da educação e o Ideb, e fatores internos e externos que impactam a qualidade da educação se desdobrando em: regularidade docente, professores com ensino superior, a infraestrutura escolar, o produto interno bruto *per capita* e o índice de desenvolvimento humano municipal, além dos estudos internacionais sobre qualidade na educação e seus determinantes internos e externos. A terceira seção descreve a metodologia que foi utilizada para alcançar os objetivos dessa pesquisa, quanto aos meios, aos fins, ao cenário da pesquisa e seu objeto, e como seu a coleta e tratamento dos dados. A quarta seção apresenta a análise e discussão dos resultados, seguido da quinta seção que trata das considerações finais e a sexta e última seção as referências utilizadas neste trabalho.

1.1 Justificativa

A disseminação de informações, acompanhada da adequada e correspondente análise é de elevada importância pois através de ações neste campo, podem-se aferir, com maior e melhor visibilidade, os níveis de desigualdade educacional de uma sociedade. Em síntese, coletar, analisar e disseminar informações em educação são providências essenciais para a

adoção e correção de políticas públicas educacionais, ao passo que, sem o necessário conhecimento destas informações, torna-se desafiador ao Estado e aos gestores escolares intervir de maneira eficaz nas causas dos desajustes e desequilíbrios da educação.

Embora as formas de avaliação utilizadas para se chegar aos resultados do IDEB sejam constantemente contestadas por parte da literatura, este ainda é o único instrumento oficial usado para medir a qualidade da educação no Brasil de forma ampla e, por isto, é utilizado como parâmetro para deliberar sobre a alocação de recursos e assegurar o princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade do ensino.

Visto que se pretendeu tratar a temática do financiamento da educação básica e sua relação com os resultados dos indicadores de avaliação da educação básica (Ideb), se fez necessário pontuar duas premissas. A primeira está relacionada com o senso comum de que a vinculação de mais recursos pode ser traduzida como garantia de uma oferta de educação de qualidade, e a segunda de que a educação recebe o maior percentual constitucional de investimento, sendo no mínimo 25% do orçamento total em sua manutenção e desenvolvimento.

No entanto, pela forma adotada atualmente para o financiamento da educação, municípios menos desenvolvidos economicamente podem apresentar maiores dificuldades em melhorar os indicadores educacionais oficiais, uma vez que recebem menos recursos oriundos de impostos para aplicar na educação (CASTILHO, 2013). Desta forma, tornou-se relevante investigar se os volumes de recursos destinados ao município de Caratinga/MG por meio do Fundeb interferiram no resultado do Ideb obtido pelos alunos do quinto ano do ensino fundamental I entre o período de 2007 a 2017.

Outro ponto que se tornou relevante a ser estudado são os efeitos que os fatores internos e externos à escola podem ter sobre o desempenho dos estudantes, uma vez que o contexto ao qual o aluno está inserido, seja dentro ou fora da escola, pode determinar o sucesso ou fracasso de seu desempenho.

A coleta, tratamento e análise dos dados referentes a este trabalho fornecerão novas informações que possibilitarão a discussão dos resultados encontrados no que se refere à destinação de recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e dos Profissionais da Educação - Fundeb associado a fatores internos e externos, com o intuito de verificar a correlação e seus efeitos sobre os resultados do Ideb dos alunos do quinto ano do ensino fundamental I em Caratinga/MG, com o intuito trazer contribuições que auxiliem gestores escolares e municipais na criação de políticas públicas que visem a manutenção da qualidade do ensino.

No município de Caratinga/MG, não existem estudos realizados, no que diz respeito ao quinto ano do ensino fundamental I com a temática sobre financiamento, os fatores que serão estudados e o Ideb. Assim esta pesquisa não teve a pretensão de inovar nas pesquisas em educação, mas de agregar aos estudos sobre financiamento da educação básica pública e da qualidade educacional com mais profundidade, demonstrando em que medida esses temas influenciaram no desempenho educacional.

A relevância deste estudo pode ser percebida na perspectiva social e acadêmica uma vez que esta pesquisa teve como intuito ser um instrumento que possibilitará discussões em reuniões de gestão educacional do Estado, em reuniões de gestão educacional do município, entre os professores, em congressos educacionais e seminários.

Finalmente, no âmbito pessoal a motivação para esta pesquisa se tornou ainda mais relevante, em virtude das próprias experiências que o autor vivenciou em sua vida escolar neste município, em uma época em que as políticas públicas ainda não estavam consolidadas e pouco se discutia a qualidade da educação no município. São estas experiências adquiridas que sustentaram a convicção do autor sobre a importância de uma escola pública que difunda conhecimento de qualidade para todos os seus cidadãos.

1.2 Objetivo Geral

Verificar a correlação entre o Fundeb, fatores internos e externos sobre o Ideb do Ensino Fundamental I das 13 escolas públicas municipais de Caratinga no período de 2007 a 2017.

1.3 Objetivos Específicos

- Estimar os valores do Fundeb destinados a cada escola municipal;
- Investigar como os valores repassados pelo fundo interferiram sobre os resultados do Ideb.
- Identificar como os fatores internos e externos influenciaram o desempenho dos alunos no Ideb.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho fundamentou-se em proposições acerca da educação básica e as políticas públicas adotadas no Brasil nos últimos anos como o Fundeb, o Ideb, bem como o que a literatura tem discutido como variáveis internas e externas que podem influenciar na qualidade do ensino em âmbito nacional e internacional.

2.1 A educação básica como política pública no Brasil

Antes de adentrar ao conceito de política voltada para o setor educacional no Brasil, torna-se pertinente esclarecer que a razão pela qual se dá a existência do Estado é para que ele possa garantir e viabilizar direitos a ele atribuídos por meio da Constituição Federal tais como moradia, segurança, saúde e educação.

Para que haja viabilização do cumprimento dos preceitos constitucionais apontados, o Estado estabelece políticas públicas, que em sua essência, visam à resolução das distorções decorrentes do sistema capitalista. Dessa maneira, Souza (2006) traz ao bojo da discussão, que a política pública visa identificar e resolver determinado tipo de questão, dando, assim, equidade às camadas sociais de maior vulnerabilidade, principalmente na área educacional.

Neste sentido, Rodrigues (2010, p.47) afirmou que políticas públicas são idealizadas como um “processo composto por um conjunto de atividades [...] que visam atender às demandas e interesses da sociedade”, em consonância com a lei.

Entende-se que políticas públicas signifiquem o total de ações, metas e planos que todas as esferas governamentais vão delinear visando a melhoria social, com isso, aquele que é o responsável por formulá-las tem o compromisso de atender às diversas demandas existentes em toda sociedade, ressaltando-se o interesse público e a maximização do bem-estar de todos (RUA, 1998; SECCHI, 2012; SOUZA, 2006).

No que se refere ao direito à educação, o mesmo ganhou destaque no cenário nacional ao ser descrito pela CF/88 como um direito social de todos e dever do Estado e da família, que deve ser promovido e incentivado em colaboração com a sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Portanto, o texto constitucional passou a assegurar a democratização da educação quando ampliou o acesso à mesma desde a creche até o ensino superior, estabelecendo mecanismos para que todas as pessoas possam exercê-la igualmente.

Além de ser contemplada na Constituição, o direito à educação foi novamente afirmado em uma série de outras leis, sendo a Lei 9.394/96, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LBD), uma das principais que trata do tema, uma vez que foi instituída com o intuito de disciplinar a educação escolar, garantindo alcance dos objetivos ao direito à educação, às iniciativas do poder público e particular, ao financiamento do ensino, à formação do corpo docente, aos direitos e deveres dos alunos, ao acesso e permanência dos discentes.

Pode se dizer que esta lei se revelou inovadora ao tornar a educação básica obrigatória e gratuita para a pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, a partir dos quatro aos dezessete anos, e também por incluir a educação infantil para crianças de até cinco anos, democratizando e ampliando o acesso ao ensino desde os primeiros anos de seus cidadãos. A educação básica novamente é tratada como um direito do cidadão e um dever do estado em oferecê-la, dentro do que dispõe o seu artigo 4º (CURY, 2018).

Em outras palavras, para que o acesso à educação seja abrangente, sua oferta deve ser promovida por meio de políticas públicas que, se bem elaboradas e aplicadas, poderão contribuir para que os objetivos elencados de promoção do desenvolvimento dos indivíduos sejam alcançados (ABRÚCIO, 2010).

A respeito da criação de políticas públicas educacionais, seu objetivo é o de disciplinar a educação escolar, visando dirimir as deficiências no ensino. Azevedo (2002) explicou que só se pode ter políticas educacionais de qualidade, quando há preocupação com o futuro do país por parte do Estado, segundo este autor somente desta maneira há possibilidade de enfrentar as desigualdades sociais.

O Plano Nacional de Educação - PNE é uma política pública que foi concebida com o intuito de trazer estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação, sendo implementado através da conjugação de dispositivos legais contidos na Carta Magna e na LDB. No entanto, cabe ressaltar que o plano inicial foi inserido primeiramente na Constituição de 1934, porém, somente em 1962, foi de fato elaborado para atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional (LDBEN/61). Segundo Silva (2017), ainda que demorada a implementação do primeiro plano, sua importância se tornou cada vez maior, ficando de fora apenas das constituições de 1937 e 1946, sendo legalmente aprovado em lei em 2001.

Este plano se constitui em períodos decenais e se encontra em sua segunda versão, tendo sido instituído pelas Leis 10.172/01 e 13.005/14, cabendo à União em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios sua elaboração. Este assinala diretrizes, metas e estratégias para a política educacional como: a elevação dos níveis de escolaridade da

população; melhoria da qualidade do ensino; redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso entre outros (PNE, 2019).

Suas metas podem ser visualizadas no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Metas do PNE 2014-2024

Meta 1: Universalizar a educação infantil.	Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio
Meta 2: Universalizar o ensino fundamental.	Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior
Meta 3: Universalizar ensino médio	Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de docentes com titulação.
Meta 4: Universalizar a educação especializada e inclusiva	Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação.
Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	Meta 15: Garantir política nacional de formação dos profissionais da educação
Meta 6: Oferecer educação em tempo integral	Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica,
Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.	Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica
Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos.	Meta 18: Assegurar planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública.
Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5%.	Meta 19: Assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação.
Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio.	Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública.

Fonte: Elaboração própria baseada no PNE 2014-2020 (2014).

Observa-se que apesar das metas serem ousadas, a implementação de um plano nacional de educação se fez relevante no cenário nacional, pois o objetivo é dar continuidade às medidas que fossem aprovadas, independente da transitoriedade de governo, permitindo que as mesmas pudessem atingir as metas estabelecidas em seu período de vigência.

Como exemplo de políticas públicas em educação que visam o alcance das metas propostas pelo PNE, Santos & Vieira (2017), apontaram que o Governo Federal mantém programas nacionais para a educação básica como: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Programa

Nacional de Saúde Escolar (PNSE) e Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Os programas citados têm como finalidade promover e ampliar o desenvolvimento das atividades educativas previstas em lei.

Para que as diretrizes estipuladas para a educação básica fossem atingidas de maneira igualitária percebeu-se que a aplicação de políticas públicas de forma generalizada não se apresentaria eficaz, uma vez que existem realidades muito divergentes de uma região para outra. Diante de um país de dimensões continentais como o Brasil, a alternativa encontrada foi descentralizar as responsabilidades entre os seus entes federados de modo que os objetivos traçados pudessem alcançar a todos.

Para Portela (2006, p. 15-16):

A descentralização do poder, ou seja, o repasse pelo governo central de atribuições administrativas para as esferas subnacionais, tem como objetivo desburocratizar, democratizar, melhorar a gestão e a eficiência do sistema de ensino. [...] Tradicionalmente, à União cabia a manutenção do seu sistema de ensino, composto pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e Escolas Técnicas. Os Estados assumiram a responsabilidade pelo ensino fundamental e médio a participação dos municípios sendo irrelevante percentualmente no atendimento escolar, salvo exceções.

Relativamente à distribuição de responsabilidades sobre a oferta da educação, a CF/88 introduziu o princípio da descentralização por meio de seu artigo 211, o qual possibilitou aos municípios assumirem seu papel no desenvolvimento de políticas educacionais muito mais próximas da realidade local, devendo-se entender por interesse local tudo que se relaciona às suas necessidades imediatas, instituindo ainda em seu parágrafo segundo que os municípios deverão atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental (BRASIL, 2019).

Essa previsão constitucional de descentralização se apresentou como inovadora no cenário nacional na medida em que conferiu aos municípios maior autonomia no que se refere à distribuição de recursos e elaboração de planos pedagógicos para as áreas da educação que ficaram sob sua responsabilidade, mais precisamente a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Ainda em seu artigo 212 foi garantido um investimento mínimo de 18% para a educação.

O Quadro 2 a seguir demonstra a distribuição da competência das modalidades de ensino por ente federado.

Quadro 2 - Distribuição da competência das modalidades de ensino por ente federado

União	Estados	Municípios
Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios;	Anos finais do Ensino Fundamental	Educação infantil
União	Estados	Municípios
Estabelecer diretrizes curriculares e realizar a avaliação do rendimento escolar de todos os graus de ensino	Ensino Médio	Anos iniciais do Ensino fundamental
Manter as próprias instituições de ensino que, juntamente com as escolas superiores privadas, comporão o sistema federal de ensino.	-	-

Fonte: Elaboração própria baseada em Saviani (2010).

Para Beltrão (1984) a descentralização apresentou-se com uma boa alternativa pois nenhum plano nacional poderá ser realmente eficaz se não puder contar, desde a fase de sua elaboração, com a participação de agentes administrativos locais que estão tecnicamente mais bem preparados para reconhecer e resolver os problemas de maneira mais ágil e eficiente.

Neste sentido Shiroma, Moraes & Evangelista (2007) entenderam que a compreensão da realidade educacional local permite que as políticas educacionais sejam revestidas de um aspecto humanitário e benfeitor, como instrumento modificador da sociedade, que permite a adequação técnica de meios para o processo educativo de forma prática.

Com base nos estudos das autoras citadas, entende-se que a aplicação de políticas públicas educacionais que são desenvolvidas em ambientes mais delimitados, são medidas imprescindíveis para que haja um melhor desenvolvimento e aplicação das ações de educação em toda a educação básica do Brasil, se mostrando a forma mais eficiente de enfrentar as desigualdades que assolam o país.

Esta delimitação ocorreu primeiramente por meio da descentralização culminando na municipalização. Percebe-se que esta transição de responsabilidades do ensino fundamental do âmbito estadual para o âmbito municipal foi um processo lento e de alta complexidade.

A previsão constitucional para municipalização encontra-se amparada em seu artigo 211 (Brasil, 1988) que diz:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

Anos depois com a promulgação da LBD 9394/96, foi reafirmada a responsabilidade do município em ofertar educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, conforme estabelece seu artigo 11, parágrafo 5º, a saber:

Os Municípios incumbir-se-ão de:

[...] V - Oferecer a educação infantil em creches e pré-Escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Observa-se que o legislador se preocupou em contemplar as atribuições que competiam aos municípios, em relação à prestação da educação infantil e do ensino fundamental, proporcionando maior autonomia no que diz respeito à forma de prestação do ensino e à distribuição de recursos dentro de sua rede escolar, conferindo-lhes integralmente a responsabilidade de fornecer ensinamentos essenciais que todo indivíduo deve ter acesso para conseguir atingir o pleno desenvolvimento, sendo capacitado para o exercício da cidadania e qualificação no mercado de trabalho, se revelando mais inclusiva e menos elitista.

Com as determinações contidas na constituição e na LDB os sistemas municipais de ensino passaram a representar a base de um sistema nacional de educação, onde o horizonte é o da construção de uma estrutura consistente para a educação básica que possibilite que os alunos tenham condições de dar continuidade em sua formação. (SCHWARTZMAN & BROCK, 2005).

Both (1997) explicou que a municipalização da educação se apresentou como boa solução na medida em que aproxima as decisões, sejam pedagógicas ou de destinação de recursos, das verdadeiras necessidades locais. Contudo este autor observou que o repasse de recursos em quantidades nem sempre suficientes para o financiamento e/ou custeio das atividades que estão sendo transferidas para sua responsabilidade se apresenta como grande desafio à efetivação plena de oferta de ensino público obrigatório, gratuito e de qualidade.

Neste sentido, Valle, Mizuki & Castro (2004) entenderam que a descentralização se mostrou necessária em decorrência das características geográficas e históricas brasileiras, mas não se pode deixar de mencionar outros aspectos negativos da descentralização sobre o sistema de educação nacional. Para estes autores esta forma de organização do Estado tem se mostrado ineficaz na eliminação das desigualdades escolares, não oferecendo as garantias indispensáveis à igualdade de acesso a uma educação básica de qualidade. Alerta ainda que a forma adotada para a distribuição de recursos aos municípios de tamanhos e realidades distintas também podem impactar negativamente esta forma de organização estatal, uma vez que os recursos disponibilizados não são aplicados de maneira similar.

Percebe-se que tão importante quanto o desenvolvimento de políticas públicas voltadas especificamente para a área da educação e a repartição de responsabilidades entre os estes federados, no que diz respeito à oferta de ensino é a criação de mecanismos que possam custear sua manutenção e desenvolvimento de forma a conseguir qualificar o ensino ofertado no país.

Através da política pública de financiamento da educação é possível impulsionar a adoção de outras políticas. Dentre os mecanismos de financiamento da educação existentes no Brasil destacam-se a contribuição social do salário educação e a criação de fundos constitucionais, a exemplo do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério, posteriormente substituído pelo Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (MARTINS, 2010).

A criação destes fundos teve como principal objetivo determinar a destinação de recursos advindos principalmente de impostos para subsidiar a educação no Brasil, de forma que as políticas públicas existentes possam se materializar na construção e manutenção de uma base educacional de qualidade que de fato promova o desenvolvimento de seus cidadãos preparando-os não somente para o mercado de trabalho de forma utilitarista mas que os faça evoluir e emancipar.

2.2 O Fundeb como instrumento de financiamento da educação básica no Brasil

O financiamento da educação pode ser compreendido como um meio de realização das políticas públicas educacionais no Brasil. A lógica é a de que se faz necessário produzir fontes de receita para que elas retornem aos cidadãos em forma de melhorias em todas as áreas que são consideradas direitos fundamentais, dentre elas, a educação.

Este financiamento tem como fundamento a CF/88, que em seu artigo 212 evidenciou meios para alocação de recursos financeiros para o sistema educacional da seguinte forma:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Nota-se que o texto constitucional estipulou um percentual mínimo que União, Estados e Municípios devem destinar para a educação, contudo, o que se tem observado na prática é que a interpretação que o artigo 212 tem recebido de muitos governantes é de que estes percentuais seriam o teto máximo de investimentos que os Entes Federados deveriam aplicar na educação e não o piso (AMARAL, 2012).

Neste sentido, Nunes (2017, p.33) afirmou que:

A prestação do direito educacional público e gratuito pelo Estado implica inevitavelmente o dispêndio de recursos orçamentários. Não há como garantir a efetividade do direito se inexistem recursos financeiros, necessários para construir escolas e remunerar professores, a fim de promover o cumprimento do direito à educação. Por essa razão, tem-se que o dever estatal de prestar o direito caminha lado a lado com a necessidade inafastável de financiamento. A partir de sua atividade arrecadatória, o Estado deve então prover recursos suficientes para colocar em prática o direito.

Conforme citado por Nunes (2017) é por meio do financiamento público que o direito à educação se materializa, uma vez que sem os recursos necessários não seria possível oferecer estrutura física, intelectual, e operacional de qualidade. O autor deixa claro que sem os recursos financeiros adequados se torna impossível garantir o direito educacional aos cidadãos.

O financiamento da educação no Brasil tem como fontes principais recursos oriundos de impostos, segundo Militão (2011), a vinculação de recursos destinados à educação é uma das medidas públicas mais importantes para garantir a disponibilidade de fundos no cumprimento das obrigações do Estado, sendo o Ministério da Educação – MEC responsável por implementar a política nacional de educação, com base no disposto na LDB 9.394/96, que determina em seu artigo 68 as fontes dos recursos destinados à educação.

Desta maneira a LDB (1996, n.p.) expõe que:

serão recursos públicos destinados à educação os originários de:
I- receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
II-receita de transferências constitucionais e outras transferências;
III-receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
IV-receita de incentivos fiscais;
V-outros recursos previstos em lei.

Conforme citado anteriormente, observa-se que o legislador se preocupou em apontar múltiplas fontes de receita de forma a garantir os recursos necessários para a manutenção e desenvolvimento do ensino público no país, bem como em distribuir a competência destas responsabilidades com Estados e Municípios. É neste cenário de definição de responsabilidades e das fontes de recursos que se inseriram as discussões sobre a implementação da política de fundos para financiar e distribuir os recursos financeiros destinados à educação (GEMAQUE, 2011).

Neste sentido, foi criado pela emenda constitucional nº 14/96 e instituído pela Lei 9.424/96 o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF possuindo natureza contábil e abrangência estadual.

Este fundo vigorou entre os anos de 1998 a 2006 e objetivava, por exemplo, promover a distribuição de quinze por cento dos recursos oriundos de impostos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Fundo de Participação dos Municípios - FPM, Fundo de Participação dos Estados - FPE, Imposto sobre Produto Industrializado, proporcional as exportações - IPI-Exp., exclusivamente para o ensino fundamental, levando em conta número de matrículas realizadas apuradas pelo censo escolar. Quando os recursos redistribuídos não atingiam o valor por estudante estipulado cabia à União promover sua suplementação (AMARAL, 2001).

Sendo assim, ainda que o FUNDEF tenha sido criado com o intuito de ser um fundo que pudesse trazer melhorias para a educação do Brasil, o que se pôde observar foi que sua atuação se limitou exclusivamente ao ensino fundamental, excluindo do processo de recebimento de recursos outras etapas e modalidades que também compõem a educação básica (MILITÃO, 2011).

Objetivando sanar as limitações do FUNDEF foi instituído por meio da Lei 11.494/2007, um novo fundo - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), também de natureza contábil e abrangência estadual, que expandiu sua cobertura a toda educação básica, tendo sua vigência delimitada em 14 anos, iniciando-se em 2007 com previsão de finalização para 2020, as principais características deste novo fundo foi a ampliação de recursos por meio dos fatores de ponderação (feito a cada ano considerando o crescimento/retração da economia, valorização de insumos, aumento de impostos, etc.) para as demais etapas/modalidades do ensino e a flexibilização destes por meio da municipalização (ABRÚCIO, 2010; GEMAQUE, 2011; FNDE, 2019; MILITÃO, 2011).

Os objetivos do Fundeb podem ser sintetizados na busca pela qualidade do ensino, universalização da educação básica e a valorização dos profissionais da educação englobando a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, além das modalidades de ensino como: Educação de Jovens e Adultos (EJA), educação especial, educação profissional e tecnológica, além de educação indígena e quilombola. Com este objetivo espera-se a melhoria dos padrões de funcionamento das escolas na oferta da educação e equidade (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2019).

Ainda sobre estes objetivos, Mendes (2012, p.409), complementou que:

O Fundeb foi formulado com o objetivo de corrigir as deficiências do seu antecessor, o FUNDEF, contudo, apesar de ter contemplado com recursos toda a educação básica, nasceu ancorado às deficiências do FUNDEF, visto que balizou o valor mínimo por aluno/ano aquele praticado no último ano de vigência do FUNDEF, bem como instituiu valores diferenciados para as etapas e modalidades de ensino da educação básica. Este fato pode acarretar prioridades de investimento por parte dos Estados e municípios em etapas e modalidades de ensino mais "rentáveis" em detrimento de outras com baixos valores de ponderação como o EJA.

Conforme explicado anteriormente, o autor aponta que o Fundeb nasceu permeado de fragilidades e que, portanto, não atacou velhos problemas que o antigo fundo apresentava, sendo que a instituição de valores diferenciados para as etapas e modalidades pode se apresentar como um desencadeador de desigualdades, uma vez que uma etapa/modalidade pode ser mais beneficiada que outra.

A título de contextualização, vale mencionar que a criação do Fundeb se deu em um período de expectativa de crescimento da economia, o que permitiu que surgissem debates sobre a possibilidade de ampliação dos recursos destinados à educação. Neste contexto houve a aprovação dos tipos de impostos que integram sua composição e aprovação e uma parcela maior de recursos seriam redistribuídos para a educação, podendo ser complementado pela União sempre que o seu valor médio por aluno não atingir o mínimo estabelecido nacionalmente (GOUVEIA & SOUZA, 2015).

A respeito da divisão de fontes de recursos e responsabilidades de gastos, a União divide sua arrecadação por meio de transferências para os sistemas estaduais e municipais. De acordo com dados fornecidos pelo MEC no ano de 2018 e considerando o contido na LDB, o financiamento da educação é realizado com base na arrecadação e destinação de verbas provenientes dos impostos estaduais e federais, com percentuais definidos em Lei.

Sobre os impostos que compreendem a composição do Fundeb, destacam-se: Imposto Sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exportações (IPIExp), desoneração das exportações (LC nº 87/96), Imposto

sobre Transmissão Causa *Mortis* e Doações (ITCMD), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR).

Quadro 3 – Fontes de recursos para formação do Fundeb

Estados	Municípios
FPE – Fundo de Participação dos Estados	FPM – Fundo de Participação dos Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	Cota-parte do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI-Exp.- Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação	Cota-parte do IPI-Exp.- Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação
IPVA- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	Cota-parte do IPVA- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
Recursos da desoneração de exportações de que trata a LC 87/1996 – Lei Kandir	Recursos da desoneração de exportações de que trata a LC 87/1996 – Lei Kandir
ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação	ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

Fonte: Elaboração própria baseada em informações do Ministério da Educação MEC/FNDE (2018)

Como pode ser observado no Quadro 3, não integra o Fundeb o Imposto Retido na Fonte (IRRF), Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou ISSQN) e Imposto sobre Transmissão de Bens Inter-Vivos (ITBI), porém a Confederação Nacional dos Municípios (2019, p.13) observa que além da contribuição do Fundeb, o município deve aplicar em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE),

- mais 5% das transferências e dos impostos que compõem o Fundeb (que é a diferença entre os 25% dos recursos constitucionalmente vinculados à educação e os 20% da contribuição do Fundo); e
- 25% da receita de impostos que não integram a base de cálculo do Fundeb, ou seja, IRRF, IPTU, ISS, ITBI

As fontes de receitas que compõem o Fundeb, por sua vez são redistribuídas de forma automática e periódica, mediante crédito em conta específica de cada Estado ou Município, em um percentual de 20%, definido em lei.

No Quadro 4, pode-se observar a relação dos impostos que compõem o Fundeb e sua periodicidade.

Quadro 4 – Fontes de recursos para formação do Fundeb – Participação

PARTICIPAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS	PERIODICIDADE
20%	ICMS	Semanalmente
20%	FPE, FPM, IPIExp e ITR	Decencialmente
20%	Desoneração de Importações (Lc87/96) e complementação da União	Mensalmente
20%	IPVA, ITCMD	Conforme cronograma do Estado

Fonte: Elaboração própria baseada em informações do Ministério da Educação FNDE (2018).

A periodicidade de créditos de receita do Fundeb varia de imposto para imposto, podendo ser: semanalmente como é o caso do ICMS, decencialmente como é o caso do FPE, FPM, IPIExp e ITR, mensalmente como a Desoneração de Exportações e Complementação da União, ou conforme cronograma do estado, para os casos de impostos como o IPVA e o ITCMD (FNDE, 2019).

No que diz respeito à redistribuição destes recursos, os mesmos ocorrem na esfera de cada estado, entre o governo estadual e os seus municípios, levando-se em conta o número de alunos matriculados em suas respectivas redes de acordo com o artigo 211 da CF/88. Para esta redistribuição são considerados o número de matrículas computadas no censo escolar referente ao ano anterior e a partir destas informações calcula-se o coeficiente de distribuição a cada estado e município (CNM, 2019).

Complementado este entendimento, o valor mínimo nacional por aluno/ano é fixado a cada ano com diferenciações por segmentos de ensino. O custo mínimo, por seu turno, será calculado pela União, ao término de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando, de um lado, variações regionais no custo dos insumos e, de outro, as diversas modalidades de ensino. O cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade, servirá de base para que a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, fixe o padrão mínimo de oportunidades educacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2007; CARREIRA & PINTO, 2007; CONCEIÇÃO *et al*, 2011; PINTO, 2014).

Nacif (2010) destacou que da totalidade dos repasses feitos pelo Fundeb, 60% devem ser aplicados exclusivamente para a remuneração dos profissionais do magistério da

Educação Básica, isto é, professores efetivos e contratados e profissionais ligados na docência como supervisores e pedagogos, os outros 40% devem ser aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), por exemplo, aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e de equipamentos necessários ao ensino, e o uso e manutenção de bens vinculados ao sistema educacional: aluguel de imóveis, manutenção de equipamentos, conservação de instalações, despesa com energia elétrica, água, esgoto, serviços de informática, aquisição de material didático-escolar, aquisição, manutenção e locação de veículos escolares e também no gasto de capacitação dos profissionais da educação.

Sobre os valores de ponderação, estes foram estabelecidos pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, levando em conta cada etapa, modalidade e tipo de instituição de ensino. Segundo dados disponibilizados em 2018 pelo MEC, esses fatores representam as diferenças de valor por aluno/ano utilizadas para operacionalização do Fundeb, mediante os segmentos visualizados para a educação básica apresentado no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 – Evolução das Ponderações do Fundeb 2010 a 2019

Evolução das ponderações em anos.	Anos iniciais Ensino fundamental urbano	Anos iniciais Ensino fundamental campo	Anos finais Ensino fundamental urbano	Anos finais Ensino fundamental de campo	Ensino fundamental integral
2007	1	1,05	1,1	1,15	1,25
2008	1	1,05	1,1	1,15	1,25
2009	1	1,05	1,1	1,15	1,25
2010	1	1,15	1,1	1,20	1,25
2011	1	1,15	1,1	1,20	1,30
2012	1	1,15	1,1	1,20	1,30
2013	1	1,15	1,1	1,20	1,30
2014	1	1,15	1,1	1,20	1,30
2015	1	1,15	1,1	1,20	1,30
2016	1	1,15	1,1	1,20	1,30
2017	1	1,15	1,1	1,20	1,30
2018	1	1,15	1,1	1,20	1,30
2019	1	1,15	1,1	1,20	1,30

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do FNDE/MEC; CNM (2018).

Pelo Quadro 5, observa-se que houve um tímido crescimento nos fatores de ponderação no decorrer dos últimos anos. Segundo Bueno & Pergher (2017) esse aumento dos fatores de ponderação em algumas etapas/modalidades não significa dizer que houve crescimento dos valores destinados ao Fundeb, mas sim uma reorganização mais equalizada dos recursos entre as etapas/modalidades.

Ainda assim é importante ressaltar que os valores/aluno/ano são muito inferiores se comparados às pesquisas existentes sobre custo/aluno já publicadas que versam sobre o valor ideal, quando se pensa em oferecer uma educação que de fato seja de qualidade, sendo um dos motivos que pode justificar este baixo investimento o fato de que a estipulação de receitas destinadas à educação acompanhem questões de ordem orçamentárias e políticas de Governo (PINTO, 2015).

Neste sentido, Melchior (1997, p. 30) afirmou que o “defeito da concepção federal, até agora, é considerar o custo aluno como gasto-aluno, isto é, de acordo com as disponibilidades financeiras. É uma visão realista, mas terá que progredir para alcançar ganhos reais de qualidade”.

Mesmo que pareça evidente que a noção de qualidade da educação esteja diretamente ligada à questão do financiamento, observou-se que os recursos operados pelo Fundeb, por si só, não foram suficientes para reduzir a desigualdade nacional e nem a desigualdade das condições de ensino nas escolas, fazendo-se necessário reavaliar se apenas o montante de investimento destinado à educação é suficiente para proporcionar a qualidade pretendida ou se outros fatores de ordem social, econômico, familiar é que podem ter efeito sobre a mesma (MONLEVADE, 2014; PINTO, 2015; XIMENES, 2014).

Os estudos de Lima (2019, p. 35), apontaram que:

De maneira geral, os estudos demonstram a importância do Fundeb para a educação básica pública e o avanço desse fundo em relação ao antecessor, FUNDEF, em especial, por cobrir toda a educação básica, contemplar os profissionais da educação, não apenas professores, contar com maior participação da União.

O Fundeb hoje é o principal mecanismo nacional de destinação de recursos para a educação básica e sua criação e contribuição foram muito importantes para a melhoria da educação no Brasil de forma geral. Os estudos de Braga & Silva (2019), analisaram as execuções do Fundeb nas redes municipais de Minas Gerais, em 2017, e apontaram que existiram avanços na melhoria da qualidade da educação e uma estabilidade oriunda da vinculação de receitas.

Observa-se que os impactos e os efeitos decorrentes da utilização dos fundos de financiamento no Brasil, mais notadamente em se tratando do Fundeb foram essenciais para que houvesse o estabelecimento e a manutenção do ensino no Brasil nos últimos anos, porém, percebe-se que este fundo por si só tem sido insuficiente para alcançar os padrões mínimos de qualidade preconizados na LDB/96 em seu artigo 4º parágrafo IX, que classifica os padrões mínimos de qualidade, sendo a variedade e quantidade mínimas por aluno de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 1996; PINTO, 2015).

O Fundeb esconde algumas fragilidades como, por exemplo, não ter ampliado o volume de recursos, uma vez que o contingente de novos alunos incluídos aumentou em decorrência da inclusão das demais etapas que compõem a educação básica (MILITÃO, 2011).

Para Braga & Silva (2019, p. 4), “a capacidade de cada Ente em arrecadar passou a ser diretamente responsável pelo montante de recursos a ser gasto em educação”. Nota-se que a desigualdade que estes autores mencionam está atrelada às disparidades econômicas do país.

Davies (2008, p.762) percebeu que o Fundeb, de fato, redistribuiu apenas 20% de grande parte do volume de recursos já constitucionalmente vinculados à educação, no âmbito do governo de cada Estado às respectivas prefeituras, considerando, obviamente, o número de matrículas no campo das prioridades de atendimento constitucional prioritário destas instâncias de governo, portanto quando não houver complementação federal, alguns governos ganharão, mas outros perderão na mesma proporção.

Desta maneira, constata-se que aumentar o percentual de investimento se faz necessário, mas que isoladamente não resolve o problema, sendo ideal que este aumento de investimentos seja acompanhado, necessariamente, de padrões mínimos de utilização destes recursos que sinalizem o caminho a ser percorrido para atingir o ideal de qualidade estabelecido pela legislação brasileira em cada região do país (CARREIRA & PINTO, 2007; GADOTTI, 2013).

Com a proximidade do encerramento da vigência do Fundeb para dezembro de 2020, o Congresso Nacional entendendo que a continuação desta política pública é de suma importância para a manutenção e melhoria da qualidade da educação no Brasil priorizou as votações e aprovou o Fundeb permanente a partir de 2021 por meio da Emenda Constitucional nº 108 de 2020, melhorando alguns dos problemas citados como o aumento gradativo de repasse destinado a educação e outros problemas que já foram citados nesta pesquisa (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

De modo geral, o entendimento que se chega é de que o Fundeb periodicamente precisará ser aprimorado de forma que seus objetivos sejam alcançados, para oferecer meios para que se concretize o acesso, a permanência e a qualidade no que se refere à prestação de serviços voltados para a educação (BRAGA & SILVA, 2019).

2.3 Qualidade da educação e o Ideb

A análise sobre a Qualidade da Educação Básica Brasileira pode ser efetuada tendo como início o resgate de sua própria semântica, no entanto conceituar o termo em discussão não é tarefa fácil mediante a pluralidade de significados que ele possui.

O entendimento sobre seu conceito foi discutido primeiramente entre os filósofos clássicos da antiguidade que atrelavam o seu sentido a um ideal de excelência, que para eles significava a característica da superioridade de algo em relação aos seus semelhantes. Mesmo após muitos séculos a conceituação deste termo se mantém atual como sinônimo de melhor, ou de nível mais alto de desempenho, e tem a ver, portanto, com a noção de excelência pensada pelos gregos há épocas (MAXIMIANO, 2012).

Corrêa (2003, p.87) entendeu que “qualidade não se traduz em um conceito único, universal e absoluto, de tal modo que diferentes setores da sociedade e diferentes políticas educacionais podem tomá-lo de modo absolutamente diverso”.

Segundo Cury (2010, p.19), a compreensão desta terminologia “supõe uma certa quantidade capaz de ser mensurada, na qual reside um modo de ela ser de tal forma distinta que se veja enriquecida ao ponto de sua realidade apresentar um salto, agregando valor àquilo que a sustém”.

É interessante complementar que o entendimento sobre qualidade que se têm nos últimos séculos se disseminou a partir de padrões produtivos originados do ambiente corporativo, e está relacionada à excelência, valor, especificações, conformidade, regularidade e adequação ao uso. Observa-se na literatura que essas expressões ligadas ao ambiente corporativo foram migrando para as escolas e que elas também passaram a seguir estas definições para serem consideradas de qualidade (CABRAL & DI GIORGI, 2012; MAXIMIANO, 2012).

Furtado (2009) observou que com o transcorrer dos anos surgiram tentativas cada vez mais pronunciadas de se aplicar nas escolas o conceito de “qualidade” adotado pela iniciativa privada, objetivando a competitividade ou o que ela denomina de “excelência”. Entretanto, deve-se levar em consideração que os objetivos da iniciativa privada diferem dos

objetivos almejados pelo Estado no que diz respeito à percepção sobre qualidade, não devendo ser entendida pelos mesmos conceitos.

Cabral & Di Giorgi (2012, p. 119), explicaram que:

a educação objetiva o desenvolvimento integral dos educandos e a formação da cidadania, entendida de forma ampla, não privilegiando apenas a preparação para o mercado de trabalho. Como se sabe, a concepção de educação como mercadoria e a ideia de que ela visa essencialmente à preparação para o mercado de trabalho são típicas da visão neoliberal, amplamente hegemônica na década de 1990 e no início dos anos 2000, mas ainda bastante presente atualmente.

Percebe-se que a visão de qualidade na educação pode ser voltada para diversas áreas, a depender do contexto o qual a mesma está sendo empregada e que uma não deve se sobrepor a outra, sendo certo que o ideal que o Estado buscou quando lhe foi atribuído ofertar educação foi a conjugação destes dois pensamentos, visando não somente a promoção do indivíduo como também seu preparo para o mercado de trabalho, como está descrito no artigo 205 da CF/88.

Assim discutir a qualidade da educação é importante pois, é através de uma educação transformadora que é possível o indivíduo exercer sua cidadania com dignidade. Em outras palavras é por meio da educação emancipadora que pode existir uma aprendizagem robusta que seja capaz de promover e desenvolver habilidades e competências necessárias aos indivíduos para enfrentar os desafios de um mundo globalizado e dinâmico (FIALHO & TSUKAMOTO, 2014).

A literatura faz menção ao aspecto social que a educação possui ou qualidade social da educação e alguns autores como Silva (2008, p.225) ampliam o tema da qualidade para a escola, afirmando que:

A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas.

Observa-se que para existir qualidade social da educação a escola também precisa se adaptar ao contexto social e cultural onde ela está inserida, levando em consideração as expectativas das famílias e dos estudantes, pois estes atores esperam que a educação ofertada por meio das escolas seja capaz de transformar a realidade que se encontram, assim a escola transformadora precisa possuir insumos adequados, professores, diretores e pedagogos

capacitados remunerados dignamente para que de fato possa existir emancipação e preparação do indivíduo para a cidadania e para o mercado de trabalho.

Este entendimento foi evidenciado por Flach (2012, p.8) que contribuiu para a discussão afirmando que:

A educação é entendida como instrumento de transformação social por meio da construção da emancipação dos indivíduos, os quais devem tornar-se sujeitos ativos em suas comunidades e na sociedade como um todo. Então, outra concepção de qualidade da educação se desenvolve: a qualidade social da educação.

Para Flach (2012) as predições acerca da qualidade social da educação apontam para uma perspectiva que transcende a qualidade tida como utilitarista que discretamente se dissemina no ambiente educacional sugerindo políticas que beneficiam unicamente o anseio do mercado. Segundo este autor, as produções acadêmicas sobre o assunto direcionam para a atuação de cidadãos na concepção de uma escola de qualidade, desde que a educação enquanto política pública garanta um ambiente propício para este comprometimento.

Carvalho (2013, p.13) entendeu que:

a função enunciativa do discurso da qualidade social da educação no contexto do texto da política educacional no Brasil, a partir do final dos anos 2000, opera por meio do regime de colaboração e está associada aos processos de controle e regulação da política educacional no país.

Segundo Carvalho (2013) uma educação de excelência é legitimada quando é direcionada para a escolarização, meio fundamental e constante que se inicia na pré-escola e culmina no ensino médio, do processo de alfabetização à escolarização de cidadãos jovens e adultos. As instituições de ensino superior têm o papel de promover a qualidade da educação básica através da formação inicial e continuada dos docentes seja na modalidade presencial ou à distância.

Nardi & Schneider (2013, p.153-154) em suas análises, foi possível reconhecer:

nas políticas educacionais para a Educação Básica desta primeira década do século XXI, de um lado, o fortalecimento de práticas de avaliação como principal mecanismo de garantia dos padrões mínimos de qualidade e, de outro, a emergência do conceito de qualidade social da educação.

Existe uma preocupação por parte destes autores que a qualidade da educação seja medida apenas por meio de indicadores de qualidade como o Ideb e dos insumos quantitativos que as escolas devem possuir para serem consideradas de qualidade. Segundo estes autores apenas por meio deste indicador são criadas ações que visem a constituição da qualidade e que, portanto, somente por meio de testes padronizados em larga escala não seria possível o alcance dos padrões a que o conceito de qualidade social possui.

Tedesco & Rebelatto (2016, p.195) entenderam que:

Garantir acesso a “todos” à educação básica foi o mínimo conquistado, porém a permanência na escola ainda é o desafio qualitativo que se apresenta às políticas educacionais. Então, como responder à universalização do acesso baseado na qualidade social da educação? Quais são as referências de qualidade social da educação? Pode-se “medir” a qualidade social da educação? A tão sonhada escola para todos conseguirá imprimir qualidade social para todos? Ou qual a qualidade possível numa sociedade heterogênea como a nossa?

A exigência de qualidade social da educação na oferta do ensino no Brasil não é algo originário somente dos anseios da coletividade, mas foi contemplada expressamente na legislação constitucional que a integrou em seu artigo 206, inciso VII. Anos depois com a criação da nova LDB 9394/96 esta mesma garantia foi reafirmada em seu artigo 3º inciso IX, que estabeleceu como um dos princípios pelos quais o ensino deve ser ministrado com padrões mínimos de qualidade (BRASIL, 1996).

Entretanto, os legisladores não definiram com clareza estes “padrões de qualidade” prejudicando desta maneira a realização de uma análise objetiva e dificultando a sua exigibilidade.

De acordo com Dourado & Oliveira (2009, p. 207),

[...] sem sinalizar a adoção ou não de padrão único de qualidade, entende-se que é fundamental estabelecer a definição de dimensões, fatores e condições de qualidade a serem considerados como referência analítica e política no tocante à melhoria do processo educativo e, também, à consolidação de mecanismos de controle social da produção, à implantação e monitoramento de políticas educacionais e de seus resultados, visando produzir uma escola de qualidade socialmente referenciada.

Observa-se que a qualidade da educação tem um sentido muito amplo e que para compreendê-la, torna-se necessário também conhecer fatores ainda mais complexos como os fatores internos e externos à escola.

A questão do ensino de qualidade é tema recorrente em vários dispositivos constitucionais, tais como: artigo 206, VII; artigo 209, II; artigo 214, III (BRASIL, 1988). Por sua vez, a Lei Nº 9.394/96 é, igualmente, recorrente neste aspecto, como se pode ver a partir da incidência do tema: artigo 3º, IX; artigo 4º, IX; artigo 7º, II e artigo 75. Além disso, a LDB proclama, em diferentes artigos, a obrigatoriedade de avaliar o ensino (artigo 9º, VI e VIII, artigo 10º, IV).

Assim como tudo na vida, a qualidade também deve ser avaliada e mensurada, partindo deste pressuposto houve a ideia de criar indicadores de qualidade na educação, que foram concebidos com o objetivo de auxiliar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola. Por meio destes indicadores a escola tem condições de avaliar o que

tem sido bem executado e o que precisa ser aprimorado, tendo condições de interferir segundo suas prioridades e critérios visando a melhoria de sua qualidade (GUSMÃO, 2010).

Sendo assim, esses indicadores foram criados com a finalidade de retratar a realidade pesquisada de forma qualitativa e quantitativa, expressando um resultado que poderá contribuir para a formulação de políticas públicas mais precisas (INEP, 2019).

As políticas de avaliação da qualidade se iniciaram no Brasil a partir da década de 90 com a implantação do Sistema de Avaliação de Educação Básica (Saeb), esta avaliação era aplicada a cada dois anos por meio de provas e questionários, em algumas escolas do país, mas com representação de todas as regiões, para alunos de 4^a a 8^a série do ensino fundamental e do 3^o ano do ensino médio, tendo como objetivo monitorar seu rendimento escolar (CASTRO, 2009).

Essa avaliação tinha como principal objetivo fornecer informações que pudessem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, sendo necessário para tanto verificar o nível de aprendizagem e o que poderia estar dificultando sua concretização, se fazendo necessário avaliar outros fatores além dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes.

Castro, (2009, p. 279) destacou também a existência de fatores internos e externos à escola:

Entre os fatores associados externos à escola, destacam-se: grau de escolaridade dos pais, acesso a livros e bens culturais; situação socioeconômica familiar, carreira, salários e **formação dos professores**. Entre os fatores internos à escola e aos sistemas de ensino, destacam-se: gestão da escola e clima propício à aprendizagem; efeitos da repetência; **formação continuada e em serviço dos professores; tempo de permanência na escola**; uso do tempo em sala de aula; acesso à educação infantil; materiais didáticos de qualidade; hábitos de estudo, lição de casa, participação dos pais, entre outros. (Grifo nosso).

Percebe-se a importância da aplicação de testes padronizados como a prova Saeb associados a questionários quando se verifica que as informações obtidas por meio deles são imprescindíveis para a melhora da oferta de ensino no país, uma vez que os resultados dessa avaliação contemplam não apenas o nível de aprendizagem, mas também fatores internos e externos às escolas.

A partir de 2005 houve a criação da Prova Brasil cuja metodologia seguia os mesmos parâmetros do Saeb. Esta avaliação tem caráter censitário e sua finalidade é oferecer a todas as escolas públicas um diagnóstico mais preciso de seu desempenho. O foco desta avaliação se concentra em conhecimentos sobre matemática e língua portuguesa medidos entre alunos de 4^a a 8^a série. Uma vez que a metodologia aplicada para as duas provas era idêntica, a partir de 2007 passaram a ser aplicadas em conjunto (VIDAL & VIEIRA, 2011).

Em 2007, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que tem como objetivo melhorar a educação básica e reduzir as desigualdades no país por meio de ações que visam identificar os problemas que atingem a educação brasileira para buscar as melhores soluções. Este plano estipulou diversas metas e, dentre elas, estavam a melhoria da qualidade do ensino bem como a diminuição das altas taxas de repetência e evasão, a partir destes objetivos surgiu a ideia de combinar os resultados de desempenho escolar (Prova Brasil) e os resultados de rendimento escolar (fluxo apurado pelo censo escolar) em um único indicador de qualidade, que ficou conhecido como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb (CHIRINEA & BRANDÃO, 2015).

Atualmente, o Ideb se revela como principal indicador oficial de qualidade da educação básica no Brasil, possibilitando análise de dados que permitem averiguar as metas propostas para o crescimento, monitoramento e investigando o sistema educacional do país. Esse índice é obtido por meio da aplicação da Prova Brasil (municípios) nas disciplinas de Português e Matemática em consideração ao fluxo escolar, culminando no estabelecimento de um parâmetro objetivo, qual seja, a nota que cada escola obtém, que pode variar dentro de uma escala de zero a dez (DOURADO & OLIVEIRA, 2009).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) traçou, como meta, chegar a 2021 com o Ideb 6,0, patamar correspondente ao nível médio de desenvolvimento educacional dos países que compõe a OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), para atingir esse objetivo o Brasil precisa realizar melhorias tanto no que está relacionado com a qualificação do nível de aprendizagem dos seus estudantes como na destinação de mais recursos para a educação.

Este plano está amparado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), foi aprovado pela Lei 10.172/2001, e dentre seus diversos objetivos observa-se o foco em elevar o acesso à educação, qualificar a oferta do ensino, diminuir as desigualdades sociais fomentando o ingresso e a permanência de alunos nas escolas, melhoria da gestão do ensino público com participação dos profissionais da educação, conselhos de classe e até da comunidade nos projetos pedagógicos e principalmente na melhoria da qualidade da educação no Brasil.

A Tabela 1 apresenta as notas do Ideb referente aos anos iniciais do ensino fundamental obtidas de 2005 a 2017 e as metas estipuladas para o mesmo período para as redes privadas e públicas (estaduais e municipais) de todo o país.

Tabela 1 - Ideb – Resultados e Metas (Brasil)

Anos iniciais do Ensino fundamental															
	Ideb observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Dependência administrativa															
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8

Fonte: Elaboração própria com dados do Inep/MEC (2019).

Pela Tabela 1 observa-se que os resultados obtidos superaram as metas projetadas, reforçando a necessidade de aprofundamento dos estudos que investigam se de fato a quantidade de recursos destinados para a educação isoladamente é o único responsável pelo sucesso ou fracasso escolar.

Já a Tabela 2 demonstra os resultados por Estado onde 6, do total de 27, conseguiram alcançar a meta para o Ideb, considerando os maiores e menores resultados fornecidos pelo Censo Escolar realizado pelo último levantamento feito em 2017.

Em alguns casos, ainda que os investimentos de alguns Estados tenham sido superiores a outros como, por exemplo, o Ceará, com nota 6,1 e Santa Catarina, com nota 6,3 no Ideb, estes receberam menos recursos que a Bahia que atingiu 4,7, resultado maior em 0,6 pontos do que a meta projetada, porém ainda distante da meta nacional.

O resultado explicitado na Tabela 2 pode ser explicado mediante os estudos de Kroth & Gonçalves (2016), que aferiram em seus estudos que os recursos destinados à educação podem ser mal geridos resultando em ineficiência no alcance da qualidade educacional refletida por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Tabela 2 - Comparação entre resultados do Ideb e os investimentos do Fundeb por estados em 2017

Estado	Ideb (Rede Pública) Ideb observado / meta projetada	Fundeb	Nº Alunos Matriculados	Média Fundeb/Alunos Matriculados
Acre	5.7/5.0	R\$ 964.093.702,27	296.960	R\$ 3.246,54
Alagoas	4.9/4.0	R\$2.256.265.491,35	759.178	R\$ 2.971,98
Amapá	4.4 / 4.7	R\$838.878.035,23	208.057	R\$ 4.031,96
Amazonas	5.3/4.6	R\$3.345.097.572,76	1.083.261	R\$ 3.087,98
Bahia	4.7 / 4.1	R\$9.695.987.769,09	3.127.422	R\$ 3.100,31
Ceará	6.1 / 4.5	R\$5.529.114.547,34	1.754.478	R\$ 3.151,42
Espírito Santo	5.7/5.6	R\$2.716.863.398,11	801.086	R\$ 5.665,24
Goiás	5.9/5.5	R\$4.389.429.554,37	1.147.392	R\$ 3.825,57
Maranhão	4.5/4.4	R\$5.807.923.386,76	1.867.961	R\$ 3.109,23
Mato Grosso	5.7/5.2	R\$2.763.521.800,66	772.726	R\$ 3.576,32
Mato Grosso do Sul	5.5/5.0	R\$2.332.986.317,53	614.612	R\$ 3.795,86
Minas Gerais	6.3 / 6.1	R\$12.910.917.108,05	3.928.654	R\$ 3.286,34
Pará	4.5 / 4.3	R\$6.662.727.964,14	1.893.323	R\$ 3.519,06
Paraíba	4.7/4.4	R\$2.509.881.011,21	828.632	R\$ 3.028,94
Paraná	6.3 / 6.0	R\$8.010.853.078,85	2.197.444	R\$ 3.645,53
Pernambuco	4.8/4.5	R\$5.446.080.927,65	1.765.463	R\$ 3.084,78
Piauí	5.0/4.3	R\$2.503.990.360,68	864.096	R\$ 2.897,81
Rio de Janeiro	5.3/5.6	R\$8.545.964.638,35	2.510.624	R\$ 3.403,92
Rio Grande do Norte	4.5/4.1	R\$2.175.458.181,14	685.362	R\$ 3.174,17
Rio Grande do Sul	5.6/5.7	R\$8.525.485.873,91	2.007.714	R\$ 4.246,36
Rondônia	5.7/5.2	R\$1.517.845.291,14	407.662	R\$ 3.723,29
Roraima	5.4/5.3	R\$607.254.990,33	141.132	R\$ 4.302,74
Santa Catarina	6.3 / 5.9	R\$4.757.305.073,00	1.311.967	R\$ 3.626,08
São Paulo	6.5 / 6.1	R\$31.759.230.830,04	5.723.248	R\$ 5.549,16
Sergipe	4.3 / 4.5	R\$1.515.351.067,57	432.872	R\$ 3.500,69
Tocantins	5.4/5.1	R\$1.367.836.442,89	380.606	R\$3.593,83

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2019), CNM (2019) e Fundação Lemann e Meritt (2012).

O Ideb, instrumento criado pelo Ministério da Educação para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas e privadas também possui as suas fragilidades, uma vez que é ponderado mediante a taxa de aprovação escolar e a média de desempenho nos exames do Inep, não considerando outros fatores que também podem impactar nesses resultados como a infraestrutura escolar, regularidade docente, qualificação dos professores, uniforme, transporte, a merenda etc. Afinal, não se pode esperar que crianças com fome, frio e cansadas (por terem andado quilômetros até a escola) se saiam bem nas avaliações (DOURADO, 2007; XIMENES, 2014).

A literatura traz críticas à sistemática e operacionalização do Ideb, por exemplo, Paz (2009) em suas pesquisas constatou que naquele período inicial de consolidação do índice, pais de alunos e profissionais da educação nem sequer sabiam qual era o resultado do Ideb de suas escolas, e que apesar da publicidade, a proposta ainda não alcançou a sensibilização almejada. Este autor identificou ainda, por meio do trabalho de Araújo (2007) que este indicador se apresenta como um instrumento regulador, mobilizando a sociedade e responsabilizando-a pelo baixo nível da qualidade educacional ao passo que isenta o Estado desta obrigação (PAZ, 2009).

A pesquisa de Gesqui publicada em (2012) constatou que as práticas educacionais das escolas paulistanas se tornaram mais efetivadas com o único objetivo de cumprir metas estipuladas para os índices de qualidade educacional única e exclusivamente para a obtenção de premiação financeira por parte dos professores.

Segundo o autor estas práticas educacionais tiveram como finalidade à realização de grande quantidade de avaliações simuladas com o intuito de treinar os discentes para as avaliações em larga escala e ainda na preparação e aprimoramento de elementos que permitam a sustentação dos alunos dentro do limite máximo de ausências permitido por lei promovendo-os para os anos seguinte.

Almeida, Dalben & Freitas (2013) entenderam a importância das avaliações em larga escala na busca da qualidade educacional, porém seus estudos questionam seu uso como única fonte na elaboração de políticas públicas, problematizando a ausência de avaliação por meio do IDEB de fatores externos na composição do desempenho, como socioeconômicos que ocasionem uma coleta de dados que não é capaz de determinar todos os elementos que compõem a eficácia escolar.

Neste sentido, Soares & Pereira Xavier (2013) observaram que a criação do Ideb significou uma grande e positiva mudança no debate educacional brasileiro pois somente a

partir da sua criação é que a ideia de que as escolas devem também ser avaliadas pelo aprendizado de seus alunos, expresso pelo desempenho, entrou definitivamente em debate, entretanto, essas autoras também criticaram a utilização isolada do Ideb devendo o mesmo ser associado à outras condições que possam descrever a realidade de oferta de ensino e o aprendizado dos alunos.

Outro ponto abordado por este autor é que o Ideb não sinaliza com clareza o que deve ser aperfeiçoado, o que dificulta a criação de políticas públicas que possam de fato se tornar eficazes na localidade em que estão sendo aplicadas, os autores ainda apontam outros problemas em relação ao Ideb, como por exemplo: somente alunos presentes no teste são considerados, matemática tem mais peso que leitura, naturaliza baixos desempenhos de muitos alunos, entre outras.

Gesqui (2016) analisou que a criação de indicadores de qualidade da educação foi muito importante para o Brasil mas questiona o fato de haver pouca discussão por parte da área técnica sobre a validade e precisão deste indicador e ainda constata que falta críticas por parte do público leigo que até certo ponto é compreensível pela maneira que é divulgado os resultados por parte dos órgãos oficiais, porém este autor faz ainda uma crítica ao silêncio que é observado por parte dos profissionais da educação juntamente com seus representantes diante da quantidade de produção acadêmica e legal sobre como é concebido o resultado do Ideb.

Para Alves e Soares (2013) o Ideb enquanto indicador dos níveis de qualidade de ensino em todo país não reflete a realidade diante da avaliação aplicada se mostrando ineficiente nesse sentido, pois está baseado em avaliações escritas com conteúdo iguais para todos os alunos de escolas públicas do país, sem considerar as desigualdades existentes, que nem sempre são sociais, mas, também culturais, devendo ser revista e aperfeiçoada de modo que possibilite o cumprimento de sua finalidade, qual seja, oferecer uma educação melhor para a sociedade.

Brandão & Carvalho (2015) perceberam que a busca por entendimento sobre a qualidade do ensino em escolas públicas, demonstraram que as principais diferenças se pautam em elementos como a infraestrutura da escola, o comprometimento e qualificação do corpo docente e inferiram ainda que as especificidades de cada unidade escolar são fundamentais para a qualidade do ensino público.

Para estes autores a identificação de desigualdades neste âmbito se apresenta como elemento diferenciador. Segundo eles, dentro do ambiente escolar, todos os envolvidos são agentes sociais com capacidade de melhorar o ensino público dentro do ambiente educacional.

Já Eying *et al* (2016) concluíram que a qualidade da educação básica tem relação com a qualidade de ensino e que não devem ser medidos por meio de pesquisas hegemônicas sem considerar as particularidades e especificidades das escolas, sobretudo quando se tem um país com grande extensão territorial. Quando ligada aos direitos humanos, a educação remete às individualidades existentes, com a real necessidade de respeito e consideração aos mesmos.

Corroborando com os demais autores citados, Cabral & Di Giorgi, (2012, p.126), afirmaram que:

os indicadores que aferem a qualidade da Educação Básica não podem restringir-se somente aos testes padronizados. Obviamente que eles são úteis, especialmente no novo formato proposto pelo PDE, o Ideb; todavia, a qualidade da Educação Básica **precisa ser verificada também por meio de outros indicadores**. Isso porque, como demonstram as pesquisas da Unesco, a qualidade da educação depende de inúmeros elementos; nesse contexto, nota-se que **a formação adequada dos professores** possui importância fundamental, pois são eles que mantêm o contato direto com os educandos. (Grifo nosso).

Entende-se, portanto, que as pesquisas de avaliação do desempenho educacional como estão estabelecidas são importantes, mas não devem ser consideradas como única forma de medir a qualidade da educação, necessitando ser analisadas conjuntamente, outros fatores internos e externos à escola, pois somente assim poder-se-á realmente aferir os problemas existentes e promover o seu enfrentamento visando a qualidade da educação.

2.4 Fatores internos e externos que impactam na qualidade da educação

Dentre as muitas definições que o conceito de educação de qualidade pode ter, pode-se compreendê-la atualmente como sendo aquela em que os alunos assimilam os conteúdos ministrados. A forma encontrada para mesurar se de fato esses conhecimentos foram absorvidos de maneira satisfatória, no Brasil, ocorre por meio da aplicação de testes padronizados pelo Inep, porém entre uma extremidade e outra, podem existir fatores internos e externos à escola que podem impactar nestes resultados, seja positiva ou negativamente (DOURADO, 2007).

Sobre este entendimento, Gesqui (2016, p.92) inferiu que:

é arriscado analisar ou elaborar um indicador de qualidade educacional sem a consideração de ao menos algumas das condições – intra ou extraescolares [...]; é arriscado afirmar que é de qualidade a educação oferecida por uma rede escolar ou por uma escola e, muito mais arriscado definir, nessas condições, políticas educacionais.

O entendimento de Gesqui (2016) é de que se deve medir a qualidade dos ensinamentos ministrados não de forma sintética, avaliando o desempenho em determinadas

disciplinas como Português e Matemática, devendo-se levar em consideração implicações de ordem interna e externa à escola que podem impactar significativamente no resultado obtido em cada localidade.

Na perspectiva de Soares (2004) os fatores que influenciam o desempenho cognitivo dos discentes podem ser segmentados em três grupos: a família; o próprio aluno; e a escola. O primeiro fator exerce a sua influência através de sua estrutura, seu envolvimento dentro do processo de aprendizagem, e através de recursos culturais e econômicos; o segundo influencia com as características pessoais; e o terceiro exerce influência sob os alunos através do corpo docente, método de ensino, recursos físicos, pedagógicos, gestão relacionada à direção, e características das turmas. Para o autor, o fator escola recebe ainda influências externas, culturais, religiosas, e também pelas políticas públicas educacionais.

Os estudos de Soares *et al* (2002) e Soares (2007) lançam olhares à origem e ao contexto socioeconômico do indivíduo, e concordam que de fato esses fatores tem grande impacto no processo de aprendizagem, contudo salientam que os fatores internos à escola também são imprescindíveis, tendo como destaque o professor (que está inserido no contexto escolar) como o principal impactante do desempenho acadêmico.

Outros trabalhos foram realizados com o intuito de investigar quais fatores internos e externos à escola além dos oficiais disponibilizados pelo Inep impactam na qualidade da educação com o objetivo de, posteriormente, auxiliar na elaboração de políticas públicas educacionais mais eficazes.

Estes indicadores educacionais estão relacionados à dimensão da escola como a média de alunos por turma e complexidade da gestão escolar, na dimensão do professor a média de horas aula diária que o docente ministra, adequação da formação docente (professores com ensino superior ou não e se o professor ministra disciplinas correlatas à sua formação) e esforço docente que significa a quantidade de turmas que um professor atende na mesma sala (as chamadas salas multiseriadas) ou mesmo diversas turmas únicas na mesma escola ou em diversas escolas, e na dimensão do aluno, a taxa de distorção idade série, taxas de rendimento, e nível socioeconômico da escola que na verdade contempla em seu cálculo informações do aluno, da sua família e os insumos que possuem em casa, como quantidade de eletrodomésticos e eletrônicos como computador, *tablet*, *notebook*, *DVDs*, internet, etc. (INEP, 2019).

Além dos indicadores citados acima, outras pesquisas têm sugerido ou até mesmo criado índices para investigar a correlação destes com desempenho dos alunos e a qualidade da educação. O trabalho de Riani & Rios Neto (2004) por exemplo, objetivou verificar como os

fatores familiares, escolares e comunitário exercem impacto na qualidade da educação. Os fatores familiares investigados foram os anos de escolaridade do pai e da mãe, ocupação do pai, chefia feminina e a quantidade de filhos em casa. No âmbito escolar os autores analisaram percentual de professores com ensino superior, número médio de alunos por turma, média de aulas diárias, percentual de escolas municipais com insumos como bibliotecas, quadra de esportes, laboratório de informática e ciências, e sobre o fator comunitário utilizou-se a média educacional do município.

Dourado (2007) discutiu a necessidade de se atentar para elementos fundamentais inerentes ao espaço social ocupado pela escola como forma de garantir que todos os aspectos que podem impactar no processo de aprendizagem sejam considerados. A condição social, cultural e econômica associadas ainda às obrigações governamentais relacionadas à oferta e garantia de padrões mínimos de qualidade e equidade, além de oferecer condições para o acesso e a permanência dos alunos na escola, são descritos como fatores extraescolares. Este autor ainda discriminou como fatores intraescolares a infraestrutura ou instalações adequadas, gestão escolar que sejam capazes de promover ensino e aprendizagem adequados, um ambiente escolar que promova condições apropriadas para o professor trabalhar com dignidade além das condições de acesso, permanência e sucesso escolar apropriados aos discentes.

Os estudos de Reynolds e Teddlie (2008) concluíram que instituições educacionais com níveis socioeconômicos similares e que recebem os mesmos insumos podem gerar ambientes escolares muito díspares. Para esses autores são os fatores internos que determinam essas diferenças e que se bem geridos têm maior probabilidade de cooperar para a transformação do contexto social no entorno de uma escola minimizando o impacto do nível socioeconômico no rendimento dos estudantes e contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado. O entendimento de Reynolds e Teddlie (2008) caminha no sentido oposto a outros estudos que apontaram fatores externos como variáveis que explicariam melhor as diferenças de desempenho entre os alunos, levantando a ideia de que as escolas teriam pouco impacto no desempenho dos alunos (COLEMAN, 2008).

Em sua tese, Franco (2009) analisou o impacto das características de alunos, professores, turmas, diretores e escolas no desempenho dos discentes da 4ª série em Matemática, tendo como premissa a utilização de dois conjuntos de painéis tendo como base o Saeb de 1997 a 2005, por meio deste estudo foi possível verificar que estas variáveis influenciaram no aprendizado dos alunos.

Outra proposta semelhante feita por este estudo foi investigar o efeito do financiamento educacional vigente na época (Fundef) no que se refere ao aumento do número de matrículas no ensino fundamental, se os insumos escolares como a razão quantidade de alunos por professor, percentual de escolas com laboratório de ciências e informática, biblioteca e quadra de esportes, percentual de professores com ensino superior, taxa de reprovação, aprovação e abandono aumentaram ou diminuíram.

Neste estudo verificou-se que mais recursos oriundos do financiamento educacional foram responsáveis pelo aumento no número de matrículas e influenciaram no aumento da razão alunos por professor e consequente na contratação de mais docentes e também no aumento de escolas com quadra de esportes, laboratórios de ciências e informática, mais notadamente no primeiro ano seguinte à implementação do fundo e ainda elevou o percentual de professores com ensino superior.

Gonçalves *et al* (2010) se propuseram a identificar os fatores determinantes na qualidade do ensino da antiga 4ª série do ensino fundamental nas escolas estaduais e municipais mineiras. Em seus estudos os autores trabalharam dois níveis de variáveis, sendo o nível 1 as variáveis relacionadas ao aluno como contexto familiar, trajetória escolar passada pelo discente e variáveis sociodemográficas, sobre o nível 2 foram analisadas variáveis relacionadas à escola como a infraestrutura (quadra de esportes, laboratórios, bibliotecas), equipamentos (retroprojeto, projetor de slides, antena parabólica e copiadora) corpo docente (percentual de professores com ensino superior, percentual de escolas que o docente leciona, entre outros).

Os resultados em relação ao contexto familiar demonstraram que alunos menos favorecidos tecnologicamente tiveram um desempenho escolar menor que os demais alunos que moravam com os pais ou com responsáveis que tinham hábito de ler, frequentavam as reuniões escolares, da mesma maneira alunos que iniciaram os estudos desde o pré-escolar, alunos que trabalhavam apresentaram um rendimento menor, do mesmo modo alunos reprovados em anos anteriores.

Sobre o comportamento dos professores, a pesquisa revelou que alunos estimulados por meio de aulas mais dinâmicas pelo professor apresentam melhor desempenho, assim também escolas que possuem maior número de docentes com curso superior. A respeito do fator infraestrutura, este demonstrou menor explicação sobre o desempenho escolar dos alunos, e discentes de escolas estaduais apresentaram uma média de rendimento superior à dos alunos da rede municipal, instituições onde foi constatado problemas com recursos humanos e aquelas

sem equipamentos tecnológicos tiveram nota inferior nos testes de português e matemática (GONÇALVES *et al*, 2010).

O artigo de Ferreira (2015) teve como objetivo a identificação de fatores que influenciam na conclusão do Ensino Fundamental, para tal foi utilizada a técnica de mineração de dados (*Data mining*) sendo posteriormente aplicada às informações do Censo Escolar da Educação Básica do Inep em 2014.

Em um primeiro momento, a partir de árvores de decisão (que são diagramas que apresentam uma sequência de decisões inter-relacionadas e os resultados esperados utilizadas pela técnica de *data mining*) os experimentos realizados contemplaram a totalidade das informações, em seguida, segundo a autora, as informações sofreram divisão entre dados dos alunos, das turmas e das escolas.

O estudo alcançou uma precisão por meio de todas as informações agregadas de 96, 71%, assim foi possível inferir que fatores como banda larga de internet, laboratório de ciências, auditório na escola e ensino privado, além de variáveis como a cor/raça branca, aulas de inglês e espanhol, artes e outras disciplinas não obrigatórias podem estar associadas à conclusão do Ensino Fundamental por parte dos alunos.

Identificar quais são os fatores que mais impactam o desempenho dos alunos e associá-los de forma complementar aos resultados obtidos por meio dos testes em larga escala como o Saeb e a Prova Brasil se apresentam como a forma mais adequada para se conhecer a realidade de determinada escola ou município, de modo que seja possível a criação de políticas públicas mais eficazes, que combatam as principais deficiências educacionais de determinada localidade (FREITAS, 2007).

Muito além de demonstrar a qualidade educacional do país, os resultados dos testes responsáveis por medir o desenvolvimento educacional de um país devem demonstrar com muito mais clareza e profundidade fatores que extrapolam o ambiente escolar, como os de ordem social, demográficos e culturais dos estudantes (COLEMAN *et al.*, 1966; BOURDIEU e PASSERON, 2008).

Desta maneira, a qualidade da educação deve ser determinada analisando-se não somente o quanto as crianças assimilam dos conteúdos ministrados e como os ensinamentos oferecidos a elas se revertem em benefícios pessoais, sociais e de desenvolvimento, mas também se fatores de ordem interna e externa têm sido satisfeitos, objetivando que todo esse conjunto de ações possam ser revertidos em ensinamentos que vão acompanhar esses indivíduos por toda a vida. A forma que o Estado encontrou para mensurar e acompanhar esse

desenvolvimento se deu por meio de indicadores de desempenho educacional. (CABRAL & DI GIORGI, 2012).

Considerando que existem fatores internos e externos ao indivíduo que condicionam sua trajetória escolar, optou-se por selecionar alguns indicadores levando-se em conta sua acessibilidade, disponibilidade e quantidade de informações disponíveis, além da realidade local. Desta maneira serão acessados do banco de dados do Inep os seguintes indicadores: regularidade docente, professor com ensino superior, infraestrutura escolar, bem como o próprio Ideb. Do banco de dados do IBGE informações sobre IDHM e PIB *per capita*, e do SIOPE, valores do Fundeb que poderão demonstrar relação mais significativa com a qualidade da educação no município cenário de estudo deste trabalho.

2.4.1 Regularidade docente

A regularidade docente é um indicador que foi criado pelo Inep para avaliar a rotatividade dos professores que atua na educação básica partindo da observância da permanência dos professores nas escolas nos últimos 05 anos.

Segundo estudos realizados pelo Inep (2015, p. 06,) por meio da nota técnica 11/2015:

A alta rotatividade de professores nas escolas pode afetar o estabelecimento de vínculo com a escola e alunos, pois um professor que permanece pouco tempo na escola tem menos condições para identificar situações específicas dos alunos e da comunidade atendida pela escola, de dar continuidade a planejamentos, nem de contribuir na resolução de eventuais problemas pelos quais a escola esteja passando.

Essa rotatividade não é positiva, visto que interfere no andamento e na qualidade do ensino. Vínculos não são criados, trabalhos e projetos são interrompidos, dando lugar muitas vezes ao imprevisto, comprometendo a aprendizagem dos alunos e prejudicando a construção da identidade escolar (AZEVEDO, 2012).

Ferreira (2006, p.3) percebeu que:

Um dos principais problemas enfrentados pela escola pública é a alta rotatividade de professores, decorrentes do alto índice de professores temporários, o que vinha prejudicando a construção de um vínculo efetivo entre professor e escola e entre seus pares dificultando a realização do trabalho educativo.

Em seu estudo em uma escola da rede estadual de São Paulo, Silva (2007), observou que professores que apresentam estabilidade de trabalho e benefícios sobre as demais categorias de docentes contratados como garantia de aula e poder de escolha de horários de trabalho são os que apresentam o maior índice de rotatividade em todos os anos estudados por sua pesquisa fato contrário ao descrito por Ferreira (2006).

Ainda assim é possível perceber a relação existente entre o tempo de permanência e estabilidade de um professor em uma mesma escola com a melhora do desempenho de aprendizagem dos estudantes, tal relação se dá pelo fato de que a estabilidade de atuar em uma mesma escola por períodos prolongados permite que os professores conheçam melhor a realidade escolar e tenham a oportunidade de analisar os resultados obtidos e se dediquem mais plenamente às necessidades da escola, dos alunos e da comunidade escolar (SILVA, 2019).

Neste sentido, para De Biasi (2009, p. 37):

Como mediador do processo educativo, o professor atinge o padrão de qualidade necessário para tal, por meio de boas condições de formação e de trabalho. Para tanto, é importante que se garanta formação inicial e continuada e também outras condições, tais como: estabilidade do corpo docente, tempo para estudos e realização do trabalho coletivo, uma adequada relação entre o número de professores e o número de alunos, carreira, salários condizentes com a importância do trabalho.

Conforme a autora, sua pesquisa permitiu demonstrar que o tempo de serviço em uma mesma escola produz efeito positivo sobre o desempenho do aluno, resultado que confirma a necessidade de estabilidade e lotação do professor em uma mesma escola, pois as descontinuidades geradas nessas trocas e a natural demora na adaptação na relação professor-aluno causam prejuízo do processo de ensino-aprendizagem dificultando a formação de capital humano.

Na visão dos autores citados, a qualidade dos serviços educacionais é prejudicada no contexto de vínculos profissionais instáveis e combater essas altas taxas de rotatividade podem ser entendido como investimento para que a educação ofertada seja melhor.

2.4.2 Professores com ensino superior

Levando-se em consideração a formação docente pode culminar em resultados positivos ao processo de aprendizagem e impactar diretamente a qualidade de sua atuação no processo de ensino conforme constataram (HAMMOND, 2000; HUANG & MOON, 2009; GUIMARÃES *et al*, 2013; CHETTY, FRIEDMAN & ROCKOF (2014) e SEEBRUCK, 2015), pode-se inferir que, preparar os professores por meio da formação continuada, estes poderão se comprometer com o ensino e se tornarem responsáveis com o desempenho dos alunos.

Neste contexto, Barbosa & Maia (2012) disseram que a formação docente promove a obtenção de competências e conhecimentos, englobando a formação inicial e continuada, levando estes profissionais a atualização e aperfeiçoamento constantes, ou seja, é a estratégia

que permite ao professor buscar informações e conhecimentos que tem a ver com a área onde irá atuar.

Dialogando com este entendimento Hammond (2000, p. 2), no que diz respeito à análise dos efeitos que os professores exercem no âmbito das salas de aula, afirmou que “[...] a diferença de eficácia de professores é um forte determinante das diferenças no aprendizado do aluno, sobrepondo inclusive os efeitos de diferenças entre o tamanho das turmas e sua heterogeneidade”

Sobre a qualificação do corpo docente, ou professores com ensino superior, a LBD faz previsão em seu artigo 62 dos requisitos mínimos que todo profissional deve ter para atuar na educação básica, sendo a formação em nível superior expressamente exigida (BRASIL 1996).

Neste sentido, os estudos de Carneiro (2003, p. 150) apontaram que:

O ideal é que se tenham docentes com formação avançada para atuar num nível de educação onde são definidos os valores e as condições básicas para o aluno apreender o conhecimento mínimo e laborar a visão estratégica imprescindível a compreender o mundo, intervir na realidade e agir como sujeito crítico.

Observa-se que quanto mais qualificado e atualizado for o professor, maiores são as chances de que os estudantes possam adquirir conhecimento que os possibilite desenvolver todas as competências que lhes são necessárias, para que os mesmos possam ser agentes de transformação de sua própria realidade e, conseqüentemente, de seu país.

Mello (2000) considerou que é imprescindível que os professores tenham domínio dos conteúdos que devem ser ministrados e dos meios para fazê-lo com eficácia. Contudo, não basta apenas ter domínio sobre os conhecimentos técnicos para que estes profissionais sejam considerados eficientes, devendo-se levar em conta, para tal afirmativa, se ele é capaz de proporcionar ao aluno uma experiência intelectualmente estimulante e socialmente relevante, além de outras questões como: didática, comprometimento, motivação e satisfação profissional.

Outro fator relevante para a obtenção de uma educação de qualidade é o investimento em formação continuada, pois quanto mais atualizado e preparado o professor estiver entende-se que melhores resultados serão obtidos no desempenho dos alunos. Neste sentido, Mourão e Esteves (2013, p. 507) afirmaram que “[...] não há como falar em melhorar o nível de competência dos alunos, sem investir na melhoria da competência do professor que ensina”.

É possível perceber conforme os estudos destes pesquisadores, a relação entre a qualificação de professores com o sucesso no desempenho escolar, uma vez que é por meio de

sua formação que ocorre a construção de conhecimentos essenciais para a construção de cidadãos que possam se desenvolver plenamente e contribuir para o desenvolvimento do país.

2.4.3 A infraestrutura escolar

A infraestrutura escolar é outro fator interno à escola que merece destaque, porque, segundo estudos de Riani (2004), a disponibilização de recursos escolares é imprescindível para a melhoria da aprendizagem dos alunos, pois escolas que possuem quadras, laboratórios de informática e biblioteca, computadores para os alunos e acesso à internet e banda larga influenciam positivamente na assiduidade dos mesmos à escola.

Pelos repasses feitos por meio da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) através do Fundeb às escolas é possível notar que houve melhoria da infraestrutura de muitas delas, disponibilizando aos alunos da rede pública estrutura que, sem o repasse de recursos destinados à educação, seria inexistente. Segundo Sátyro & Soares (2008), as benfeitorias que são realizadas na infraestrutura escolar geram efeitos positivos, ainda que tímidos, na melhoria dos resultados escolares.

Os estudos de Marzocchi & Oliveira (2009) se destinaram a investigar a associação dos recursos escolares disponíveis nas escolas públicas brasileiras com o desempenho dos alunos participantes do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), no ano de 2006, mais especificamente na área de ciências, chegando à conclusão de que as escolas com melhores equipamentos e recursos educacionais tiveram maior chance de obter melhor desempenho.

Esses estudos sinalizam que quanto melhor for a estrutura escolar melhor será o ambiente de estudo, que conseqüentemente favorecerá o desempenho dos alunos. Ainda segundo Franco *et al.*, (2007, p. 3), “a infraestrutura escolar pode exercer influência significativa sobre a qualidade da educação”, se fazendo necessário aproveitar melhor as informações que são disponibilizadas sistematicamente pelo censo escolar, de forma a conhecer a fundo a condição atual das escolas do país para se apurar o que ainda precisa ser melhorado.

Apesar da relevância destes estudos, deve-se considerar que boa estrutura por si só não é condição suficiente para garantir o aumento do desempenho dos alunos. Franco & Bonamino (2005) entenderam que além de se verificar a presença ou não de determinando insumo, deve-se também levar em conta se quando eles estão presentes, são utilizados corretamente no âmbito escolar e se são motivo de interesse dos alunos.

O entendimento que se chega de acordo com aqueles autores, é de que mesmo que a infraestrutura seja um fator que contribua para a melhoria da aprendizagem e desempenho dos alunos, a mesma não deve ser considerada de forma isolada, devendo correlacioná-la a diferentes fatores para se chegar o mais próximo possível dos determinantes que influenciam na eficiência educacional.

2.4.4 O Produto Interno Bruto per capita e o IDHM

Os fatores externos à escola também devem ser considerados quando se pretende entender os determinantes que impactam na qualidade educacional. Neste estudo serão considerados os indicadores socioeconômicos que são fatores externos à escola, mas que acabam influenciando no desempenho educacional dos alunos como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) (FULLY, SILVA & SILVA, 2019; MENDES, 2018, PINTO, 2014 e PINTO, 2015).

Segundo Mello e Bertagna (2016, p. 1137),

A qualidade educacional, [...] requer uma contextualização de **fatores adversos à escola**, sendo mais importante analisar os resultados para superar as discrepâncias do que enaltece-los através das mídias com ênfase na classificação. Portanto, entende-se que considerar a qualidade obtida por meio de índices que consideram o desempenho em uma prova padronizada e o fluxo escolar sem analisar **outros fatores que influenciam a educação** é omitir o fato de que em nossa sociedade capitalista há desigualdade e, que esta desigualdade, **interfere na aprendizagem dos alunos, ou seja, que esta limita as condições objetivas para que se aprenda**. (Grifo nosso)

Dentre os fatores externos à escola que podem impactar no desempenho educacional, estudos econométricos de Fully, Silva & Silva (2019); Kroth & Gonçalves (2016); Lopes & Torrent (2016); Souza (2016) mostraram uma correlação positiva dos fatores como PIB *per capita* e IDHM sobre o resultado do Ideb. Segundo os estudos destes autores, municípios com maiores níveis de desenvolvimento socioeconômico e social deveriam apresentar melhor resultado no indicador de qualidade como esperado e o contrário também é verdadeiro, ou seja, municípios com níveis socioeconômicos mais baixos tendem a apresentar resultados mais tímidos, uma vez que o desenvolvimento da educação está diretamente ligado à quantidade de recurso que o município recebe para investir na área.

O IDH foi criado em 1990 pela Organização das Nações Unidas (ONU), mais especificamente por Mahbub ul Haq, tendo como colaboração o economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. Este indicador é utilizado para medir a qualidade de vida de um país, de uma região, de uma cidade de modo que governos possam

criar políticas públicas e direcionar investimentos para que a sociedade se desenvolva cada vez mais. O desenvolvimento dos países é medido pelas dimensões de renda, saúde e educação, (BARDEN, 2009, SEN, 2005).

Este indicador também serve de parâmetro para qualificar as nações. Segundo Jannuzzi (2001), pelos indicadores socioeconômicos como o IDH, os países são classificados como desenvolvidos ou ricos, em desenvolvimento ou de economia emergente ou subdesenvolvidos (pobres). Por meio da divulgação destes dados é possível a criação de programas e políticas públicas voltadas para erradicação da pobreza e da fome por exemplo, estendendo-se para outras dimensões como a educação, por meio da erradicação do analfabetismo.

O Quadro 6 a seguir destaca as variáveis de cálculo das dimensões mais importantes no que se refere ao desenvolvimento humano, quais sejam: renda, saúde e educação. Nele, a renda é mensurada pela renda municipal *per capita*, ou seja, a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município.

A educação é mensurada em um primeiro momento pela escolaridade da população adulta – percentual de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo e em um segundo momento pelo fluxo escolar da população jovem – compreendido como a média do percentual de crianças de 5 a 6 anos que frequentam a escola, percentual de jovens de 11 a 13 anos que frequentam os anos finais do ensino fundamental, percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Os dois subíndices de educação têm pesos diferentes: o primeiro possui peso um e o segundo, peso dois. Por fim, a saúde é mensurada pela expectativa de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano viveria, mantendo os padrões atuais de mortalidade (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013; PNUD, 2019).

O índice de desenvolvimento humano possui variação de 0 a 1, assim, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano em determinada localidade. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil segue a mesma metodologia do IDH com relação ao cálculo, mas vai além no sentido de se ajustar às realidades municipais, refletindo as particularidades e desafios regionais no que diz respeito ao desenvolvimento humano no país. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2019).

Quadro 6 – Variáveis de cálculo do IDHM

Vida Longa e saudável	Medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência.
Padrão de vida	Medido pela renda municipal <i>per capita</i> , ou seja, a renda média de cada residente de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município - inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE.
Acesso ao Conhecimento (Educação)	É medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo - tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo - tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar.

Fonte: Elaboração própria baseada em informações do PNUD (2019).

Pela Figura 1 é possível verificar a evolução do IDHM para educação e longevidade nos anos de 2012 a 2017, bem como o IDHM renda de 2016 a 2017.

Observa-se que o IDHM do Brasil evoluiu entre os anos de 2016 a 2017, de 0,776 para 0,778. Esse desempenho pode ser justificado pela melhora dos subíndices educação e longevidade apesar de ligeira queda da renda, sendo ainda classificado como alto desenvolvimento humano, desta maneira, torna-se necessário entender como estes resultados têm sido refletidos em esferas cada vez menores da nação como os municípios.

Figura 1 - Evolução do IDHM e seus subíndices - Brasil (2012-2017)



Fonte: RADAR IDHM baseado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2019).

Outro indicador externo se refere ao Produto Interno Bruto, que pode ser considerado um dos principais índices de riqueza produzida por uma economia. É por meio dele que se consegue medir o crescimento de um país em suas áreas produtivas tais como serviços, agropecuária e indústria, permitindo desta maneira observar o crescimento econômico regional. Para estimar o seu valor é utilizado como cálculo a soma de todos os bens e serviços produzidos no país (CONSTANTINO, PEGORARE & COSTA, 2016; MANKIW, 2005).

Já para o cálculo do PIB *per capita*, o valor do PIB é dividido pelo total de indivíduos de determinada região, resultando seu valor ao que cada brasileiro receberia caso todos tivessem partes iguais no que diz respeito à distribuição de renda. Municípios que apresentam mais igualdade de renda são mais propensos a gerar oportunidades para uma parcela mais ampla da população promovendo assim, desenvolvimento econômico. No Brasil encontram-se municípios que chegam a ter renda *per capita* 190 vezes maior que outros, essas discrepâncias de riqueza acabam refletindo em áreas de suma importância, como é o caso da educação, segundo estudos de (PEREIRA *et al* 2011).

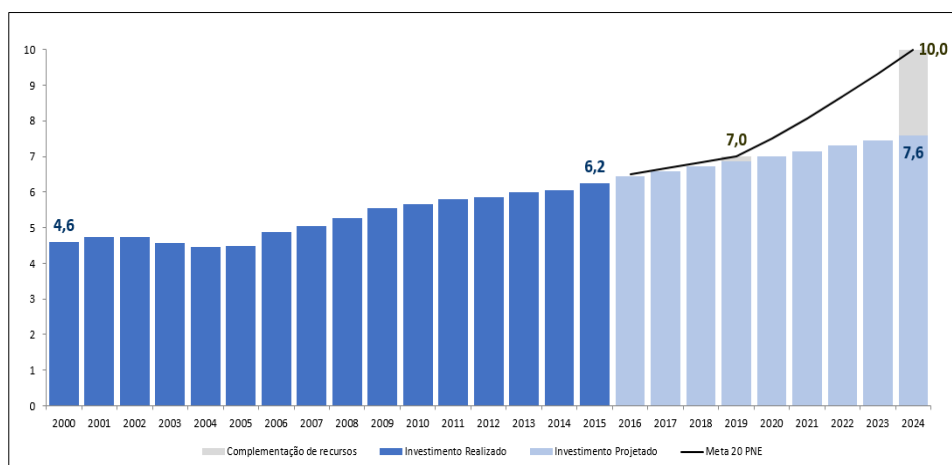
O atual Plano Nacional de Educação, com vigência entre 2014 a 2024, fez previsão de uma inédita vinculação entre o financiamento público da educação nacional e o PIB em sua meta 20, a saber:

ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, **no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.** (PNE LEI Nº 13.005, 2014). (Grifo nosso)

O PNE estimou uma meta a ser cumprida até 2024 equivalente a 10% do PIB, estabelecendo que os recursos financeiros deveriam ser investidos em educação, porém, pôde ser observado que no último levantamento realizado em 2015 foi registrado um investimento na área equivalente a 6,2%, ainda distantes do planejado (INEP, 2015).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou em 2015 o “Investimento Público Total em Educação” em relação ao PIB, o qual refere-se aos recursos aplicados somente no segmento público.

Figura 21 - Evolução do investimento público total em educação e metas projetadas para 2024 segundo PNE (2014)



Fonte: INEP/MEC (2015).

A Figura 2 demonstra a evolução em percentuais dos investimentos realizados e projetados para a educação no Brasil até o ano final de vigência do PNE. Ainda segundo Amaral (2015), para se atingir o percentual estimado, o país deverá crescer a uma taxa média de 1,46% ao ano, entretanto desde 2014 o Brasil vem apresentando crescimento próximo de zero, o que certamente impactará no alcance do valor projetado e destinado para a educação até 2024.

Apesar do investimento em educação, ou seja, 5,7% do PIB, percentual acima da média dos países desenvolvidos, o Brasil gasta pouco por aluno (dadas as proporções continentais de seu território), se comparado aos outros países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que conta com cerca de 36 nações, grande parte desenvolvida. A tabela 3 indica o percentual do PIB dos países que mais investem em educação no mundo.

Tabela 3 - Percentual do PIB utilizado em gastos públicos em educação

Irlanda	3,2%
Japão	3,3%
Luxemburgo	3,9%
Turquia	3,9%
Alemanha	4,4%
Coreia do Sul	4,6%
Portugal	4,6%
Média OCDE*	4,9%
México	4,9%
Áustria	5,2%
Nova Zelândia	5,4%
Brasil	5,7%
Finlândia	6,7%
Islândia	7,3%
Noruega	8,1%

Fonte: Elaboração própria baseada em informações de *Education at a Glance* - OCDE (2018) com dados de 2015. (* Média estimada a partir dos dados disponíveis, o que não inclui, entre os membros da OCDE, Canadá, Dinamarca, Grécia e Estados Unidos).

Os valores anuais por discente na rede pública brasileira são 54% menores se comparado as de outras nações, sendo assim, ainda que seja uma parcela significativa do PIB, os investimentos não alcançam as necessidades da população com estrutura demográfica com tantas crianças e jovens, realidade tão distinta de países ricos, dessa maneira ocorre que os valores investidos por aluno se tornem muito baixos (JUSTINO, 2019; LIMA, 2019; OCDE, 2018).

Há estudos que chegaram à conclusão de que o aumento dos gastos por aluno elevaria o desempenho no Ideb como revelaram Kroth & Gonçalves (2016) e Sobreira & Campos, (2008). Por outro lado, estudos de Lopes & Torrent (2016) apontaram que apesar do consenso geral ser de que se deve investir sempre mais em educação, o problema do baixo desempenho dos estudantes no Brasil pode não estar relacionado com o volume de recursos destinados à educação, relacionando o fracasso escolar a outros fatores como a ineficiência governamental dos gastos destinados à educação.

Diante dos estudos apresentados entende-se relevante analisar mais profundamente quais são os reais efeitos dos recursos do Fundeb e de fatores internos e externos às escolas que podem ter refletido sobre os resultados de desempenho obtidos pelos estudantes.

2.5 Estudos internacionais sobre a qualidade na educação e seus determinantes internos e externos

Para esta pesquisa foi feita uma investigação sobre teses, dissertações e artigos com a temática sobre “Qualidade na Educação” nos idiomas inglês e espanhol com delimitação a partir de 2007 até 2019 por abarcarem o período que foram investigados dentro dos objetivos deste trabalho.

Os itens selecionados foram pesquisados na *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, Acervo da Biblioteca da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Portal de Períodos da Capes (Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior) *REDALYC (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal)* e na *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* entre outros.

Os resultados mais expressivos são oriundos dos periódicos indexados pela *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, *Scielo* e pela Capes e os países mais proeminentes em pesquisas sobre educação básica são os países latino-americanos e Espanha, seguido pelo Canadá. Os tipos de trabalhos acadêmicos como os artigos foram os mais recorrentes dentro da temática sobre qualidade na educação básica. A partir daí foram selecionados dez trabalhos para a construção desta seção. A seguir, são apresentadas as considerações relevantes relacionadas ao tema de estudo deste trabalho.

O trabalho de Bondarenko Pisemskaya (2007), se propôs a estudar os conceitos de qualidade por meio do ponto de vista etimológico, ou seja, seus antecedentes históricos, a qualidade da educação no contexto ibero-americano, norte americano e venezuelano, bem como suas definições sobre duas perspectivas, sendo o sentido de qualidade no âmbito empresarial e seu sentido no âmbito educativo.

O pesquisador concluiu que o termo educação é amplo e de difícil compreensão e que em alguns momentos pode se tornar abstrato quando se eleva à categoria filosófica apontada no artigo. As discussões sobre qualidade da educação não esgotam em seu trabalho, sendo sugerido novos estudos teóricos comparativos sobre as categorias abstratas e pragmáticas.

Hickey & Hossain (2019) observaram em seus estudos que em muitos países em desenvolvimento a expansão do acesso à educação não significou melhora nos resultados de aprendizagem. Estes autores entenderam que os resultados educacionais em países em desenvolvimento são moldados também por fatores políticos e econômicos. O estudo finaliza

com uma discussão das estratégias a serem pensadas acerca da reforma da qualidade da educação.

A obra de Cruz, Toro & Duarte (2009), teve o intuito de apresentar considerações teóricas que constituem ponto de encontro para reflexão acerca do conceito de qualidade em relação à educação. O trabalho é parte do projeto “Mais Educação de Qualidade” promovido pela equipe da Fundação Centro Internacional de Educação e Desenvolvimento Humano, juntamente com a Secretaria de Educação do Município de Soacha e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) da Colômbia.

Neste artigo foram discutidas as diferenças entre as aproximações realizadas a partir da política educacional sobre a noção de qualidade da educação bem como de trabalhos que discutem contextos educacionais locais e regionais além das experiências institucionais em torno de uma educação de qualidade.

No trabalho foram destacados o caráter múltiplo que o conceito de qualidade possui bem como os desafios que as escolas enfrentam quando tentam ofertar uma educação de qualidade, mediante às demandas de contextos educativos reais com os anseios dos diferentes entes sociais que compartilham da mesma realidade institucional educacional, dando-lhes o direito a usufruir das práticas escolares, e ao mesmo tempo potencializar a subjetividade política, em particular de crianças e adolescentes.

Já o trabalho de Early *et al* (2007) apontou que cada vez mais tem se exigido por parte dos formuladores de políticas públicas que professores que desejam atuar na rede pública tenham como qualificação mínima o ensino superior acreditando que esta exigência garantiria uma educação de qualidade, contudo os resultados encontrados demonstram que estas políticas não são suficientes para melhora da qualidade do ensino, sendo necessário aumentar a eficácia por meio de outros recursos, tais quais a interatividade entre professores e alunos.

Cavieres Fernandez (2014) iniciou seus estudos partindo da premissa de que o sistema educacional chileno está em crise devido a desigualdade originada a partir da privatização na área educacional que tem conduzido a população escolar à segregação, levando à exclusão aqueles estudantes com menos recursos econômicos.

O artigo discute ainda que a melhora da qualidade educacional nos estabelecimentos escolares é parte da solução para a crise do sistema Chileno, porém se levanta que esta qualidade também é parte do problema. Para o desenvolvimento deste argumento o estudo se estruturou em três levantamentos fundamentais: que a qualidade educacional é parte

da privatização dos centros escolares, parte da segregação que são produzidos entre eles e parte da exclusão que prejudica os alunos dos setores mais empobrecidos economicamente no país.

Os estudos de Castro Pérez & Morales Ramirez (2015) se debruçaram sobre a temática dos ambientes de aula que promovem aprendizagem sob a perspectiva dos alunos. Neste aspecto o objetivo levantado pelo artigo foi determinar quais os fatores físicos e socioemocionais do ambiente escolar que favorecem a aprendizagem. A metodologia utilizada teve enfoque misto, sendo do tipo exploratória e descritiva apontando os diversos elementos físicos e emocionais que influenciam na aprendizagem.

A pesquisa alcançou uma população de 307 crianças de centros escolares públicos tendo como principais instrumentos utilizados questionários estruturados com questões abertas e fechadas e revelou que os estudantes consideram importantes aliados do aprendizado: o desenvolvimento de mais atividades lúdicas e divertidas; a manutenção em bom estado de conservação de mobiliários, materiais didáticos e a infraestrutura; a formação de bons professores que conseqüentemente tornam as aulas melhores e que apenas uma pequena parte considera outros fatores não citados ou não souberam responder.

O trabalho de Gaete & Ayala (2015) objetivou caracterizar as escolas básicas que os cidadãos do Chile gostariam que existissem. Os autores observaram que a população entende que a qualidade da educação depende da qualidade dos professores e esperam que a partir de um processo de treinamento estes atores educacionais possam oferecer um ensino que vise o desenvolvimento integral dos alunos, considerando aspectos como autoestima, responsabilidade e boa convivência.

Entretanto a expectativa da população chilena revela um contraste marcante entre o que eles esperam e o que realmente acontece na maioria das escolas, focadas apenas em aspectos cognitivo-intelectuais.

Torche *et al* (2015) investigaram um modelo para compreender a forma que diretores e professores entendem o conceito de educação de qualidade. O resultado surgiu das opiniões de diretores e professores em 12 estabelecimentos de ensino. O modelo que foi proposto faz distinção de três níveis de profundidade para organizar os componentes da educação de qualidade. Os dois primeiros níveis se relacionam com o comprometimento pessoal e afetivo dos alunos, além de treinamento em atividades de valor para a vida, enquanto o terceiro incorpora resultados de aprendizagem e variáveis relacionadas à gestão escolar. Sob este modelo, foi possível entender melhor como os atores educacionais (diretores, professores

e alunos) se relacionam com as estratégias de avaliação da qualidade (particularmente a simulação) e outras políticas educacionais relacionadas.

A pesquisa de Flores Crespo *et al* (2016) questionou por que a melhora da qualidade da educação básica Mexicana não evolui. Afeririam que a escolaridade média da população aumentou nas últimas quatro décadas, mas que este aumento foi lento e irregular. Em termos de aprendizado, alunos mexicanos apresentaram um padrão acentuado de desigualdade, apesar dos recentes esforços sociais e governamentais.

Dentro dos fatores que carecem de investigação e que são sugeridos por estes pesquisadores são consideradas como linhas de estudos prioritárias os docentes, incluindo sublinhas específicas como: ensinar práticas de leitura e escrita, matemática, ciências naturais sociais e outras áreas, estudar a trajetória destes professores, formação inicial, a formação continuada bem como seu desenvolvimento profissional. Estes autores sugerem que sejam estabelecidos sistemas de avaliação que levem em consideração a complexidade do trabalho docente e a cultura do magistério, entre outras.

São sugeridas ainda linhas de estudos voltadas para as boas práticas educacionais em vários níveis, linhas de estudo sobre avaliação e seu bom uso, linhas de pesquisa sobre inequidade e desigualdade, políticas educacionais, além de linha de estudos de síntese crítica da pesquisa educacional. Por fim, os pesquisadores ainda propõem que o governo mexicano crie fundos para apoiar as linhas de pesquisas assinaladas.

O artigo de Acuna Gamboa & Pons Bonals (2016) discute a qualidade da educação apresentando como ela tem sido fundamental na definição de política educacional voltada para o nível da educação básica. Para isto foram analisados conteúdo de 15 documentos publicados entre 2012 e 2015 por três organizações internacionais, além de sete documentos importantes para o planejamento e avaliação do ensino básico no México. O trabalho investigou as pesquisas de organismos internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), OCDE e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sobre a qualidade educacional de nível básico na região da América Latina e Caribe e os diversos países que os integram sendo o México o país com menor desempenho educacional.

Os pesquisadores concluíram que a definição do conceito de qualidade entendido pelos organismos internacionais é ambígua e possuem diferentes nuances, e que para se atingir esse padrão de qualidade na educação básica, se faz necessário definir linhas de ação e áreas de intervenção, podendo ser agrupado em infraestrutura e equipamento escolar, avaliação do desempenho docente e formação docente inicial e contínua.

O Quadro 7 a seguir apresenta uma síntese das principais percepções a respeito da definição das linhas de ação e áreas de intervenção para uma educação de qualidade segundo os autores supracitados.

Quadro 7 - Definição de linhas de ação e áreas de intervenção para a educação de qualidade

Infraestrutura e equipamento escolar	Áreas de intervenção propostas apenas pelo BID. Referem-se, por um lado, à necessidade de construção de condições e serviços básicos nas escolas, com o entendimento de que contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos alunos; Para o BID, esses são eixos de ação relevantes para atender não apenas no México, mas à toda a América Latina e no Caribe.
Avaliação do desempenho docente	Área proposta pela OCDE e pela Unesco, em cujos documentos eles emitiram sugestões para melhorar ou criar Sistemas de avaliação de desempenho de professores mais robustos e abrangentes, que permitem ao México e outros países em desenvolvimento medir a qualidade do ensino de seus professores. Para isso, nesta área, propõe-se - por ambas as organizações - desenvolver padrões para o ensino, projetar uma avaliação formativa que gradualmente se torne uma avaliação sumativa, pesar a conquista da aprendizagem do aluno de acordo com suas necessidades, o clima escolar, entre outros aspectos que devem ser avaliados por pessoal treinado e competente para essas atividades. Assim, a avaliação do desempenho dos professores serve como um filtro que viabilizaria, com a aprovação de sua implementação, atrair e reter os melhores professores para trabalhar na educação básica e, assim, elevar a qualidade da educação em nível.
Formação docente Inicial e contínua	É a área de intervenção referida e reiterada nos documentos elaborados pelos três organismos internacionais. Nestas, é dado como certo que a má preparação dos candidatos para ocupar cargos de ensino na educação básica é uma das principais razões pelas quais a qualidade da educação na América Latina e no Caribe não melhora. É concebido que o trabalho do professor está longe de ser apreciado e respeitado pelo ex-credor, deixando essa profissão como uma das últimas opções para jovens com estudos pré-universitários ideais; ao contrário, tornou-se a porta fácil para estudantes de médio e baixo desempenho acadêmico que desejam continuar sua vida escolar.

Fonte: Elaboração própria baseada em Acuna Gamboa & Pons Bonals (2016).

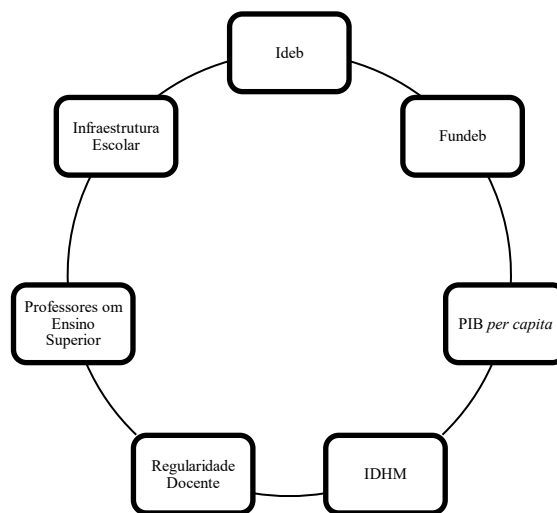
Além das pesquisas apresentadas, outros estudos contribuíram para a problematização, discussão e inovação dos sistemas educacionais de qualidade pelo mundo afora, como por exemplo, Ampratwum *et al* (2019), Williams (2019), Kelsal *et al*(2019), Kjoer & Muwanga (2019), Prichett e Grindlle, (2019) entre outros.

Todos estes estudos explorados apresentam ponto de convergência, qual seja, a busca pela qualidade da educação, podendo ser considerados centrais e relevantes para o desenvolvimento de qualquer nação, motivo pelo qual abrem espaço para novos estudos ou agendas de pesquisa em diversas áreas subjacentes relacionadas, como por exemplo o estudo da qualidade da educação na visão econômica e na visão social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção dedica-se a apresentar os procedimentos metodológicos que foram empregados por esta pesquisa segundo as variáveis que foram adotadas como Ideb (variável dependente) e as variáveis independentes (Fundeb, PIB *per capita*, IDHM, índice de regularidade docente, percentual de professores com ensino superior e indicador de infraestrutura escolar).

Figura 36 - Variáveis utilizadas no modelo de regressão linear com dados em painel



Fonte: Elaboração própria (2020).

3.1 Quanto aos Meios

Para este trabalho adotou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica que segundo Vergara (2016, p.43), “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Estes materiais deram embasamento e estrutura além de fundamentar as discussões que estão elencadas neste trabalho.

A pesquisa é classificada ainda como documental conforme abordagem de Vergara (2016), uma vez que foi necessário apuração, tratamento e análise de dados secundários de órgãos públicos como, por exemplo, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e o Tesouro Nacional, Sistemas de Informações sobre Orçamento Público (SIOPE)

referentes aos repasses dos investimentos do Fundeb nas plataformas digitais, documentos tais como, relatórios, registros e regulamentos técnicos sobre fatores internos e externos às escolas de Minas Gerais (Inep), dados dos últimos levantamentos divulgados pelo IBGE, além de dados oriundos do DATASUS- Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde e legislações pertinentes ao assunto.

Foi desenvolvida, ainda, uma análise estatística descritiva, a qual foi combinada com a técnica de regressão linear com dados em painel com o intuito de ponderar a relação entre o Ideb (2007-2017), Fundeb e fatores externos e internos das escolas públicas municipais (Ensino Fundamental I) de Caratinga/MG.

3.2 Quanto aos Fins

Para um melhor alcance dos objetivos e melhor apreciação desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa descritiva. Segundo Vieira (2002), a pesquisa descritiva procura perceber e identificar as qualidades e objetivos do contexto, a fim de construir indicadores que possam medir o desempenho, no caso desta pesquisa, os valores dos repasses e investimentos ao Município por parte do Fundeb e demais fatores sobre o resultado da qualidade educacional aferida pelo Ideb.

3.3 Cenário e objeto da Pesquisa

O cenário e objeto de estudo desta pesquisa foram os efeitos do Fundeb e dos fatores internos e externos sobre o Ideb das 13 escolas que oferecem o Ensino Fundamental I (quinto ano) de competência do município de Caratinga/MG.

3.4 Coleta e tratamento de dados

Para Marconi & Lakatos (2011, p. 149), a coleta de dados trata da “etapa da pesquisa em que se inicia com a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”, portanto o levantamento dos dados deste estudo se deu como dito acima através da pesquisa documental, amparando-se em consultas aos sites dos órgãos públicos oficiais.

A escolha pela delimitação temporal para a coleta de dados compreendeu os anos de 2007 a 2017, sendo o ano de 2007 o marco da criação do Ideb bem como a efetivação de sua aplicação e análise de seu resultado no Brasil (Inep, 2019). A aplicação e divulgação dos resultados das avaliações em larga escala ocorrem em períodos bianuais, motivo pelo qual foi respeitado este intervalo de tempo entre um resultado e outro desta variável bem como das demais.

A coleta dos dados deste trabalho foi desenvolvida acessando as informações dos indicadores educacionais e microdados, disponibilizadas no Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Para as variáveis como o Ideb, percentual de professores com ensino superior, e o índice de regularidade docente. Já os valores do Fundeb foram acessados por meio da Secretaria do Tesouro Nacional e da Prefeitura Municipal de Caratinga e seu cálculo foi realizado em um primeiro momento conforme a Lei 11.494 de 2007, em que o valor do Fundeb foi dividido pelo número de matrículas do município determinado pelo Censo Escolar. Os dados referentes ao PIB *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foram acessados por meio do sítio do IBGE e também pelo sítio do DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

Sendo assim esta foi classificada como pesquisa quantitativa a qual é abordada por Vergara (2016) como um método que se dedica ao estudo de dados estatísticos, com o objetivo de gerar informações precisas, confiáveis e verídicas com base em análise estatística. A utilização deste tipo de pesquisa oferece precisão nos resultados a fim de se evitar erros de análise e interpretação de dados.

Nesse sentido o modelo adotado para identificar correlação entre os valores do Fundeb e demais indicadores educacionais e socioeconômicos das 13 escolas selecionadas do município de Caratinga, sobre o resultado do Ideb foi o modelo de regressão linear com dados em painel.

Greene (2002) afirmou que análises por meio de dados em painel ou longitudinais são um dos assuntos mais inovadores em econometria pois, por meio deste tipo de modelo de regressão, é possível o fornecimento de um ambiente rico para elaboração de técnicas de estimação.

Wooldridge (2006, p.403) inferiu que “conjuntos de dados em painel relativos a distritos escolares, Municípios, Estados e países são muito fáceis de serem coletados e a análise da política governamental é muito mais aprimorada com o uso de dados de painel”.

Silva (2011, p. 29), afirmou que “os dados em painel são mais adequados para examinar mudanças ocorridas nas observações em estudo” e que pelo fato de o método ser robusto, este suporta grande quantidade de dados em diferentes períodos de diferentes sujeitos.

Entre as vantagens para a utilização de dados em painel, Gujarati & Porter (2011) afirmaram que dados longitudinais possuem o benefício de oferecer maior variabilidade, menos colinearidade entre as variáveis, mais grau de liberdade e mais eficiência, além de permitirem identificar os efeitos que não podem ser observados através de um corte transversal ou temporal.

Gil (2016) explicou que técnicas de regressão linear podem ser empregadas para avaliar diretamente a relação de uma variável dependente (no caso o Ideb), com uma multiplicidade de variáveis independentes, sendo assim, almejou-se que as variáveis independentes dessem sentido à variável dependente de modo que o pesquisador pudesse observar, analisar e entender o seu comportamento.

Ainda segundo Gujarati & Porter (2011) para estimar um modelo para dados em painel existem três opções: o método dos Mínimos Quadrados Ordinários para dados empilhados ou MQO *pooled* (termo em inglês), o método de efeitos fixos (EF) e o método de efeitos aleatórios (EA).

Para Wooldridge (2003) o modelo mais adequado irá depender da correlação entre os componentes de erro e das variáveis, ou seja, se existir relação entre estes elementos, o melhor modelo será o de efeito fixos, caso contrário, o melhor método será o de efeitos aleatórios. Para definição do melhor modelo a ser utilizado este autor sugeriu que seja empregado o teste de Hausman, que visa comparar a consistência de estimadores dos modelos para efeitos não observados, quais sejam fixos ou aleatórios.

Sendo assim, o modelo que se utilizou para este estudo dependeu do resultado do teste de Hausman.

O modelo geral de regressão linear com dados em painel pode ser visualizado a seguir:

$$(1) \quad \log y = \beta_0 + \log \beta_1 X_1 + \log \beta_2 X_2 + \log \beta_3 X_3 + \log \beta_4 X_4 + \log \beta_5 X_5 + \log \beta_6 X_6 + \varepsilon$$

Onde:

y = Representa a variável dependente Ideb

X_1 = Representa o Fundeb - Quantidade de gasto por aluno – razão Fundeb/alunos matriculados por escola

X_2 = Representa a variável Produto Interno Bruto – PIB per capita – do município

X_3 = IDHM representa o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

$X4$ = Representa o percentual de professores com ensino superior por escola

$X5$ = Índice de regularidade docente por escola

$X6$ = Índice de Infraestrutura escolar

e ε = (termo de erro).

Em relação à quantidade de gasto por aluno – (razão Fundeb/alunos matriculados) os valores percebidos foram divididos pelo número de matrículas divulgados pelo Censo Escolar (Inep/MEC). Assim a variável é uma média de gastos municipal por estudante, o resultado esperado por esta variável dentro do modelo proposto é positivo tendo como prerrogativa que maiores investimentos implicam em melhores condições educacionais, justificativa amparada por Kroth & Gonçalves (2016).

As variáveis percentual de professores com ensino superior e índice de regularidade docente, foram escolhidos levando-se em conta sua acessibilidade, disponibilidade e quantidade de informações e também por serem objeto de estudo de autores como: Barbosa & Maia (2012), De Biasi (2009), Hammond (2000), Mourão & Esteves (2013), Soares *et al* (2002), Soares (2004, 2007), entre outros.

Estas variáveis também foram de controle e os resultados esperados sobre o Ideb foram que, quanto maiores os percentuais observados dos índices de professores com ensino superior, melhor a qualidade do ensino, em contrapartida, percentuais baixos dos índices implicam em piora do indicador de qualidade.

Já para o indicador de regularidade docente quanto menor o percentual deste indicador, melhor será o resultado obtido no Ideb, e o contrário é verdadeiro, ou seja, quanto maior este percentual observado para o indicador, pior será o resultado obtido na qualidade.

A variável PIB *per capita* ainda segundo Kroth & Gonçalves (2016), exerce também um papel de controle sobre o Ideb, pois pode captar os aspectos relacionados à localidade, à cultura, capital social e infraestrutura etc., que para os autores podem influenciar no acúmulo de capital humano municipal e por consequência a qualidade educacional percebida. A escolha da variável também foi motivada pelos estudos de MENDES (2018), LOPES e TORRENT (2016).

A utilização do IDHM foi baseada nos trabalhos empíricos de Fully, Silva & Silva (2019) e Mendes (2018). O instrumento para tratamento e análise dos dados foram os *softwares* Microsoft Excel 2019 do pacote Microsoft Office Home Student 2019 e também o aplicativo estatístico Gretl© 2000-2018.

O Quadro 8 apresenta as variáveis que foram utilizadas, siglas, fonte de dados, e o resultado esperado por meio destas para fins de estimativas no que se refere às variáveis estudadas e seu resultado sobre o Ideb.

Quadro 8 – Variáveis do modelo referentes aos anos de 2007 a 2017

Nome da variável	Descrição	Fonte	Resultado esperado
Ideb	Resultados bienais	Inep	Dependente
Fundeb	Quantidade de gasto por aluno – razão Fundeb/alunos matriculados	Tesouro Nacional, SIOPE, Censo Escolar	Positivo
PIB <i>per capita</i>	PIB municipal dividido pelo total da população	IBGE.	Positivo
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	IBGE	Positivo
Professores com ensino superior	Números percentuais de professores municipais	Inep	Positivo
Regularidade Docente	Indica a rotatividade dos professores municipais	Inep	Positivo
Infraestrutura escolar	Refere-se aos insumos que a escola possui como computadores para alunos, quadras de esporte, internet, biblioteca, laboratórios de informática, de ciências etc.	Inep	Positivo

Fonte: adaptado de Mendes (2018).

No Quadro 9 podem ser observados 14 itens ou insumos que o Inep considera e que são observados nas escolas e que Pinto (2014) indicou como indispensáveis a uma educação de qualidade além de outros que não foram objeto de estudo deste trabalho.

Para a variável infraestrutura escolar, foi feito um indicador utilizando-se dos insumos que constam no link “Espaços de aprendizagens e equipamentos” do sítio do Ideb,

conforme Quadro 9. Assim a equação é a seguinte: quantidade de insumos que a escola possui x 100 ÷ quantidade total de insumos que a escola deveria ter (14) = ao indicador de infraestrutura.

Quadro 9 - Espaços de aprendizagem e equipamentos

Biblioteca	Pátio descoberto
Sala de leitura	Pátio coberto
Laboratório de ciências	Auditório
Laboratório de informática	Quadra de esportes coberta
Acesso à internet	Quadra de esportes descoberta
Banda larga	Parque infantil
Computadores para uso dos alunos	Área verde

Fonte: Elaboração própria com informações do INEP (2020).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção tem como intuito apresentar o contexto de cada escola objeto de estudo deste trabalho bem como analisar os resultados econométricos de regressão linear por meio de dados em painel de efeitos fixos, para isto foi dividida em duas partes. A primeira apresenta uma análise descritiva por meio de dados brutos das variáveis de cada escola e na segunda parte são analisados os resultados por meio de dados em painel.

4.1 Apresentação dos dados referentes as variáveis externas e internas

Esta subseção tem por finalidade atender ao primeiro objetivo específico deste trabalho que consiste em estimar os valores do Fundeb para as escolas municipais da cidade de Caratinga/MG que oferecem o quinto ano do ensino fundamental, além de apresentar os resultados do Ideb por escola e demais variáveis externas e internas deste trabalho.

A área de abrangência desta pesquisa se restringiu especificamente ao município de Caratinga, situado na região leste do Estado de Minas Gerais, integrando a bacia do Vale do Rio Doce, com população estimada em cerca de 91.503 habitantes (IBGE, 2018). Com destaque no cenário regional como referência de polo cafeeicultor, registrando PIB *per capita* no ano de 2017 de R\$17.516,07 (última atualização) e alcançando Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 de 0,706 (última atualização). Em termos educacionais, o município apresenta taxa de escolarização de 95,4% entre estudantes de 6 a 14 anos. Segundo dados do Inep (2019), a Rede Municipal de Educação obteve nota 6,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, ultrapassando a meta para 2017 que era de 5,6.

Antes de apresentar os dados de cada escola, a Tabela 4 a seguir, apresenta os valores do Fundeb no Estado de Minas Gerais assim como a quantidade de matrículas efetuadas no quinto ano de todas as escolas públicas municipais e o valor aluno/ano segundo o cálculo proposto pela legislação do Fundeb, foram estes dados que possibilitaram estimar os valores aluno/ano para o período delimitado.

Tabela 4 - Valor Fundeb em MG e valor aluno/ano

Período	Valor Fundeb Estado	Nº Matrícula Estado	Valor Aluno/Ano Municípios	Valor Aluno/Ano estimativas/portarias interministeriais
2007	2.395.718.138,82	2.975.018	805,28	1.337,54
2009	3.003.815.154,33	2.826.190	1.062,85	1.616,78
2011	4.066.062.139,51	2.589.609	1.570,15	2.093,36
2013	4.415.722.046,05	2.420.589	1.824,23	2.571,22
2015	5.323.393.260,57	2.300.309	2.314,21	2.940,63
2017	5.991.574.875,25	2.046.499	2.927,72	3.344,38

Fonte: Elaboração própria com dados do SIOPE (2020); TESOURO NACIONAL (2020); FUNDAÇÃO LEMMAN E MERITT (2012); EDUCACENSO (2020).

Comparando os valores da tabela acima com os valores das portarias interministeriais dos respectivos anos, observa-se que o valor aluno/ano apresentado pela Tabela 4 ficou bem abaixo do valor estimado em seus respectivos anos e será demonstrado neste capítulo como o valor aluno/ano interferiu nos resultados que as escolas analisadas apresentaram. Tais valores podem ser visualizados também no Apêndice A ao final deste trabalho.

No que diz respeito às treze escolas que ofertam o quinto ano do ensino fundamental no município de Caratinga/MG todas estão situadas em área urbana e em sua maioria possuem realidades distintas umas das outras, assim como também são distintos os valores do repasse do Fundeb e os resultados do Ideb.

A respeito das variáveis externas PIB *per capita* e do IDHM, a Tabela 5 abaixo demonstra os resultados apresentados no período de 2007 a 2017 para o Município de Caratinga/MG.

Tabela 5 -Valores de PIB per capita e IDHM por ano

Ano	PIB <i>per capita</i> (R\$)	IDHM
2007	7.329,58	0,606
2009	8.066,72	0,606
2011	12.426,38	0,706
2013	13.221,00	0,706
2015	15.374,08	0,706
2017	17.516,07	0,706

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do IBGE (2020).

Estes dois indicadores estão sendo apresentados antes de dar início a apresentação individual de cada escola em decorrência do fato de serem valores comuns à todas elas, sendo

possível verificar que dentro do período analisado, o PIB *per capita* foi crescendo progressivamente, o que significa que ano após ano houve uma maior concentração de riquezas no município e que o IDHM apresentou ligeira melhora a partir de 2011, ainda que estes valores sejam considerados altos, sinalizando que no município de Caratinga/MG existem boas condições de desenvolvimento humano, no que se refere a saúde, renda e educação.

No que diz respeito a ordem de apresentação das escolas, esta foi estabelecida levando-se em consideração os resultados do Ideb divulgados em 2017, respeitando a organização dos valores mais expressivos para os mais baixos que é seguido também pela Secretaria Municipal de Educação de Caratinga.

Escola Municipal Bezerra de Menezes de Ensino Fundamental

A Escola Municipal Bezerra de Menezes de Ensino Fundamental situada à Rua Raimunda Lopes da Cunha, 476, no Bairro Limoeiro, foi inaugurada em 27 de junho de 1964, inicialmente com o nome de Lar-Escola. Em 1974 passa a se chamar Escola Estadual Bezerra de Menezes. Sua municipalização aconteceu em 30 de janeiro de 2000 sendo conhecida desde então como Escola Municipal Bezerra de Menezes de Ensino Fundamental e tendo como mantenedora a Secretaria Municipal de Educação de Caratinga (ESCOLA MUNICIPAL BEZERRA DE MENEZES DE ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

A Tabela 6 abaixo sintetiza as principais informações referentes aos fatores internos e externos que foram objeto desta pesquisa. Por meio dela é possível analisar a avaliação que a escola obteve junto ao Ideb, suas metas projetadas, bem como os valores repassados pelo Fundeb, assim como os percentuais de professores com ensino superior, a regularidade docente e seu indicador de infraestrutura entre os anos de 2007 a 2017.

Tabela 6 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Bezerra de Menezes (dados brutos)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matrículas	22,5	24	63	50	58	51
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	18.118,80	25.508,40	98.919,45	91.211,50	134.224,18	149.313,72
Ideb Observado	3,4	5,3	6,5	5,8	6	7
Metas projetadas	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7
Professores com ensino superior	100	100	100	90,9	91,70	91,70
Regularidade Docente	1,8	2,1	2,3	1,8	2,1	2,3
Infraestrutura escolar	42,85	42,85	42,85	42,85	42,85	42,85

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

Analisando os resultados obtidos por esta escola no Ideb, dentro do período de estudo delimitado por esta pesquisa, os anos de 2015 e 2017 destacaram-se apresentando os resultados mais expressivos, superando consideravelmente sua meta projetada de 5,4 e 5,7 respectivamente, e ainda a meta estimada para o Brasil segundo as metas do PDE para 2021 que é 6. Em 2017 a escola obteve nota 7 no Ideb.

Como esta escola obteve maior número de matrículas em relação às outras, observa-se consequentemente que também foi a que recebeu os maiores valores de repasse do Fundeb, se considerado o valor por turma, no entanto apenas recebimentos de recursos de forma isolada não são suficientes para determinar o sucesso ou o fracasso de uma escola, devendo ser considerado ainda outros fatores que também podem ter influência, tais como o indicador de percentual de professores com ensino superior, o índice de regularidade docente e o indicador de infraestrutura escolar como apontou (CARREIRA & PINTO, 2007; GADOTTI, 2013; PINTO, 2015).

A escola possui um alto percentual de docentes com ensino superior, apresentando média no período de 95,72%, já seu indicador de regularidade docente apresentou média de 2,06 em uma escala de 0 a 5, contudo seu indicador de infraestrutura apresentou percentual de 42,85% do total dos 14 insumos elencados no Quadro 9 deste trabalho, uma vez que não conta com sala de leitura, laboratórios de ciências, auditório, quadra de esporte, parque e área verde (INEP, 2020).

Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo Unidade I

A história da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo Unidade I teve início em 1993 com a denominação de Pré-Escolar Municipal “Nossa Senhora do Carmo” e funcionou inicialmente no Instituto Monte Carmelo situado à Praça Frei Arcanjo Ruzzi, nº 1, no Bairro Esplanada em Caratinga, MG.

Atualmente a Escola Municipal Maria do Carmo oferece Ensino Fundamental (anos iniciais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), atualmente se localiza à Rua Manoel Gonçalves de Castro nº75, Bairro Esplanada (ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO CARMO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010; INEP, 2020).

Por meio da Tabela 7 abaixo pode-se analisar os valores observados pelo Ideb, as metas projetadas bem como os valores repassados pelo Fundeb e os demais indicadores internos e externos à escola entre os anos de 2007 a 2017.

Esta instituição é a segunda escola com melhor resultado do Ideb em 2017, atingindo nota 6,6, resultado superior à meta projetada que foi de 5,5, e também a nota estimada para o Brasil segundo as metas do PDE para 2021 que é 6.

Tabela 7 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo (Dados brutos)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matriculas	21,8	16,5	29	18	17	47
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	17.555,10	17.537,03	45.534,35	32.836,14	39.341,57	137.602,84
Ideb Observado	3,6	6,5	6,2	-	-	6,6
Metas projetadas	3,9	4,3	4,7	5	5,2	5,5
Professores com ensino superior	56,8	64,1	71,4	77,8	75	93,3
Regularidade Docente	1,6	1,6	1,6	1,6	2,3	2,1
Infraestrutura escolar	35,71	35,71	35,71	35,71	35,71	35,71

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

Um ponto em comum com a Escola Municipal Bezerra de Menezes é que a Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo também está situada em um bairro afastado do centro e considerado periférico, e no entanto são as duas escolas com as melhores notas no Ideb de 2017, sinalizando que no município de Caratinga/MG a localização que a escola se apresenta não é uma determinante para o seu sucesso ou fracasso escolar.

A não participação nos anos de 2013 e 2015 se dá pelo fato de mais de 50% da turma não ter comparecido para realização da Prova Brasil (INEP, 2020).

É importante ressaltar que a escola Nossa Senhora do Carmo é considerada uma escola de pequeno porte e que oferta somente o ensino fundamental em seus anos iniciais e o EJA em seu contra turno, sendo esta a razão que possa justificar o número reduzido e oscilatório de matrículas no período analisado se comparado a outras escolas deste município que ofertam o quinto ano do ensino fundamental.

É possível notar uma crescente deste número com destaque para o ano de 2017 onde se chegou à marca de 47 alunos matriculados. Sobre o repasse do Fundeb, verifica-se que o valor mais expressivo também ocorreu em 2017, ano este que a escola obteve o melhor resultado no seu indicador.

Percebe-se ainda um percentual médio de docentes com ensino superior no período de análise da pesquisa em torno de 73,07% o qual apresentou um resultado acima deste apenas no último ano com 93,3% de professores graduados.

Em relação ao índice de regularidade docente este apresentou média igual a 1,8 o que é bom, apontando baixa rotatividade por parte dos professores, contudo o indicador de infraestrutura da escola é muito baixo (igual a 35,71%), uma vez que não possui laboratório de ciências, auditório, quadras de esportes, parque infantil e área verde (INEP, 2020).

Escola Municipal Padre Antônio Batista de Carvalho

A Escola Municipal Padre Antônio Batista de Carvalho teve sua instalação criada em 30 de maio de 1953 como Escolas Reunidas, posteriormente denominada de Escola Estadual Maurílio Senra, por meio do Decreto nº 10324 de 27 de fevereiro de 1967. Segundo seu Regimento escolar (2010) em 1998 os quatro primeiros anos do primeiro ciclo foram municipalizados, passando a ser conhecida como Escola Municipal Padre Antônio Batista de Carvalho (ESCOLA MUNICIPAL PADRE ANTÔNIO BATISTA DE CARVALHO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

Atualmente está localizada à Rua Augusto de Moraes, nº 165, no Distrito de Dom Lara a cerca de 18,8 km do centro de Caratinga/MG.

Por meio da Tabela 8 a seguir é possível analisar os valores observados pelo Ideb, as metas projetadas bem como as estimativas do Fundeb e demais variáveis.

Nota-se que assim como a escola anterior esta também não teve os resultados divulgados para os anos de 2013 e 2015, ou seja, a ausência de mais de 50% dos estudantes para realização da Prova Brasil inviabilizou sua participação nestes anos (INEP, 2020).

Superando estas duas edições em que não houve avaliação da escola, no ano de 2017 a mesma conquistou o posto de terceira escola com melhor resultado no município de Caratinga/MG, atingindo nota 6,5, resultado bem superior à meta projetada que foi de 4,9.

Tabela 8 - Variáveis internas externas da Escola Municipal Padre Antônio de Carvalho (dados brutos) (Continua)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matriculas	21	26	25	17	18	20
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	16.910,88	27.634,10	39.253,75	31.011,91	41.655,78	58.554,40

Tabela 8 - Variáveis internas externas da Escola Municipal Padre Antônio de Carvalho (dados brutos) (Conclusão)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Ideb Observado	3,5	5,7	5,6	-	-	6,5
Metas projetadas		3,7	4	4,3	4,6	4,9
Professores com ensino superior	66,7	66,7	66,7	80	100	100
Regularidade Docente	2,3	2,3	2,3	2,3	2,6	2,2
Infraestrutura escolar	28,57	28,57	28,57	28,57	28,57	28,57

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

O fato desta escola se encontrar situada em um distrito de Caratinga/MG que fica a cerca de 18 km de distância do centro da cidade não se apresentou como um fator que teve interferência em seu resultado no Ideb, já que ficou à frente de outras escolas que se encontram mais próximas da área central do Município.

Sobre os repasses do Fundeb, percebe-se um aumento gradativo entre os anos de 2007 a 2011, com exceção do ano de 2013 que teve menor número de alunos matriculados, o que poderia explicar a ausência de participação no Saeb daquele ano. Notadamente no ano de 2017 a escola obteve a melhor nota, ano também em que houve o maior valor de recursos repassados à mesma.

O percentual de docentes com ensino superior médio desta escola é igual a 80,02% e os dois últimos anos apresentaram 100% dos professores graduados.

O índice de regularidade docente médio da escola no período delimitado é igual a 2,33 considerado alto em uma escala que vai de 0 a 5. O indicador de infraestrutura desta é muito baixo (28,57%), este percentual se justifica pelo fato da escola não possuir laboratório de ciências e informática, nem computadores para os alunos, não possui pátio coberto ou auditório, quadro de esportes, parque infantil ou área verde, apesar de estar localizada próxima à zona rural (INEP, 2020).

Pré-Escolar Municipal Geraldo Marques Cevidanes

O Pré-Escolar Municipal Geraldo Marques Cevidanes está situado à Praça Coronel Rafael Silva Araújo, número 70, Bairro Salatiel, no centro da cidade. Este espaço atendia também o ensino fundamental, no entanto, pensando oferecer uma melhor infraestrutura para atender os alunos do quinto ano foi cedido à prefeitura a partir de 2019 o espaço do Polo da Universidade Aberta do Brasil - UAB situado à Rua Maria Aniceta de Paula, número 300, Bairro Dário Grossi (PRÉ-ESCOLAR MUNICIPAL GERALDO MARQUES CEVIDANES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

A Tabela 9 abaixo sintetiza as principais informações referente aos fatores internos e externos que foram objeto desta pesquisa, por meio dela é possível analisar a avaliação que a escola obteve junto aos valores observados pelo Ideb, suas metas projetadas, bem como os valores repassados pelo Fundeb, assim como os percentuais de professores com ensino superior, a regularidade docente e seu indicador de infraestrutura entre os anos de 2007 a 2017.

Tabela 9 - Variáveis internas e externas do Pré-Escolar Municipal Geraldo Marques Cavidades (Dados brutos)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nª de matrículas	23,5	23,5	23	19	30	22
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	18.924,08	24.976,98	36.113,45	34.660,37	69.426,30	64.409,84
Ideb Observado	-	-	5,5	-	6,2	6,4
Metas projetadas	-	-	-	5,8	-	6
Professores com ensino superior	60	60	60	66,7	81,8	100
Regularidade Docente	2,5	2,5	2,5	2,5	2,6	2,1
Infraestrutura escolar	28,57	28,57	28,57	28,57	28,57	28,57

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

A escola teve apenas três participações no Saeb, sendo elas os anos de 2011, 2015 e 2017, neste último obteve nota 6,4, 0,4 décimos acima da meta projetada para a escola que era 6. Ainda que o resultado obtido tenha sido muito próximo da meta projetada o mesmo é superior a nota estimada para o Brasil.

Analisando a quantidade de turmas do quinto ano que a escola possuía no período estudado observa-se que os repasses do Fundeb foram equiparados à escola anterior, da mesma maneira se comportaram os resultados do Ideb, com diferença de apenas 0,1 décimo de uma escola para outra, sinalizando que uma quantidade de aluno e recursos aproximados gerou resultados muito próximos junto ao Ideb

Ainda que alguns estudos como os de Carreira & Pinto (2007), Conceição *et al* (2011) e Pinto (2015), apontem que maior aporte de recursos aumenta a qualidade da educação, a referida escola apresentou um número menor de matrículas em 2017 e consequentemente valores ligeiramente menores de repasse do Fundeb em comparação a 2015, e ainda assim obteve uma nota melhor do que o ano anterior, demonstrando que a escola cresceu de rendimento mantendo praticamente o mesmo valor de repasse de 2015.

O índice de professores com graduação desta instituição é igual 71,42%, sendo o ano de 2017 o único que apresentou um quadro docente completo de profissionais graduados.

Seu indicador de regularidade docente médio é igual a 2,45, o que é considerado alto. O indicador de infraestrutura também é ruim (28,57%), não contando a escola com grande parte de insumos que podem contribuir com uma educação de qualidade como aponta a literatura.

Escola Municipal Sebastião Clemente Vieira

Segundo o Regimento Escolar (2010) da Escola Municipal Sebastião Clemente Vieira, esta se localiza atualmente à Rua Raimundo Souza Cruz, nº 168, no Distrito de Dom Modesto, a cerca de 5 km do centro da cidade, sendo criada por meio do Decreto Executivo Municipal nº 40/98 de 20 de julho de 1998 (ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO CLEMENTE VIEIRA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

A Tabela 10 apresenta as principais informações referentes às variáveis internas e externas que foram objeto deste trabalho, por meio dela é possível analisar a avaliação que a escola obteve junto aos valores observados pelo Ideb, suas metas projetadas, bem como os valores repassados pelo Fundeb, assim como os percentuais de professores com ensino superior, a regularidade docente e seu indicador de infraestrutura entre os anos de 2007 a 2017.

Tabela 10 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Sebastião Clemente Vieira (Dados brutos)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matriculas	17	22	18	14	15	14
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	13.689,76	23.382,70	28.262,70	25.539,22	34.713,15	40.988,08
Ideb Observado	3,2	5,6	-	-	-	6,3
Metas projetadas	-	3,4	3,7	4	4,3	4,6
Professores com ensino superior	80	80	80	100	100	75
Regularidade Docente	2,6	2,6	2,6	2,6	2,1	1,9
Infraestrutura escolar	28,57	28,57	28,57	28,57	28,57	28,57

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

A respeito do Ideb, a mesma é a quinta escola com melhor resultado em 2017 no município de Caratinga/MG, atingindo nota 6,3, resultado superior à meta projetada que foi de 4,6, e também acima da nota estimada para o Brasil.

A escola teve apenas três participações no Saeb no período analisado, mesmo assim alcançou a meta projetada em duas edições, sendo os anos de 2009 e 2017, ano que ultrapassou a média nacional. É de se destacar que apesar da escola estar situada em um distrito que fica a

cerca de 5 km do centro da cidade a mesma apresentou apenas 0,1 décimo abaixo da escola anterior, que está situada no centro da cidade de Caratinga/MG, demonstrando assim que para esta escola, estar localizada longe do centro da cidade não é um fator que impactou os resultados obtidos por meio do Ideb.

Sobre os repasses do Fundeb em 2009 a escola recebeu um montante de R\$23.832,70, quase a metade do que recebeu no ano de 2017, ainda assim neste ano superou a meta em 2,2 pontos. Mesmo apresentando número menor de matrículas em 2017 (14), o valor por aluno/ano foi maior do que os anos anteriores, ocasionando um investimento na turma de R\$40.988,08, que pode ter contribuído para superação da meta em 1,7.

O percentual de docentes com ensino superior é alto e apresentou média no período de 85,63% e a média de regularidade docente igual a 2,32, enquanto que seu indicador de infraestrutura apresentou percentual igual a 28,57% (muito baixo). A escola é de pequeno porte e funciona em um prédio histórico do distrito que antigamente era uma das estações de trem do município, dos espaços de aprendizagem e equipamentos possui apenas acesso à internet de banda larga, computadores para uso dos alunos e pátio coberto (INEP, 2020).

O prédio não conta com área de lazer e recreação para as crianças e tão pouco biblioteca, sala de leitura, laboratório de informática e de ciências, pátio, auditório, parque infantil ou área verde. Trata-se de local sem ruas calçadas, apenas para compensar a distância que os alunos teriam que se deslocar até o centro da sede do município para ter o mínimo de dignidade possível. De todas as escolas é uma das mais precárias do município fato constatado por visita *in loco* (ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO CLEMENTE VIEIRA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

Escola Municipal Doutor Maninho Unidade I

A Escola Municipal Doutor Maninho Unidade I está localizada na Travessa Taguatinga, 164, Bairro Zacarias na sede do município de Caratinga e foi criada de acordo com o Decreto Executivo nº 9564 de 02 de maio de 1962 e municipalizada pela Resolução SEE nº 7090/98. (ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR MANINHO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

A Tabela 11 a seguir apresenta os valores observados do Ideb, as metas projetadas bem como os valores repassados pelo Fundeb e seu percentual de docentes com ensino superior, regularidade docente e infraestrutura.

**Tabela 11 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Doutor Maninho
Unidade I (Dados brutos)**

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matrículas	23	32	24	24	21	22
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	18.521,44	34.011,20	37.683,60	43.781,52	48.598,41	64.409,84
Ideb Observado	3,4	4,4	5,1	5,4	5,7	6,3
Metas projetadas	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,7
Professores com ensino superior	50	50	50	80	83,3	83,3
Regularidade Docente	1,6	1,6	1,6	1,6	2,1	2
Infraestrutura escolar	57,14	57,14	57,14	57,14	57,14	57,14

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

A respeito dos resultados do Ideb, a mesma é a sexta escola com melhor índice em 2017 no município de Caratinga/MG, atingindo nota 6,3, resultado superior à meta projetada que foi de 5,7. É importante destacar que esta escola conseguiu superar todas as metas projetadas para o Ideb no período de 2011 a 2017, apresentando evolução progressiva e significativa em seus resultados.

No que diz respeito ao número de matrículas, vale destacar que 2017 foi o ano que esta obteve menor número de discentes e mesmo assim recebeu maior valor de recursos oriundos do Fundeb, isto se deve ao fato do valor aluno/ano registrado no período que foi de R\$2.927,72.

A escola apresentou um percentual de professores com ensino superior médio muito baixo (66,10%), contudo índice de regularidade docente igual a 1,75 e de infraestrutura igual a 57,14%, a escola não possui sala de leitura, laboratório de ciências, pátio coberto, parque infantil nem área verde (INEP, 2020).

Escola Municipal Crispim de Aquino

A sétima escola aqui apresentada, está situada à Rua Francisco Ferreira Timóteo, nº 362, no Distrito de Sapucaia a cerca de 15 km do centro de Caratinga e foi municipalizada por meio da resolução da SEE nº 8562/98 e publicado no MG em 04 de fevereiro de 1998 (ESCOLA MUNICIPAL CRISPIM DE AQUINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

A Tabela 12 apresenta as variáveis internas e externas para o período delimitado.

Tabela 12 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Crispim de Aquino (Dados brutos)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matrículas	20,5	26	40	40	40	29
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	16.508,24	27.634,10	62.806,00	72.969,20	92.568,40	84.903,88
Ideb Observado	3,6	4,5	6,2	5,8	5,8	6,3
Metas projetadas	3,7	4	4,4	4,7	5	5,3
Professores com ensino superior	77,8	77,8	77,8	71,4	88,9	100
Regularidade Docente	2,7	2,7	2,7	2,7	2,9	2,9
Infraestrutura escolar	28,57	28,57	28,57	28,57	28,57	28,57

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

A respeito do resultado do Ideb, esta atingiu nota 6,3, resultado superior em um ponto à meta projetada que foi de 5,3 e superior também à nota estimada em âmbito nacional para 2021. Esta escola participou de todas as edições da Prova Brasil no período analisado, apresentando o pior resultado em 2007, o que pode ser explicado por ser este o ano em que oficialmente o Ideb entrou em vigor, ficando um décimo abaixo da meta projetada. A partir de 2009 observa-se um crescimento progressivo e significativo dos resultados, ainda que a escola tenha projetado metas tímidas, conseguiu superar todas elas.

Na Tabela 12 é possível verificar ainda que o número de matrículas sofreu oscilações no período estudado, porém, os valores repassados pelo Fundeb a esta escola se mostraram crescentes, com exceção ao ano de 2017 que teve uma redução significativa de alunos matriculados. Cabe destacar que em 2015 a instituição recebeu maior montante de recursos e obteve nota 0,5 décimos menor que 2017, ano em que a escola contou com menos recursos financeiros e ainda assim atingiu 6,3 pontos.

A média de percentual de docentes com ensino superior é alta (82,28%), em contrapartida, seu indicador de regularidade docente média no período foi de 2,76, o que é considerado ruim segundo o Inep.

A respeito do indicador de infraestrutura, a escola possui apenas 28,57% dos insumos necessários para oferecer uma educação de qualidade, não possuindo sala de leitura, laboratório de ciências, internet, pátio coberto e auditório, parque infantil, área verde, quadras de esporte, etc.

Escola Municipal Dona Glorinha Rocha Abelha

A Escola Municipal Dona Glorinha Rocha Abelha está localizada à Rua João da Silva Araújo, s/n, no centro da cidade, foi criada de acordo com o Decreto Executivo Municipal nº 093/05 de 24 de outubro de 1995. (ESCOLA MUNICIPAL DONA GLORINHA ROCHA ABELHA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

Por meio da Tabela 13 a seguir é possível analisar os dados brutos de suas variáveis entre os anos de 2007 a 2017.

Tabela 13 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Dona Glorinha Rocha Abelha (Dados brutos)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matriculas	25,5	20,7	74	45	48	61
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	20.776,22	22.001,00	116.191,10	82.090,35	111.082,08	178.590,92
Ideb Observado	4,9	6,6	6,3	6,5	6,8	6,2
Metas projetadas	5,4	5,7	6	6,3	6,5	6,7
Professores com ensino superior	80	80	80	92,3	93,8	100
Regularidade Docente	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3
Infraestrutura escolar	76,92	76,92	76,92	76,92	76,92	76,92

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

A escola é uma das que apresentaram melhores resultados no Ideb durante os anos de 2009 a 2017 como pode ser verificado na Tabela 13, obtendo em 2015 e 2017 nota 6,8 e 6,2 respectivamente, embora esta última teve resultado abaixo da meta projetada para a escola, ainda assim ficou acima do valor estipulado pelo PDE que é 6, a média entre o período de 2007 e 2017 ficou em torno de 6,21.

Observa-se que os valores repassados pelo Fundeb a esta escola em 2013 e 2015 foram menores assim como a quantidade de alunos matriculados se comparados ao ano de 2017 e que ainda assim a nota obtida junto ao Ideb foi maior nestes dois anos.

A escola apresentou percentual de professores com ensino superior com média de 87, 68%, indicador de regularidade docente igual a 2,23 e possui 76,92% dos insumos de infraestrutura. Por meio de visita *in loco* foi possível perceber que ela conta com amplo pátio de areia, quadra coberta, playground, etc. mas não possui sala de leitura, laboratório de ciências e auditório.

Ainda que esta escola tenha obtido um aumento gradativo de sua nota no Ideb nos anos de 2011, 2013 e 2015 se faz necessário investigar o que levou a escola a diminuir sua nota

no ano de 2017, que foi justamente o ano em que a mesma tinha mais alunos no quinto ano e recebeu o maior volume de repasses, confirmando mais uma vez que de forma isolada, recursos financeiros não são determinantes para o sucesso ou fracasso de uma escola (DOURADO & OLIVEIRA, 2009; CASTRO, 2009).

Escola Municipal Sebastião dos Santos Rosa Unidade I

A Escola Municipal Sebastião dos Santos Rosa Unidade I foi municipalizada por meio da Resolução da SEE nº 8564/98 e publicado no MG em 09 de fevereiro de 1998, está localizada na Avenida Francisco Rosa, número 300 do Distrito de Santa Efigênia, a cerca de 15 km da sede do município (ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO DOS SANTOS ROSA, 2010).

A Tabela 14 sintetiza as principais informações referente aos fatores internos e externos que foram objeto desta pesquisa, por meio dela é possível analisar a avaliação que a escola obteve junto aos valores observados pelo Ideb, suas metas projetadas, bem como os valores repassados pelo Fundeb, assim como os percentuais de professores com ensino superior, a regularidade docente e seu indicador de infraestrutura entre os anos de 2007 a 2017.

Tabela 14 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Sebastião dos Santos Rosa Unidade I (Dados brutos)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matrículas	24	21	26	23	23	24
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	19.326,72	22.319,85	40.823,90	41.957,29	53.226,83	70.265,28
Ideb Observado	4,5	6,1	6,1	6,2	6	6,2
Metas projetadas	-	4,7	5	5,3	5,5	5,8
Professores com ensino superior	100	100	100	80	66,7	83,3
Regularidade Docente	1,2	1,2	1,2	1,2	2,1	2,5
Infraestrutura escolar	28,57	28,57	28,57	28,57	28,57	28,57

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

Sobre a nota do Ideb, a mesma apresentou desempenho abaixo das anteriores, sendo a nona escola no ranking das instituições analisadas em 2017 no município de Caratinga/MG, atingindo nota 6,2, resultado superior à meta projetada que foi de 5,8. Pode ser verificado que a escola teve boa participação na Prova Brasil no período do estudo e que obteve resultados superiores da média projetada, observando-se apenas o mau desempenho nos anos de 2007 (4,5), primeiro ano de análise do Ideb.

Sobre as estimativas de repasses do Fundeb para esta escola, nota-se que na maior parte do período delimitado pela pesquisa, esta instituição recebeu valores inferiores a grande parte das instituições anteriormente apresentadas, notadamente pelo número de matrículas identificadas. Mesmo tendo recebido menor volume de recursos esta escola conseguiu se manter dentro da meta do PDE de 6 pontos em quase todos os anos estudados, à exceção de 2007.

A escola apresentou percentual de docentes com ensino superior nos três primeiros anos igual a 100%, apresentando uma média igual a 88,33% em todo o período.

Sobre o índice de regularidade docente, este apresentou média no período igual a 1,57 em uma escala que varia de 0 a 5, o que é considerado um bom resultado.

Seu indicador de infraestrutura é ruim e igual a 28,57%, sendo o prédio cedido pelo Estado. Segundo informações do seu regimento o local é precário, não oferece aula de educação física de qualidade, não possui pátio adequado, de modo geral a rede física não apresenta boas condições, precisando de reformas do telhado ao piso, possuindo apenas laboratório de informática com acesso à internet com banda larga e computadores para uso dos alunos, o depoimento pode ser constatado por meio de visita as instalações da escola (ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO DOS SANTOS ROSA, 2010; INEP, 2020).

No entanto, quando se analisa a média do Ideb para a instituição (com notas acima de 6 nos últimos cinco anos), o que pode ter compensado o fato da escola não ter recursos mínimos para oferecer uma educação de qualidade é o alto índice de docentes com ensino superior e o baixo índice de rotatividade dos mesmos.

Escola Municipal Professora Conceição Martins da Silva Unidade I

A Escola Municipal Professora Conceição Martins da Silva Unidade I, está situada à Rua Paulino Manoel, s/nº em Cordeiro de Minas distrito que fica cerca de 50 km do centro de Caratinga. A escola foi municipalizada como grande parte das escolas da cidade em 1998, por meio da Resolução SEE nº 9070/90, que foi publicada em 21 de novembro de 1998 (ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA CONCEIÇÃO MARTINS DA SILVA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

Por meio das Tabela 15 verifica-se que sobre os resultados do Ideb, a mesma é a decima escola no ranking de instituições analisadas em 2017 no município de Caratinga/MG,

atingindo nota 5,7, resultado superior à meta projetada que foi de 5,2, mas inferior a nota estimada para o Brasil.

A escola apresentou resultados no Ideb abaixo da meta do PDE durante todo o período analisado por este estudo. Percebe-se que os resultados precisam ser melhorados, e apesar de ter alcançado as metas projetadas para os anos de 2007 a 2017, os valores foram muito tímidos.

Tabela 15 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Professora Conceição Martins da Silva Unidade I (Dados brutos)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matrículas	24	22	37	25	25	26
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	19.326,72	23.382,70	58.095,55	45.605,75	57.855,25	76.120,72
Ideb Observado	3,1	4,2	5,2	5,8	5,2	5,7
Metas projetadas		3,9	4,2	4,6	4,9	5,2
Professores com ensino superior	85,7	85,7	85,7	83,3	71,4	100
Regularidade Docente	2,4	2,4	2,4	2,4	3,3	3
Infraestrutura escolar	50	50	50	50	50	50

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

A respeito dos repasses do Fundeb, entende-se que a mesma recebeu montante de recursos equivalentes à escola anterior, porém estes não surtiram o mesmo efeito no indicador de qualidade da referida escola, pois o valor máximo que a escola conseguiu atingir foi 5,8 em 2013, se comparado ao mesmo ano, a escola Sebastião dos Santos Rosa obteve nota 6,2 tendo recebido menor volume de recursos do Fundeb.

Pode-se visualizar ainda que os repasses do fundo tiveram um aumento em 2011, enfrentou uma queda em 2013, apresentando um aumento significativo em 2015 e 2017 mais em consequência do valor por aluno/ano que registrou um valor de R\$2.314,21 em 2015 e valor de R\$2.927,72 em 2017.

O percentual de professores com ensino superior médio da escola é igual a 85,30%, possui alto índice de regularidade docente médio (igual a 2,65), e indicador de infraestrutura é igual a 50%. Segundo informações do Inep (2020), a escola não possui sala de leitura, laboratório de ciências, pátio coberto, auditório, quadras de esportes ou parque infantil.

Escola Municipal Professora Maria do Carmo Ribeiro

Em relação à décima primeira escola aqui descrita, esta situa-se atualmente à Travessa Guardião das Palmeiras, 520 no Bairro Esperança e denomina-se Escola Municipal Professora Maria do Carmo Ribeiro Unidade I. A instituição foi criada por meio do Decreto Executivo nº 69/96 de 26 de novembro de 1996, com autorização da SEE por meio da Portaria nº955/97 no MG 28/0697 (ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DO CARMO RIBEIRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

As variáveis internas e externas podem ser conferidas na Tabela 16 a seguir.

Tabela 16 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Professora Maria do Carmo Ribeiro (Dados brutos)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matrículas	23,8	27,5	45	44	25	54
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	19.165,66	29.228,38	70.656,75	80.266,12	57.855,25	158.096,88
Ideb Observado	2,9	4,4	5,2	5,4	5,5	5,5
Metas projetadas	3,7	4,1	4,5	4,8	5,1	5,3
Professores com ensino superior	100	100	100	87,5	71,4	91,7
Regularidade Docente	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	2,2
Infraestrutura escolar	57,14	57,14	57,14	57,14	57,14	57,14

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

A respeito dos resultados do Ideb, percebe-se que as projeções para os anos de 2007 e 2009 foram tímidas e que em 2007 a meta nem foi alcançada, resultados melhores podem ser visualizados a partir de 2011, onde nota-se um aumento gradativo, porém distante em 0,6 décimos em 2013 e 0,5 décimos em 2015.

A mesma é uma das poucas escolas com resultado abaixo de 6 em 2017 no município de Caratinga/MG, atingindo nota 5,5, resultado superior à meta projetada que foi de 5,3 mas ainda distante em 0,5 décimos da meta nacional.

No que diz respeito aos repasses do Fundeb, quando se compara os valores recebidos por esta escola em 2011, 2013, 2015 e 2017, nota-se que foram montantes expressivos, contudo, nesta instituição fica evidenciado que apenas a obtenção de recursos não foi a determinante para que a escola se sobressaísse junto ao resultado do Ideb, uma hipótese que se levanta seria a interferência de fatores externos, uma vez que a realidade e o contexto onde a escola está inserida pode ter sido um fator crítico por não ter atingido resultados melhores.

A instituição possui percentual de docentes com ensino superior com média de 91,77%, o maior se comparado às demais escolas municipais, apresenta ainda índice de regularidade docente médio igual a 2,1, apresenta percentual de infraestrutura igual a 57,14% dos insumos necessários a uma educação de qualidade, porém não possui sala de leitura, laboratório de ciências, auditório, quadras de esporte coberta ou descoberta ou parque infantil.

Escola Municipal Barquinho Amarelo Unidade I

A penúltima escola apresentada trata-se da Escola Municipal Barquinho Amarelo Unidade I, localizada à Praça Marta Carli, nº 100, Bairro Santa Cruz, um dos mais populosos do município e com altos índices de criminalidade e desigualdade social. Ainda segundo seu regimento, a mesma foi criada de acordo com o Decreto Executivo 99/2000 de 17 de julho de 2000, assim como as demais tendo como mantenedora a Prefeitura Municipal de Caratinga (ESCOLA MUNICIPAL BARQUINHO AMARELO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

A Tabela 17 a seguir contém os números referentes aos fatores internos e externos bem como suas estimativas para o período delimitado.

Tabela 17 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Barquinho Amarelo Unidade I (Dados brutos)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matrículas	26,8	24,7	92	86	56	54
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	21.581,50	26.252,40	144.453,80	156.883,78	129.595,76	158.096,88
Ideb Observado	3,6	5,2	5,6	5,1	5,3	5,4
Metas projetadas	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5
Professores com ensino superior	55	55	55	68,2	89,5	95
Regularidade Docente	1,9	1,9	1,9	1,9	2,4	2,5
Infraestrutura escolar	57,14	57,14	57,14	57,14	57,14	57,14

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

A escola superou todas as metas projetadas do Ideb, atingindo nota 5,4 em 2017, índice superior à meta projetada que foi de 5, mas inferior a nota estimada em âmbito nacional. Percebe-se que a escola teve boa participação na Prova Brasil em todas as edições dentro do período delimitado pelo estudo, apesar disso, ficou distante da meta nacional em 0,4 décimos em 2011 e 0,6 décimos em 2017.

Do total de escolas analisadas, esta se apresenta com a nota do Ideb bem abaixo das demais instituições da cidade, se considerado o último ano (2017). Fatores externos e internos podem ter tido influência significativa para que a escola ficasse entre as duas últimas colocadas do município.

Quando observado os repasses do Fundeb, nota-se que foi a escola que mais recebeu investimentos em Educação no município, porém isto não foi suficiente para a escola obter sucesso.

Esta instituição possui percentual médio de professores com ensino superior igual a 69,62%, regularidade docente média igual a 2,08 e indicador de infraestrutura igual a 57,14%, sobre os espaços de aprendizagem e equipamentos, a mesma não possui sala de leitura, laboratório de ciências, auditório, quadras de esportes, e parque infantil.

Levando-se em consideração seu índice de complexidade de gestão e até mesmo o nível socioeconômico dos alunos, o bairro onde se localiza a escola, a quantidade de alunos por sala em cada ano, alinhando estes fatores ao baixo percentual de professores com ensino superior e alto índice de rotatividade docente, infere-se que estas situações possam ter sido um impeditivo para o alcance da meta nacional (INEP, 2020).

Escola Municipal Luiz Antônio Bastos Cortes

A última escola a ser apresentada trata-se da Escola Municipal Luiz Antônio Bastos, localizada à Rua Doutor Didico Anselmo, nº 490 no mesmo bairro da escola anterior e portanto enfrenta os mesmos desafios. Segundo seu regimento escolar a instituição foi municipalizada no final do mês de dezembro de 2011, a municipalização mais recente de todas as demais escolas (ESCOLA MUNICIPAL LUIZ ANTÔNIO BASTOS CORTES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

Seus dados são apresentados na Tabela 18 abaixo.

Tabela 18 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Luiz Antônio Bastos (Dados brutos) (Continua)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nº de matriculas	22,1	21	27,5	48	26	36
Valor do Fundeb por aluno/ano	805,28	1.062,85	1.570,15	1.824,23	2.314,21	2.927,72
Valor do Fundeb anual por turma	17.796,69	22.319,85	43.179,13	87.563,04	60.169,46	105.397,92
Ideb Observado	-	-	-	3,3	4,3	4,8

Tabela 18 - Variáveis internas e externas da Escola Municipal Luiz Antônio Bastos (Dados brutos) (Conclusão)

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Metas projetadas	-	-	-	-	3,6	3,9
Professores com ensino superior	80	80	80	80	88,9	100
Regularidade Docente	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
Infraestrutura escolar	50	50	50	50	50	50

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INEP (2020), SIOPE (2020) e Lei nº 11.494/2007.

Observa-se que a escola teve baixíssima participação na Prova Brasil, sendo que os anos de 2007 a 2011 nem houve participação e que os resultados referentes a 2013, 2015 e 2017 apesar de estarem acima da meta projetada pela escola ficaram aquém da meta nacional. O fato desta escola ter passado por mudanças organizacionais e estruturais pode ter contribuído com os baixos resultados que a instituição obteve, aliado a isto, esta possui o mesmo contexto da Escola Barquinho Amarelo, a qual estava vinculada no passado (ESCOLA MUNICIPAL LUIZ ANTÔNIO BASTOS CORTES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, 2010).

Em relação aos repasses do Fundeb, em 2007 a instituição recebeu menos investimento em detrimento do baixo número de alunos matriculados, em 2013 foi o ano em que teve maior número de matrículas, e em 2017 o maior montante de recursos, ano este que foi registrado melhora no resultado do Ideb.

A escola possui percentual de professores com ensino superior médio igual a 84,82%, índice de regularidade docente médio igual a 1,9 (estes dois podem ser considerados muitos bons) e indicador de infraestrutura igual a 50%. Em sua infraestrutura não se encontram sala de leitura, laboratório de ciências, pátio coberto, auditório, quadra de esportes e nem parque infantil (INEP, 2020).

A respeito da evolução dos fatores de ponderação para o cálculo do Fundeb, observou-se que não houve nenhum reajuste para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental I dentro do período de pesquisa analisado, embora o contingente de novos alunos tenha aumentado progressivamente no Brasil e em Caratinga, em detrimento da ampliação das demais etapas que compõem a educação básica e que estes valores possam ser considerados aquém do ideal para a promoção de uma educação de qualidade conforme os estudos de Militão (2011), Monlevade (2014), Ximenes (2014) e Pinto (2015), no município cenário de estudo deste trabalho, a média obtida no Ideb atingiu a meta nacional estipulada que é 6, demonstrando que

mesmo sem a atualização do fator de ponderação para esta etapa, este não influenciou negativamente os resultados atingidos pela cidade.

Pelo exposto, verifica-se que não existiu unanimidade no que se refere a eficácia que os repasses do Fundeb ocasionaram sobre o Ideb dentro de cada escola. Percebeu-se que na maioria destas, quanto maior o repasse recebido, melhor a nota, estando estes resultados em concordância com os estudos de Davies (2008) e Braga & Silva (2019) apresentada no referencial teórico desta pesquisa.

Em outras, no entanto, o valor recebido parece não ter surtido o mesmo efeito, conforme sinaliza os estudos de Monlevade (2014), Ximenes (2014), Pinto (2015) e Kroth & Gonçalves (2016) que entenderam que os recursos destinados à educação podem ser ineficientes quando se considera a maneira como foi gerido, resultando em ineficiência no que se refere ao alcance da qualidade educacional apontada por meio do Ideb, fazendo-se necessária uma investigação mais aprofundada dos fatores, sejam eles internos ou externos que tenham levado estas instituições a não atingirem o mínimo nacional estabelecido.

Esta seção teve como intuito apresentar as treze escolas analisadas bem como seu desempenho junto ao Ideb entre os anos de 2007 a 2017 e atender ao primeiro objetivo desta pesquisa que foi estimar os valores do Fundeb para cada escola da sede do município de Caratinga. Assim feito a próxima seção irá descrever os demais objetivos específicos por meio de dados em painel.

4.2 Resultados tratados por meio de dados em painel

Esta subseção tem como finalidade analisar como o Fundeb se relacionou ao resultado do Ideb nas treze escolas municipais de Caratinga/MG e como as demais variáveis internas e externas às escolas (PIB *per capita*, IDHM, índice de regularidade docente, percentual de professores com ensino superior e indicador de infraestrutura escolar) se comportaram dentro do modelo proposto por meio de dados em painel.

Por meio destas análises buscou-se compreender a realidade educacional local para que seja possível no futuro, a criação de políticas públicas educacionais mais eficazes, possibilitando melhor desenvolvimento e aplicação de ações voltadas para a educação básica do município de Caratinga na tentativa de minimizar as desigualdades encontradas nas escolas estudadas como foi apontado por (SHIROMA, MORAES & EVANGELISTA, 2007).

O Quadro 10 apresenta uma nota explicativa em que pode-se visualizar dois testes específicos, sendo eles o Teste Breusch-Pagan que aponta o modelo com efeitos aleatórios como sendo o ideal e o Teste de Hausman que aponta o modelo com efeitos fixos. Este último foi indicado nos procedimentos metodológicos por Wooldridge (2006) e Gujarati & Porter (2011) como o modelo mais conhecido e utilizado, além do mais as diferenças entre os resultados entre o modelo de dados em painel com efeitos fixos e efeitos aleatórios foram inexpressivos.

Quadro 10: Notas explicativas dados em painel efeitos fixos referente às Tabelas 20 e 21

'Por entre' a variância = 0,0251255
 'Por dentro' da variância = 0,00987148
 teta utilizado para quasi-desmediação = 0,752095
 $\text{corr}(y, \hat{y})^2 = 0,532611$

Teste conjunto nos regressores designados –
 Estatística de teste assintótica: Qui-quadrado(6) = 244,18
 com p-valor = 7,18459e-050

Teste de Breusch-Pagan -
 Hipótese nula: Variância do erro de unidade-específica = 0
 Estatística de teste assintótica: Qui-quadrado(1) = 82,4356
 com p-valor = 1,09169e-019

Teste de Hausman -
 Hipótese nula: As estimativas GLS são consistentes
 Estatística de teste assintótica: Qui-quadrado(2) = 0,659235
 com p-valor = 0,719199

Fonte: Elaboração própria com dados do software Gretl © 2000-2018.

A Tabela 19 de Estatística Descritiva com efeitos fixos demonstra as características da amostra coletada, auxiliando no entendimento do comportamento das variáveis que foram analisadas.

Tabela 19 - Estatística descritiva com efeitos fixos

	Média	Mediana	D.P.	Min.	Máx.
Ideb	5,32	5,6	1,104	2,671	7,0
PIB <i>Per capita</i>	12322	12824	3678	7330	17516
IDHM	0,6727	0,706	0,04745	0,606	0,706
Per. Doc. Ensino superior	81,69	80,00	14,71	50,00	100,00
Reg. docente	2,16	2,20	0,4243	1,2	3,30
Ind. Infraestrutura	24,98	28,57	18,38	7,69	57,14
Fundeb	1751	1697	724,40	805,30	2928

Fonte: Elaboração com dados do sistema Gretl© 2000-2018.

Na Tabela 19 é possível observar a média dos valores obtidos para cada variável, bem como a mediana, desvio padrão, os valores mínimos e máximos de cada uma. O intuito desta tabela é descrever os resultados estatísticos de cada fator interno e externo permitindo uma melhor compreensão dos dados obtidos no modelo de dados em painel com efeitos fixos.

Sendo assim, é possível perceber que a variável dependente Ideb apresentou média de nota dentro do modelo igual a 5,32 pontos, desvio padrão igual a 1,104 e que teve escola que apresentou valor mínimo do índice de desenvolvimento da educação igual a 2,671 pontos e nota máxima registrada igual a 7 graças a Escola Municipal Bezerra de Menezes.

No que se refere aos resultados apresentados pelo PIB *per capita*, este apresentou média igual a R\$12.322,00, desvio padrão igual a R\$3.678,00, valor mínimo apurado em R\$7.330,00 e o maior registro igual a R\$ 17.516,00.

Sobre a variável IDHM, sua média foi de 0,6727, desvio padrão igual a 0,04745, valor mínimo em 0,606 e máximo igual a 0,706.

A média de docentes com ensino superior no município é de 81,69%, desvio padrão igual a 14,71, no que se refere aos menores valores apurados dentro do período delimitado foi igual a 50% e máximo de 100% professores graduados.

A variável Índice de rotatividade docente apresentou média igual a 2,16, desvio padrão igual a 0,4243 bem como valores mínimos e máximos iguais a 1,2 e 3,3 respectivamente. Este indicador tem como parâmetro notas entre 0 a 5, sendo assim quanto mais próximo de 5 pior, demonstrando que a regularidade dos professores na escola não é contínua.

O indicador de infraestrutura foi o que apresentou pior resultado em relação as demais variáveis independentes. O valor médio apurado foi de 24,98% em uma escala de 0 a 100%, desvio padrão igual a 18,31% e valores mínimos e máximos iguais a 7,691% e 57,14% respectivamente. Esta média se apresenta aquém daquelas discutidas por Carreira e Pinto (2014) e Pinto (2015) que inferiu que tais insumos são imprescindíveis para uma educação de qualidade, neste sentido há necessidade de esforço do governo municipal em conjunto com as diretorias das escolas para um melhor direcionamento dos recursos do MDE.

O Fundeb (valor aluno/ano) apresentou média igual a R\$1751,00, desvio padrão igual a 724,40 e ainda valor mínimo igual a 805,30 e valor máximo de R\$2.928,00 registrado no último ano de apuração.

A Tabela 20 tem o objetivo demonstrar a relação estatística entre as variáveis propostas pelo modelo. Nesta tabela pode-se verificar a correlação associada à variável dependente Ideb e as variáveis independentes.

Tabela 20 - Matriz de correlação com efeitos fixos

Coeficiente de correlação, usando as observações 1:1 – 13:6 5% valor crítico (bicaudal) = 0,2227 para n= 78			
Ideb	PIB Per capita	IDHM	Percentual de docentes com ensino superior
1,0000	0,6215 1,0000	0,5788 0,9359 1,0000	0,1779 Ideb 0,3525 PIB Per capita 0,2629 IDHM 1,0000 Percentual de docentes com ensino superior
Regularidade docente	Índice de infraestrutura	Fundeb	
0,1102	0,1923	0,6401 Ideb	
0,2159	0,0000	0,9886 PIB Per capita	
0,1516	-0,0000	0,8792 IDHM	
0,1169	-0,1948	0,3707 Percentual de docentes com ensino superior	
1,0000	0,1261	0,2274 Regularidade docente	
	1,0000	0,0000 Índice de infraestrutura	
		1,0000 Fundeb	

Fonte: Elaboração própria com dados do software Gretl © 2000-2018.

Nota-se que as variáveis que apresentaram menor percentual de correlação ao Ideb, da menor para o maior foram: docentes com ensino superior, a regularidade docente e a infraestrutura das escolas, ao passo que as variáveis ou fatores externos com melhor correlação pelo modelo proposto foram o Fundeb, PIB per capita e IDHM.

O índice de regularidade docente apresentou 11,02% de correlação com o Ideb (percentual baixo que carece de investigações melhores), 21,59% de correlação com o PIB *per capita*, 15,16% de correlação com o IDHM e 11,69% com o índice de docentes com ensino superior, baixo já que o parâmetro de correlação vai até 100%.

O índice de docentes com ensino superior apresentou 17,8% de correlação com o Ideb, 35,25% de correlação com o PIB *per capita* e 26,29% de correlação com o IDHM.

Observa-se ainda que o indicador de infraestrutura foi o que apresentou menor correlação com as demais variáveis sendo 19,23% com o Ideb, nenhuma correlação com o PIB *per capita*, -0% com IDHM, -19,48% com o índice de docentes com ensino superior e 12,61% com o índice de regularidade docente.

O Fundeb como era esperado foi a variável que apresentou a melhor correlação com as demais, sendo um percentual de 64,01% com o Ideb reafirmando que mais investimento melhora a qualidade da educação (PINTO, 2015).

O Fundo ainda apresentou correlação de 98,86% com o PIB *per capita*, 87,92% com o IDHM, 37,07% com o índice de docentes com ensino superior, 22,74% com o índice de regularidade docente e nenhuma relação com o indicador de infraestrutura, já que estrutura das escolas é financiada com Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE) como aponta o estudo de (Mendes, 2018).

O PIB *per capita* se correlaciona com o Ideb em 62,15%, seguido pelo IDHM que apresentou relação cerca de 57,88% com o Ideb.

Conforme explicado na seção de procedimentos metodológicos, as variáveis inseridas e processadas por meio do software econométrico *Gretl*© foram submetidas ao teste de Hausman que indicou como melhor modelo o de efeitos fixos no qual é possível verificar o valor do R^2 de 0,8650, o que significa que de um modo geral, as variáveis investigadas influenciaram em 86,50% os resultados do Ideb. Os resultados estão apresentados na Tabela 21.

Tabela 21 - Resultados dos dados em painel com efeitos fixos

Modelo 1: Efeitos fixos, usando 78 observações Incluindo 13 unidades de corte transversal Comprimento da série temporal = 6 Variável depende: Ideb Omitido devido a colinearidade exata: indicador de infraestrutura				
	coeficiente	Erro padrão	razão-t	p-valor
constant	22,3704	3,97019	5,635	4,96e-07***
PIB Per capita	-3,84236	0,659853	-5,823	2,42e-07***
IDHM	5,16880	0,945787	5,465	9,41e-07***
% docente com ensino superior	-0,0324424	0,0869828	-0,3730	0,7105
Regularidade docente	-0,0773504	0,102785	-0,7525	0,4547
Fundeb	2,37862	0,348993	6,816	5,16e-09***
Média var. dep.	1,647203		D.P. var.dep.	0,238784
Soma resid. Quadrados	0,592289		E.P. da regressão	0,099355
R-quadrado LSDV	0,865094		Dentro de R2	0,786778
F (17,60) LSDV	22,63260		P-valor (F)	6,34e-20
Log da verossimilhança	79,66112		Critério de Akaike	-123,3222
Critério Schwarz	-80,90148		Critério Hannan-Quinn	-106,3404
rô	-0,0066009		Durbin-Watson	1,462085
Teste conjunto nos regressores designados – Estatística de teste: F (5,60) = 44,2794 com p-valor = P (F (5,60) > 44,2794) = 6,80811e-019 Teste para diferenciar interceptos de grupos- Hipótese nula: Os grupos têm um intercepto comum Estatística de teste: F (11,60) = 13,3755 com p-valor = P (F (11,60) > 13,3755) = 2,05596e-12				

Fonte: Elaboração própria com dados do software Gretl © 2000-2018.

Nível de significância de 1%***, 5%** , 10%*.

O R^2 demonstra que o modelo se encontra ajustado aos seus dados (quanto mais próximo da reta de regressão linear melhor) em uma escala que vai de 0 a 100%, ou seja, quanto mais próximo de 100% mais o modelo consegue explicar o efeito das variáveis dependentes sobre a variável dependente e como o valor do R^2 é menor do que o resultado demonstrado pelo

critério Durbin Watson (este, segundo Minitab® 18 (2020) serve para testar a correlação nos erros de um modelo de regressão) gerado pelo sistema *Gretl*®, isto exclui a possibilidade de uma equação não verdadeira ou hipotética.

Percebe-se que o modelo foi ajustado com erro padrão robusto que corrige problemas de heterocedasticidade e autocorrelação. O modelo omitiu a variável índice de infraestrutura escolar devido a colinearidade exata com alguma outra variável não identificada, o que provocaria viés. Porém os estudos de Riani (2004) apontaram que a disponibilização de recursos escolares para infraestrutura são imprescindíveis para a melhoria da aprendizagem dos alunos, pois escolas que possuem quadras, laboratórios de informática e biblioteca, computadores para os alunos e acesso à internet e banda larga. Segundo este autor, influenciam positivamente na assiduidade dos mesmos à escola, sendo assim, assimilariam os conteúdos ministrados pelo fato da frequência e consequentemente melhorariam o desempenho.

Ainda sobre a Tabela 21 com dados em painel com efeitos fixos (para fins de projeções) a respeito dos fatores estudados, além da constante, outras três variáveis se demonstraram altamente significativas a 1%, sendo elas o PIB *per capita*, o IDHM e o Fundeb, que já era o esperado conforme a literatura investigada nos trabalhos de (KROTH & GONÇALVES, 2016; LOPES & TORRENT 2016, MENDES, 2018).

Ainda que o PIB *per capita* tenha tido uma significância estatística importante e igual a 1% de variação dentro do modelo utilizado neste trabalho, o mesmo apresentou um coeficiente negativo igual a 3,84% o que significa que um aumento de 1% neste fator externo diminuiria na mesma proporção o percentual na qualidade da educação, o que é totalmente contrário à literatura. Isto pode ser explicado pelo fato de o Fundeb ser oriundo, em sua maioria de recursos do Estado e União, desta maneira o desempenho econômico e fiscal do Município não possui interferência direta sobre o Ideb.

O IDHM também apresentou um resultado estatístico significativo e positivo a 1% tendo seu coeficiente igual a 5,17 o que significa que esta variação resulta na melhora do Ideb na mesma proporção. Este resultado foi melhor do que o encontrado por Fully, Silva & Silva (2018) em 5,09 pontos.

A variável percentual de docentes com ensino superior não demonstrou os resultados esperados conforme a literatura, pelo fato de o seu coeficiente ter apresentando estatisticamente insignificante com valor igual a -0,0267630, contradizendo estudos como os de Sobreira e Campos (2008), Lopes & Torrent (2016). A exceção foi o estudo de Mendes (2018) que também encontrou relação negativa para a variável percentual de professores com

ensino superior (para fins de estimativas), afirmando que docentes bem qualificados possuem melhores condições de ensino e conhecimento para impactar positivamente o nível educacional dos alunos nas escolas, portanto para fins de projeções, esperava-se que esta variável estudada no contexto de Caratinga apresentasse resultado semelhante aos estudos investigados.

Além dos autores acima que investigaram a influência do percentual de docentes com ensino superior na qualidade da educação por meio de regressão linear, estudos internacionais corroboraram com a discussão como Early *et al* (2007) que dissertou que professores que desejassem atuar na rede pública poderiam garantir uma educação de qualidade, porém apontou que isto dependeria de políticas públicas eficientes e da interação entre professores e alunos.

Os estudos de Castro Pérez & Morales Ramirez (2015) como citado no referencial teórico demonstraram a importância da formação dos professores para uma educação de qualidade do ponto de vista dos alunos e os estudos de Gaete & Ayala (2015) objetivou caracterizar as escolas básicas que os cidadãos do Chile gostariam que existissem.

Os autores perceberam que a população entende que a qualidade da educação depende da qualificação dos professores e esperam que a partir de um processo de capacitação estes atores educacionais possam oferecer um ensino que vise o desenvolvimento integral dos alunos, considerando aspectos como autoestima, responsabilidade e boa convivência, além do estudo de Flores Crespo *et al* (2016) que sugeriu uma investigação a respeito da atuação docente pois entendia que esta exercia relação no desenvolvimento dos alunos, assim esperava-se que a variável se apresentasse também de modo significativo nesta pesquisa para fins de estimativas como apontado anteriormente.

Há de se levar em consideração também o estudo de Mello (2000) que discutiu o domínio que o docente deve possuir sobre os conhecimentos técnicos para que estes profissionais sejam considerados eficientes, inferindo-se que estes sejam capazes de proporcionar ao aluno uma experiência intelectualmente estimulante e socialmente relevante, além de outras questões como: didática, comprometimento, motivação e satisfação profissional, ou seja, não basta apenas ser graduado, ou a escola possuir um grande número de professores graduados, estes precisam ser eficientes e eficazes ao ensinar.

O índice de regularidade docente também apresentou um coeficiente igual a - 0,0688545, contrariando o que disseram os estudos de Ferreira (2006), Silva (2007), Azevedo (2012) e até mesmo a nota técnica 11/2015 do Inep (2015) que afirmaram que a alta rotatividade afeta o estabelecimento de vínculos aluno-escola, interfere no andamento e na qualidade do

ensino, além de comprometer aprendizagem por parte do aluno, impede a continuidade do planejamento de aula, projetos são interrompidos, entre outros, assim esperava-se que este indicador tivesse uma influência positiva e direta sobre a variável dependente Ideb o que não ocorreu, porém os estudos destes autores são empíricos e não utilizaram da mesma metodologia adotada nesta pesquisa que foi a regressão linear com dados em painel.

O Fundeb apresentou coeficiente positivo a 2,38%, que significa que uma variação de 1% neste fator externo melhoraria a nota do Ideb na mesma proporção apresentada. Este resultado está de acordo com a literatura investigada como Lopes e Torrent (2016), Kroth & Gonçalves (2016) e Mendes (2018), vai de encontro aos estudos empíricos de Carreira & Pinto (2007); Conceição *et al*, (2011); Monlevade (2014); Ximenes (2014); Pinto (2014 e 2015) que contribuíram afirmando que mais recursos melhora o desenvolvimento dos alunos mediante testes padronizados.

Este resultado poderia ainda ser utilizado como padrões mínimos de recursos que sinalizem o caminho a ser percorrido para atingir o ideal de qualidade estabelecido pela legislação brasileira em cada região do país (CARREIRA & PINTO, 2007; GADOTTI 2013).

Já que não existe por parte da legislação parâmetros mínimos para medir a qualidade da educação, seria recomendável partir de um ponto de equilíbrio apontado pelas pesquisas em âmbito nacional que indiquem percentuais de recursos que sinalizem como atingir as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação, levando-se em consideração ainda que o Ideb continua sendo o principal indicador oficial de qualidade da educação básica no Brasil como apontado por Dourado & Oliveira (2009), porém surgiram sugestões de outras pesquisas que propuseram melhorias para o indicador incluindo novas variáveis para o cálculo do mesmo como o trabalho sugerido por (FERNANDES, 2007).

Esta seção teve como finalidade investigar como os valores repassados pelo Fundeb interferiram sobre os resultados do Ideb bem como identificar como os fatores internos e externos afetaram o desempenho dos alunos no indicador de qualidade da educação básica. Desta maneira foi possível inferir que as variáveis que mais influenciam na qualidade da educação foram o Fundeb, IDHM e o PIB *per capita*, tendo os dois primeiros obtido os melhores resultados sobre o Ideb, e as variáveis docentes com ensino superior, regularidade docente e indicador de infraestrutura da escola apresentaram baixa significância dentro do modelo proposto o que contrariou a literatura pesquisada e os resultados esperados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa foi possível uma melhor compreensão sobre fatores internos e externos que influenciam o desempenho dos alunos, a qualidade da educação e os desafios dessa correlação: fatores internos e externos e Ideb, numa amostra da escola pública municipal em uma nação com dimensões continentais como é o Brasil.

Quanto ao problema da pesquisa que consistiu em responder qual a correlação entre os valores do Fundeb e dos fatores internos e externos sobre o Ideb do município de Caratinga verificou-se que alguns indicadores pesquisados tiveram maior correlação que outros, mas ainda assim as escolas estudadas apresentaram a perspectiva de desempenho esperado pelo PDE (atingir a média 6 até 2021).

Ainda que os resultados do Ideb tenham sido satisfatórios no âmbito municipal, o fato de não se considerar nenhum outro indicador além das avaliações de matemática e português associadas ao fluxo escolar, impossibilita determinar que a educação oferecida seja de fato de qualidade. Neste sentido, as ações de aferição da qualidade devem ser mais abrangentes no sentido de considerar os fatores de ordem interna e externa que possam estar influenciando no desempenho dos estudantes, destinando os recursos financeiros para a execução de ações relacionadas a esses fatores.

Pelos resultados obtidos, pode-se inferir que existe relação entre o aumento de gastos com educação e a qualidade do ensino oferecido em Caratinga/MG, e que a aplicação dos recursos para educação em conjunto com a melhoria dos indicadores socioeconômicos (fatores externos como IDHM e o PIB) aliados à formação, capacitação e valorização docente tem melhorado a qualidade da educação medida no município por meio do Ideb, ainda que de forma modesta em algumas escolas estudadas.

Os resultados do Ideb analisados indicam avanços na qualidade da educação. No entanto, dentre os fatores internos ou externos que podem ter influenciado os resultados, o IDHM, o PIB e a infraestrutura escolar destacam-se. Sobretudo esta última tendo em vista sua baixa significância com o Ideb. Ademais, esse fator pode se revelar mais sensível caso sejam detalhadas suas características “*in loco*”.

Preservadas as proporções e limitações da pesquisa, o município de Caratinga/MG se encontra em uma situação relativamente positiva no cenário nacional pelo Ideb, uma vez que atualmente possui média 6 para os alunos do quinto ano do ensino fundamental I, mas isso não assegura a qualidade ao expandir a análise para mais escolas e mais fatores relacionados.

Existem escolas que mesmo recebendo repasses significativos do Fundeb apresentam resultados no Ideb inferiores a outras com menos repasses.

A correlação dos dados do lapso temporal (2007 a 2017) analisada nesta pesquisa demonstra que não basta associar os valores do Fundeb aos resultados do Ideb como medida de aferição da qualidade na educação, tendo em vista que essa simetria não considerada outros fatores internos e externos à realidade escolar. Ademais, a adoção desse binômio Fundeb/Ideb para calcular o custeio do ensino e descentralizar os recursos do Fundeb para as escolas públicas municipais trata realidades distintas de forma igual.

Fica como sugestão de pesquisas futuras a inclusão de outras variáveis, como esforço docente, adequação da formação docente, complexidade de gestão da escola, nível socioeconômico da escola, remuneração média dos docentes, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE), Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outras, além de novas investigações a respeito dos efeitos do Fundeb que a partir de 2021 torna-se permanente.

6 REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, F. **A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento.** In: OLIVEIRA, R. P. SANTANA, W. Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010. p. 39-70. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187336>. Acesso em: 12 de dez. 2018.
- ACUNA GAMBOA, L. A; PONS BONALS, L. Calidad Educativa en México. De las disposiciones internacionales a los remiendos del Proyecto Nacional. **Rev. Int. Investig. Cienc. Soc., Asunción**, v. 12, n. 2, p. 155-174, Dec. 2016. Disponível em: http://scielo.iics.una.py/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2226-40002016000200155&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 de set. 2019.
- ALMEIDA, L.C., DALBEN, A., FREITAS, L.C. O IDEB: Limites e Ilusões de uma política educacional. **Educ. & Soc.**, Campinas, São Paulo. v.34, n.125, p. 1153-1174, out-dez. 2013. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/22>. Acesso em: 16 de out. de 2019.
- ALVES, M. T. G; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educ. Pesq.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 fev. 2019.
- AMARAL, N. C. Um novo Fundef? As ideias de Anísio Teixeira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 277-290, Aug. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 de mai. 2019.
- _____. **Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil.** Brasília: Liber Livro, 2012.
- _____. Os 10% do PIB como promotor da qualidade da educação: uma análise considerando os resultados do PISA e os valores aplicados por estudante em diversos países. In: Andrea Barbosa Gouveia; José Marcelino de Rezende Pinto; Maria Dilnéia Espíndola Fernandes. (Org.). **Financiamento da Educação no Brasil: os desafios de gastar 10% do PIB em dez anos.** 1ed.Campo Grande: Editora Oeste, 2015, v. 1, p. 61-82.
- AMPRATWUM, E. *et al.* Decentralization and Teacher Accountability: The Political Settlement and Sub-National Governance in Ghana's Education Sector. In: CHICKEY, S.; HOSSAIN. N. **The Politics of Education in Developing Countries: From Schooling to Learning.** First Edition. New York, USA. Oxford University Press, 2019. 256 páginas. Disponível em: <http://fdslive.oup.com/www.oup.com/academic/pdf/openaccess/9780198835684.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2019.
- ARAÚJO, L. Os fios condutores do PDE são antigos. **Jornal de Políticas Educacionais.** v.I. n.2. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v1i2.15000>. Acesso em: 16 out. de 2019.

AZEVEDO, J.M.L. de. **Implicações da Nova Lógica de Ação do Estado para a Educação Municipal**. Educação Social, Campinas, v. 23, n. 80, p. 49-71, set. 2002.

AZEVEDO, K. A. A Rotatividade Docente e suas implicações no contexto escolar. **O professor PDE e os desafios da escola pública Paranaense**, v.10. Londrina – PR. 2012..

BARBOSA, R., MAIA, R. Políticas educacionais para a formação de professores para educação básica. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v. 5, n. 4, 2012.

BELTRÃO, H. **Descentralização e Liberdade**. Rio de Janeiro. 1984.

BONDARENKO PISEMSKAYA, N. Acerca de las definiciones de la calidad de la educación. **Educere**, Meridad, v. 11, n. 39, p. 613-621, dic. 2007. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-49102007000400005&lng=es&nrm=iso. Acesso em 20 set. 2019.

BOTH, I. J. **Municipalização da Educação: Uma contribuição para um novo paradigma de gestão do Ensino Fundamental**. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRAGA, D. S; SILVA, D. C. A. da. Repercussões do FUNDEB em Municípios Mineiros: aportes para a discussão sobre um FUNDEB permanente. **Rev. de Financiamento da Educação**. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/88585>. Acesso em: 03 de mai. 2019.

BRANDÃO, Z; CARVALHO, C. P. de. Qualidade do ensino, balanço de uma década de pesquisas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 445-458, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200445&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 de nov. 2018.

_____. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm. Acesso em: 20 de out. 2018.

_____. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília. DF, 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em 18 de jul. 2019.

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em: 20 de jan. de 2019.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm. Acesso em: 30 de out. 2018.

_____. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19424.htm. Acesso em: 03 de nov. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. In: Diário Oficial da União, Brasília, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, pp. 27834-27841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 18 de nov. de 2018.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 30 nov. de 2018.

_____. Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Publicações**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/193-manuais>. Acesso em: 04 de mai. De 2019.

_____. Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Notas Estatísticas**. Disponível em: <http://portal.INEP.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em: 04 de mai. 2019.

_____. Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio *Teixeira* – INEP. **Nota Técnica CGCQTI/DEED/INEP nº 11/2015**. Disponível em: http://download.INEP.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docent_e_regularidade_vinculo/nota_tecnica_indicador_regularidade_2015.pdf. Acesso em 15 de ago. de 2019.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas Estatísticas censo escolar 2018**. Disponível em: <http://INEP.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 20 de nov. 2018.

_____. Portal do Ministério da Educação e Cultura. **FUNDEB**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb-sp-1090794249>. Acesso em: 02 de abr. de 2019.

_____. Instituto de Geografia e estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Educação 2017**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em: 04 de mai. 2019.

_____. **Instituto de Geografia e estatística - IBGE. Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/caratinga/panorama>. Acesso em: 05 de abr. 2019.

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Caratinga, MG (2013). Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/caratinga_mg. Acesso em: 13 de jun. 2019.
 BUENO, E. N; PERGHER, C. J. Analisando a Trajetória dos Fatores de Ponderação Estabelecidos no FUNDEB: 2007-2016. **Rev. de Financiamento da Educação. 2017.** Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/69472/0>. Acesso em: 05 de mai. 2019.

CABRAL, K. M.; DI GIORGI, C. A. G. O direito à qualidade da Educação Básica no Brasil: uma análise da legislação pertinente e das definições pedagógicas necessárias para uma demanda judicial. **Revista Educação. v. 42, n. 1, 2019.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/33938>. Acesso em: 01 de ago. de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça o novo Fundeb que amplia gradualmente os recursos da educação.** Brasília, DF: [s.n.], 26 de ago. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/687499-conheca-o-novo-fundeb-que-amplia-gradualmente-os-recursos-da-educacao/>. Acesso em 06 de nov. de 2020.

CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil: Leitura Crítico-compreensiva artigo a artigo.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 215p.

CARREIRA, D; PINTO, J. M. R. **Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação de qualidade no Brasil.** São Paulo: Global; Campanha Nacional pelo Direito a Educação, 2007.

CARVALHO, R. T.. A QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISCURSO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estudos de Sociologia**, [S.l.], v. 2, n. 18, mar. 2013. ISSN 2317-5427. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235244/28265>>. Acesso em: 24 dez. 2019.

CASTILHO, F. R. C. **Federalismo Fiscal e Repartição do ICMS: o critério do valor adicionado. 2013.** Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde12122014-100106/pt-br.php>. Acesso em: 11 jun. 2019.

CASTRO, M. H. G. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. **Meta: Avaliação**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 271-296, dec. 2009. ISSN 2175-2753. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/51/30>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CASTRO PÉREZ, M.; MORALES RAMÍREZ, M. Classroom Environments That Promote Learning from the Perspective of School Children. **Revista Electrónica Educare**, v. 19, n. 3, p. 1-32, 31 jul. 2015.. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1941/194140994008.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2019.

CAVIERES FERNANDEZ, E. La calidad de la educación como parte del problema: educación escolar y desigualdad en Chile. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 59, p. 1033-1051, Dec. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000900011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 de set. 2019.

CHETTY, R.; FRIEDMAN, J.; ROCKOF, J. Measuring the Impacts of Teachers I: Evaluating Bias in Teacher Value-Added Estimates. **American Economic Review**, v. 104, n. 9, p. 1-64, 2014.

CHIRINEA, A. M; BRANDÃO, C. F. **O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **FUNDEB – Estimativas**. Disponível em: <https://www.CNM.org.br/comunicacao/noticias/fundeb-publicadas-novas-ponderacoes-da-creche-e-pre-escola-parciais-para-2019>. Acesso em: 19 de jun. 2019.

_____, **FUNDEB: O que os municípios precisam saber**. 7ª ed. – Brasília: CNM, 2019.

CONCEIÇÃO, S. H; FILHO, J. A. C; ALMEIDA CORREIA, S. L. **O Custo-Aluno-Qualidade no contexto do Financiamento da Educação Básica no Brasil**. XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2011.

CONSTANTINO, M.; PEGORARE, A. B; COSTA, R. B. Desempenho regional do IDH e do PIB *per capita* dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 17, n. 2, p. 234-246, junho 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122016000200234&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

COLEMAN, J. S.; CAMPBELL, E. Q.; HOBSON, C. J.; MCPARTLAND, J.; MOOD, A. M.; WEINFELD, F. D.; YORK, R. L. **Equality of Educational Opportunity**. Washington, DC: US Government Printing Office, 1966.

COLEMAN, J. S. **Desempenho nas escolas públicas**. In: BROOKE, N.; SOARES, J. F. Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetória. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.

CORRÊA, Bianca Cristina. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 119, p. 85-112, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 de ago. 2019.

CURY, C.R.J. **Qualidade em educação. Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, ano 16, v. 17, n. 18, p. 17-34, jan./dez. 2010.

_____, Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1217-1252, Oct. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362018000401217&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 fev. de 2019.

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Informações de Saúde (TABNET) – Demográficas e Socioeconômicas – PIB Per capita**. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206&id=29610442>. Acesso em: 12 de mar. de 2020.

DAVIES, N. **FUNDEB: a redenção da educação básica?** Campinas: Autores Associados, 2008.

DE BIASI, S. V. O professor e qualidade de ensino: uma análise a partir dos resultados do SAEB na escola pública do Paraná. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S.l.], v. 3, n. 6, dez. 2009. ISSN 1981-1969. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/20535>. Acesso em: 13 ago. 2019.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2018.

EARLY, D. M. *et al.* **Teachers' Education, Classroom Quality, and Young Children's academic skills: Results from seven studies of Preschool Programs**. Child Development Institute, University of North Carolina at Chapel Hill 27599, USA. 2007 mar-apr;78(2):558-80. Disponível em: <https://srcd.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8624.2007.01014.x>. Acesso em: 20 de set. 2019.

ESCOLA MUNICIPAL BARQUINHO AMARELO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. **Regimento Escolar**. Caratinga. 2010.

ESCOLA MUNICIPAL BEZERRA DE MENEZES ENSINO FUNDAMENTAL. **Projeto Político Pedagógico**. Caratinga. 2010.

ESCOLA MUNICIPAL CRISPIM DE AQUINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. **Projeto Político Pedagógico**. Distrito de Sapucaia, Caratinga. 2010.

ESCOLA MUNICIPAL DONA GLORINHA ROCHA ABELHA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. **Regimento Escolar**. Caratinga. 2010.

ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR MANINHO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. **Regimento Escolar**. Caratinga. 2010.

ESCOLA MUNICIPAL LUIZ ANTÔNIO BASTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. **Regimento Escolar**. Caratinga. 2010.

ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO CARMO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. **Regimento Escolar**. Caratinga. 2010.

ESCOLA MUNICIPAL PADRE ANTÔNIO BATISTA DE CARVALHO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. **Regimento Escolar**. Caratinga. 2010.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA CONCEIÇÃO MARTINS DA SILVA UNIDADE I DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. **Regimento Escolar**. Caratinga. 2010.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DO CARMO RIBEIRO UNIDADE I DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. **Regimento Escolar**. Caratinga. 2010.

ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO CLEMENTE VIEIRA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. **Regimento Escolar**. Distrito de Dom Modesto, Caratinga. 2010.

ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO DOS SANTOS ROSA. **Regimento Escolar**. Distrito de Santa Efigênia, Caratinga. 2010.

PRÉ-ESCOLAR MUNICIPAL GERALDO MARQUES CEVIIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. **Regimento Escolar**. Caratinga. 2010.

EYING, A. M. *et al.* Políticas de avaliação e de educação em direitos humanos: as contradições entre regulação e emancipação na educação básica. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 92, p. 670-696, set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362016000300670&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 fev. 2019.

FAVARO, N. A. L. G.; TUMOLO, P. S. A Relação entre Educação e Desenvolvimento Econômico no Capitalismo: Elementos para um Debate. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 557-571, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000200557&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2019.

FLACH, S. F. Contribuições para o debate sobre a qualidade social da educação na realidade brasileira. **Contexto e educação**. Ed. Unijuí, ano 27, nº 87, p.4-25, jan/jul. 2012.

FERREIRA, G.S. Investigação acerca dos fatores determinantes para a conclusão do Ensino Fundamental utilizando Mineração de Dados Educacionais no Censo Escolar da Educação Básica do INEP 2014. **Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação**, [S.l.], p. 1034, out. 2015. ISSN 2316-8889. Disponível em: <<https://www.br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/6211>>. Acesso em: 17 out. 2019.

FERREIRA, M. P. **Concursos, ingresso e profissão docente: um estudo de caso dos professores de história (São Paulo, 2003-2005)**. Dissertação de Mestrado. PUCSP. São Paulo, 2006.

FIALHO, N. N.; TSUKAMOTO, N. M. S. Gestão democrática e educação de qualidade: desafios do gestor escolar. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

FLORES-CRESPO, P. *et al.* ¿Por qué no mejora la calidad de la educación básica? **RMIE**, México, v. 21, n. 71, p. 1295-1303, dic. 2016. Disponível em:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662016000401295&lng=es&nrm=iso. Acesso em 20 set. 2019.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.28, n.100, p. 965-987, out. 2007.

FRANCO, A. M. P. **Os determinantes da qualidade da educação no Brasil. 2009.** Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <doi:10.11606/T.12.2009.tde-27032009-100849>. Acesso em: 17 de out. de 2019.

FRANCO, C.; BONAMINO, A. A pesquisa sobre característica de escolas eficazes no Brasil: breve revisão dos principais achados e alguns problemas em aberto. **Revista do Programa de Pós-Graduação - Educação online PUC-Rio**, n. 1, p. 2-13, 2005.

FRANCO, C. *et al.* Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de “fatores intraescolares”. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 277-298, abr./jun. 2007.

FULLY, R. M. P.; SILVA, R. C. H.; SILVA, J. Análise Heurística dos Fatores Estruturantes que impactam no Desenvolvimento da Educação Básica Municipal. **Educação, Cultura e Comunicação**, [S.l.], v. 10, n. 19, jan. 2019. ISSN 2177-5087. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/ECCOM/article/view/954>. Acesso em: 14 ago. 2019.

FUNDAÇÃO LEMMAN E MERITT (2012). **Portal QEdU.org.br**. Acesso em: 02 de ago. de 2019.

GADOTTI, M. Qualidade na educação: uma nova abordagem. *In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA: QUALIDADE NA APRENDIZAGEM*, Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: COEB, 2013. Florianópolis-SC, 2013.

GAETE, A.; AYALA, C. Enseñanza básica en Chile: las escuelas que queremos. **Calidad en la educación**, Santiago, n. 42, p. 17-59, jul. 2015. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-45652015000100002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2019.

GEMAUQUE, R. M. O. **Políticas de Financiamento e Direito à Educação Básica: o FUNDEF e o FUNDEB**. SER Social, Brasília, v. 13, n. 29, p. 90-112, jul./dez. 2011.

GESQUI, L. C. A importância dos resultados das avaliações educacionais em larga escala na definição de práticas escolares. *In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., 2012*, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em:

http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2193b.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. O IDEB como parâmetro de qualidade da educação básica no Brasil: algumas preocupações. **Cad. Pes.**, São Luís, v. 23, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v23n3p88-99>. Acesso em: 15 de out. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. – 7. Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2016.

GONÇALVES, M. E. *et al.* Fatores determinantes da qualidade do ensino nas escolas de Minas Gerais: uma análise para a 4ª série do Ensino Fundamental. **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

GOUVEIA, A. B; SOUZA, A. R. de. A Política de Fundos em Perspectiva Histórica: mudanças na concepção da política na transição FUNDEF e FUNDEB. **Em Aberto**, Brasília, n. 93, v. 28, p. 45-65, jan./jun. 2015.

GREENE, W.H. **Econometric Analysis**. 5 ed. Prentice Hall; 2002. Disponível em: <https://spu.fem.uniag.sk/cvicenia/ksov/obtulovic/Manaž.%20štatistika%20a%20ekonometria/EconometricsGREENE.pdf>. Acesso em: 11 de set. 2019.

GRINDLLE, M. S. Similarities and Differences in Policy Reform Destinies: What do Political Settlements and Domain Politics Explain? *In*: HICKEY, S.; HOSSAIN. N. **The Politics of Education in Developing Countries: From Schooling to Learning**. First Edition. New York, USA. Oxford University Press, 2019. 256 páginas. Disponível em: <http://fdslive.oup.com/www.oup.com/academic/pdf/openaccess/9780198835684.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2019.

GUIMARÃES, R.; SITARAM, A.; JARDON, L.; TAGUCHI, S.; ROBINSON, L. The effect of teacher content knowledge on student achievement: a quantitative case analysis of six Brazilian states. *In*: **Population Association of America Annual Meeting**, 2013, New Orleans. Population Association of America 2013 Annual Meeting Program, 2013.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D.C. **Econometria Básica**. - 5 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

GUSMÃO, J. B. B. de. **Qualidade de educação no Brasil: consenso e diversidade de significados**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.48.2010.tde-22062010-135357. Acesso em: 04 de abr. 2019.

HAMMOND, L. D. Teacher quality and student achievement. **Education policy analysis archives**, v. 8, n.1, 2000.

HICKEY, S.; HOSSAIN. N. **The Politics of Education in Developing Countries: From Schooling to Learning**. First Edition. New York, USA. Oxford University Press, 2019. 256 páginas. Disponível em: <http://fdslive.oup.com/www.oup.com/academic/pdf/openaccess/9780198835684.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2019.

HUANG, F. L.; MOON, T. R. Is experience the best teacher? A multilevel analysis of teacher characteristics and student achievement in low performing schools. **Educational Assessment, Evaluation and Accountability**, v. 21, n. 3, p. 209-234, 2009.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2001.

JUSTINO, G. Quando e como é o gasto do Brasil com educação. **Zero Hora – RS, Tipo: matéria, página 22, assunto: destaque.** Editora Sua Vida. Rio Grande do Sul, 2019.

Disponível em:

http://conexaocorporativa.com.br/fundacredrs/site/m012/noticia.asp?cd_noticia=59506759#.

Acesso em: 21 de ago. de 2019.

KAJOER, A. M.; MUWANGA, N. K. The Political Economy of Education Quality Initiatives in Uganda. *In*: HICKEY, S.; HOSSAIN. N. **The Politics of Education in Developing Countries: From Schooling to Learning.** First Edition. New York, USA. Oxford University Press, 2019. 256 páginas. Disponível em:

<http://fdslive.oup.com/www.oup.com/academic/pdf/openaccess/9780198835684.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2019.

KELSALL, T. *et al.* The Political Economy of Primary Education Reform in Cambodia. *In*: HICKEY, S.; HOSSAIN. N. **The Politics of Education in Developing Countries: From Schooling to Learning.** First Edition. New York, USA. Oxford University Press, 2019. 256 páginas. Disponível em:

<http://fdslive.oup.com/www.oup.com/academic/pdf/openaccess/9780198835684.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2019.

KROTH, D. C.; GONÇALVES, F. O. O impacto dos gastos públicos municipais sobre a qualidade da educação: uma análise de variáveis instrumentais entre 2007 e 2011. *In*: **Anais do XLII Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 42nd Brazilian Economics Meeting]**. ANPEC- Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Program in Economics]. 2016.

LEVY, B. *et al.* Political Transformation and Education Sector Performance in South Africa. *In*: HICKEY, S.; HOSSAIN. N. **The Politics of Education in Developing Countries: From Schooling to Learning.** First Edition. New York, USA. Oxford University Press, 2019. 256 páginas. Disponível em:

<http://fdslive.oup.com/www.oup.com/academic/pdf/openaccess/9780198835684.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2019.

LIMA, F. J. Dez anos de FUNDEB: Análise da Evolução dos gastos e dos principais resultados na rede pública estadual de educação. **Pesquisa apresentada à Universidade Federal de Alagoas sob a forma de relatório técnico.** Universidade Federal do Alagoas - Maceió – AL. 2019.

LOPES, M.; TORRENT, H. **Análise do gasto público em Educação para os municípios brasileiros.** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia, princípios de Micro e Macroeconomia.** Editora Campus, São Paulo, 2005.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** Editora Atlas, 2011.

MARTINS, P. de S. O financiamento da educação básica como política pública. *In*: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBP AE**.v. 26, n.3, p. 497-514, set./dez. 2010.

MAXIMINIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

MARZOCCHI, M.; OLIVEIRA, A. Interlocução entre autonomia escolar e desempenho: Quais as analogias possíveis? In: **XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Anais**. Rio de Janeiro, SBS, 2009.

MELCHIOR, J.C. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1997.

MELLO, G. N. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 98-110, 2000.

MELLO, L. R.; BERTAGNA, R. H. Apontamentos iniciais sobre qualidade educacional: resultados do IDEB e fatores socioeconômicos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], p. 1132-1148, oct. 2016. ISSN 1982-5587. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6168/5901>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

MENDES, D. C. de B. FUNDEB: avanços e limites no financiamento da educação básica no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, no. 02, p. 392-412, nov. 2012. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 03 de Jul. de 2019.

MENDES, W.C. Impactos dos gastos com educação através do FUNDEB na qualidade da educação pública municipal. **Repositório Institucional UFJF**. Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares -MG. Monografia de Conclusão de curso. Governador Valadares, MG, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/8246>. Acesso em 09 de jul. 2019.

MESQUISTA, S. Os resultados do IDEB no cotidiano escolar. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 76, p. 587-606, jul./set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362012000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 de out. de 2019.

MILITÃO, S. C. N. **FUNDEB: Mais do mesmo?** São Paulo, 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/capa>. v.18, n.19. Acesso em 07 jul. 2019.

MINITAB. **Teste de correlação usando estatística Durbin Watson**. Quality Plaza, 1829 Pine Hall Rd, State College PA 16801-3210, USA. Disponível em: <https://support.minitab.com/pt-br/minitab/18/help-and-how-to/modeling-statistics/regression/supporting-topics/model-assumptions/test-for-autocorrelation-by-using-the-durbin-watson-statistic/#:~:text=Use%20a%20estat%C3%ADstica%20Durbin%2DWatson,de%20observa%C3%A7%C3%B5es%20adjacentes%20s%C3%A3o%20correlacionados.&text=A%20estat%C3%ADstica%20de%20Durbin%2DWatson,de%20erro%20adjacente%20%C3%A9%20zero>. Acesso em: 13 de nov. de 2020.

MOURÃO, L.; ESTEVES, V. V. Ensino Fundamental: das competências para ensinar às competências para aprender. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 21, n. 80, p. 497-512, 2013.

NACIF, C. V. L. **O desafio dos conselheiros do FUNDEB – Hora da mudança do jogo no Controle Social**. Brasília: ESAF – DIREDD, 2010.

NARDI, E. L.; Schneider, M. P. Qualidade (social) na Educação Básica: o desafio da construção nos municípios do oeste catarinense.

Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 18, n. especial, 2013, p. 140-156. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/2113/pdf_193. Acesso em: 24 de dez. de 2019.

NUNES, A. N. F. Financiamento da educação básica no Brasil: uma análise dos arranjos jurídicos adotados ao longo do período republicano. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 4, n. 1, p. 32-58, 26 jan. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/122956>. Acesso em: 09 de abr. 2019.

OECD (2015), **Education at a Glance 2015: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris, Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eag-2015-en>. Acesso em 21 de ago. de 2019.

_____, (2018), **Education at a Glance 2018: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris, Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eag-2018-en>. Acesso em 21 de ago. de 2019.

PAZ, F. M. O IDEB e a Qualidade da Educação no Ensino Fundamental: Fundamentos, Problemas E Primeiras Análises Comparativas. **V Encontro de Iniciação Científica, IV Enc de Extensão Universitária e I Enc. de Iniciação Científica P/ O Ensino Médio**. V.5, n.5. Presidente Prudente, São Paulo. 2009. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1953/2082>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

PERUZZO, J. NARDI, E. L. A Educação como vetor de desenvolvimento social em pequenos municípios. **Revista de Ciências Sociais e Humanas**. Portal Metodista de Periódicos Científicos e Acadêmicos. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, São Paulo, v. 26, nº 67. 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/3109/1912>. Acesso em: 11 de set. 2019.

PINTO, J.M.R. O FUNDEB e a Remuneração dos Profissionais da Educação. **Cadernos de Educação**, Brasília, n. 27, p. 151-173, jul./dez. 2014. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/cadernos_educacao/cadernos_educacao_27.pdf. Acesso em: 07 fev. 2019.

_____. O FUNDEB na perspectiva do custo aluno qualidade. **Revista Em Aberto Brasília**, v. 28, n. 93, p. 101-117, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://observatorioderemuneracaodocente.fe.usp.br/Em%20aberto%20o%20fundeb%20na%20perspectiva%20do%20custo%20qualidade.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2019.

PORFÍRIO, F. "Immanuel Kant"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/immanuel-kant.htm>. Acesso em 17 de nov. de 2020.

PRITCHETT, L. Understanding the Politics of the Learning Crisis: Steps Ahead on a Long Road. In: HICKEY, S.; HOSSAIN, N. **The Politics of Education in Developing Countries: From Schooling to Learning**. First Edition. New York, USA. Oxford University Press, 2019. 256 páginas. Disponível em:

<http://fdslive.oup.com/www.oup.com/academic/pdf/openaccess/9780198835684.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO BRASIL (PNUD BRASIL). **O que é IDHM?** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/IDH0/conceitos/o-que-e-o-IDHM.html>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

_____, **Mapa do IDHM no Brasil em 2010**. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/img/assets/IDH/undp-br-mapa-brasileiro-municipios-novo-1-2010.png>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

_____, **Brasil: IDHM e seus subíndices 1991-2000-2010**. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/Atlas%20dos%20Municipios/undp-br-fs1-IDHM-brasil-2016.pdf>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

RADAR IDHM. **Evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017**. – Brasília: IPEA: PNUD: FJP, 2019.

RIANI, J. Impacto dos fatores familiares, escolares e comunitários na probabilidade de cursar a escola na idade adequada no Ensino Fundamental e Médio. *In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais*. Caxambu, ABEP, 2004.

RIANI, J. L. R.; RIOS-NETO, E. L. G. Impacto dos fatores familiares, escolares e comunitários na quantidade e qualidade do ensino no estado de Minas Gerais. *In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA*, 11., Diamantina, 2004.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

RUA, M. G., As políticas públicas e a juventude dos anos 90. *In: CNPD (Org.)*. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: Cnpd, 1998. p. 731-749. (Volume 2).

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SANTOS, D. D. P.; VIEIRA, H. R. Financiamento da educação básica no Brasil: algumas reflexões. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], n. 19, fev. 2017. ISSN 1519-9029. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9385>. Acesso em: 09 de ago. 2019.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SÁTYRO, N. G. D.; SOARES, D. S. **O Impacto da Infraestrutura Escolar na Taxa de Distorção Idade-Série das Escolas Brasileiras de Ensino Fundamental – 1998 a 2005**. Brasília: Ipea, 2008. (Texto para discussão, 1338).

SCHWARTZMAN, J. S; BROCK, C. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SEEBRUCK, R. Teacher quality and student achievement: a multilevel analysis of teacher credentialization and Student Test Scores in California High Schools. **McGill Sociological Review**, v. 5, p. 1-18, 2015.

SHIROMA, E. O; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4ªed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

SILVA, C. D. **Fatores Econômicos E Sociais: Impacto No Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Municípios do Estado de São Paulo de 2005 A 2015**. 2017 151 p. Dissertação do Curso de Mestrado em Educação – Universidade Católica de Brasília, Brasília – DF, 2017.

SILVA, J. L. **A rotatividade docente numa escola da rede estadual de ensino**. Dissertação de Mestrado do Curso de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP. 2007.

SILVA, M. A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24 dez. 2019.

SOARES, J. F. et al. **Escola eficaz: um estudo de caso em três escolas da rede pública de ensino do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos; **REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, vol. 2, núm. 2, Julio/diciembre, 2004, pp. 83104

_____. Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 135-160, 2007.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Contextualização dos resultados das escolas de ensino fundamental. **Retratos da Escola**, v. 7, p. 145-158, 2013.

SOARES, J. F.; PEREIRA XAVIER, F. Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB. **Educação & Sociedade**, vol. 34, núm. 124, julio-septiembre, 2013, pp. 903-923 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87328534013.pdf>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

SOBREIRA, R.; CAMPOS, B. C. Investimento Público em educação fundamental e qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef. *In: Revista de Administração Pública*, v. 42, n.2, p. 327-347, 2008.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16. Jul/dez.2006. p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 05 abr. 2019.

SOUZA, G. N. de. **Gestão Democrática Escolar: Reflexões e Desafios (2004)**. Disponível em: http://www.cefort.ufam.edu.br/dialogica/files/no7/Vol07-04-Gestao_Democratica_Escolar_reflexoes_e_desafios.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

SOUZA, C. M. S. **O efeito do gasto público na qualidade da educação fundamental nas capitais brasileiras: um estudo baseado no Indicador de Qualidade Educacional Responsável (IQER)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE). Vitória, ES, 2016.

TEDESCO, A. L.; REBELATTO, D. M. B.; Qualidade social da educação: um debate em aberto. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. VIII, n. 16, p. 173-197, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/viewFile/1020/737>. Acessado em: 24 dez. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Relatório Técnico de Engenharia: Infraestrutura das unidades escolares públicas de ensino fundamental de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/IMG/2018/Relatorio%20Na%20Ponta%20Do%20Lapis%20DFM E.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2019.

TORCHE, P. *et al.* ¿Qué es "educación de calidad" para directores y docentes? **Calidad en la educación**, Santiago, n. 43, p. 103-135, dic. 2015. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-45652015000200004&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2019.

VALLE, I. R.; MIZUKI, G. E. P.; CASTRO, I. M. F. Democratizar, descentralizar, municipalizar: a expansão do ensino fundamental catarinense. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 187-212, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jul. 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 16ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

VIDAL, E. M; VIEIRA, S. L. Gestão Educacional e sua relação com os resultados do IDEB: Um estudo de caso em dez municípios cearenses. **Est. Aval. Educ. São Paulo**, v 22, n 50. p.419-434, set/dez 2011. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/1963/1939>. Acesso em 20 de jul. 2019.

XIMENES, S. B. **Direito à Qualidade na Educação Básica: teoria e crítica**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

WILLIAMS, T. P. The Downsides of Dominance: Education Quality Reforms and Rwanda's Political Settlement. In: HICKEY, S.; HOSSAIN, N. **The Politics of Education in Developing Countries: From Schooling to Learning**. First Edition. New York, USA. Oxford University Press, 2019. 256 páginas. Disponível em: <http://fdslive.oup.com/www.oup.com/academic/pdf/openaccess/9780198835684.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2019.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

_____, **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

ANEXO

Valor anual por aluno estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica (Art. 15, III, da Lei nº 11.494/2007) - R\$ 1,00															Estimativa de receita do FUNDEB (Art. 15, I, e II, da Lei nº 11.494/2007) R\$ mil	
UF	Creche	Pré	Fundamental				MEIO				Edu. Especial	EJA		Contribuição dos Estados e Municípios	Complementação de Total da Receita prevista no § 5º, art. 31, da Lei nº 11.494/2007	
			Série in-ur	Série in-ur	Série in-ur	Série in-ur	Tempo Integral	Urbano	Rural	Temp. Integ. Profissionais		Avaliação no processo	Integ. à Edu. Profissional			
AC	1.359,88	1.529,86	1.699,85	1.78,84	1.889,83	1.95,83	2.039,82	2.124,81	2.209,80	2.293,82	2.039,82	1.189,89	310.415,47	310.415,47		
AL	757,79	852,82	947,24	99,60	1.04,96	1.089,32	1.184,85	1.194,05	1.231,41	1.136,69	1.136,69	663,07	74.697,20	74.697,20	97.086,21	
AM	781,55	879,24	976,93	1.025,18	1.074,63	1.123,47	1.172,32	1.221,17	1.270,01	1.172,32	683,95	683,95	886.291,32	886.291,32		
AP	1.433,11	1.612,35	1.79,38	1.889,95	1.970,52	2.060,08	2.239,26	2.498,66	2.289,23	2.289,23	1.253,97	2.289.437,65	2.289.437,65			
BA	757,79	852,82	947,24	99,60	1.04,96	1.089,32	1.184,85	1.194,05	1.231,41	1.136,69	1.136,69	663,07	72.738,17	72.738,17	97.086,21	
CE	757,79	852,82	947,24	99,60	1.04,96	1.089,32	1.184,85	1.194,05	1.231,41	1.136,69	1.136,69	663,07	1.482.044,89	1.482.044,89	282.559,75	
GO	1.591,34	1.790,26	1.989,17	2.088,63	2.188,09	2.281,55	2.488,47	2.488,47	2.586,92	2.387,01	2.387,01	1.392,42	1.392,42	1.392,42	1.392,42	
ES	943,96	1.000,94	1.178,83	1.237,77	1.296,71	1.355,65	1.473,53	1.532,47	1.441,59	1.441,59	1.441,59	825,18	1.279.990,44	1.279.990,44	825,18	
MA	757,79	852,82	947,24	99,60	1.04,96	1.089,32	1.184,85	1.194,05	1.231,41	1.136,69	1.136,69	663,07	1.002.889,24	1.002.889,24	577.087,50	
MG	912,75	1.091,33	1.215,94	1.276,74	1.331,54	1.398,33	1.459,13	1.519,93	1.580,72	1.459,13	1.459,13	851,16	4.524.536,20	4.524.536,20	851,16	
MS	1.241,90	1.397,13	1.552,37	1.629,98	1.707,61	1.785,23	1.862,85	1.949,47	2.018,08	1.862,85	1.862,85	1.086,66	759.217,87	759.217,87	1.086,66	
MT	974,72	1.096,66	1.218,40	1.279,32	1.340,24	1.401,16	1.523,00	1.462,08	1.523,00	1.386,92	1.386,92	852,88	820.154,99	820.154,99	852,88	
PA	757,79	852,82	947,24	99,60	1.04,96	1.089,32	1.184,85	1.194,05	1.231,41	1.136,69	1.136,69	663,07	1.285.960,48	1.285.960,48	439.686,60	
PB	757,79	852,82	947,24	99,60	1.04,96	1.089,32	1.184,85	1.194,05	1.231,41	1.136,69	1.136,69	663,07	769.805,85	769.805,85	27.786,19	
PE	757,79	852,82	947,24	99,60	1.04,96	1.089,32	1.184,85	1.194,05	1.231,41	1.136,69	1.136,69	663,07	1.671.161,50	1.671.161,50	38.568,52	
PI	757,79	852,82	947,24	99,60	1.04,96	1.089,32	1.184,85	1.194,05	1.231,41	1.136,69	1.136,69	663,07	663.670,80	663.670,80	100.670,09	
PR	1.018,27	1.145,55	1.272,83	1.338,47	1.401,12	1.463,16	1.591,04	1.650,88	1.650,88	1.527,40	1.527,40	890,98	2.424.554,09	2.424.554,09		
RJ	992,88	1.117,10	1.241,23	1.303,29	1.365,35	1.427,41	1.551,53	1.689,47	1.613,59	1.613,59	1.489,47	888,86	3.074.422,42	3.074.422,42		
RN	963,25	1.083,65	1.230,06	1.284,26	1.348,46	1.388,67	1.585,07	1.442,87	1.555,37	1.585,27	1.444,87	842,84	788.377,33	788.377,33		
RO	1.081,50	1.216,69	1.351,87	1.419,47	1.487,06	1.556,66	1.689,84	1.622,25	1.757,44	1.622,25	1.475,44	946,31	481.973,24	481.973,24		
RR	1.658,40	1.847,28	2.242,86	2.287,42	2.373,51	2.481,40	2.687,99	2.559,99	2.862,39	2.457,59	2.457,59	1.433,60	2.199.444,78	2.199.444,78		
RS	1.129,80	1.413,20	1.574,75	1.653,49	1.732,23	1.810,85	1.898,44	1.988,44	2.041,18	2.041,18	1.889,70	1.889,70	2.889.534,15	2.889.534,15		
SC	1.112,61	1.251,69	1.300,77	1.403,30	1.529,84	1.599,38	1.738,46	1.688,92	1.738,46	1.800,00	1.800,00	1.688,92	973,54	973,54	1.688,92	
SE	1.005,99	1.131,06	1.256,74	1.319,57	1.382,41	1.445,25	1.570,92	1.508,08	1.570,92	1.633,76	1.633,76	1.508,08	1.508,08	1.508,08	1.508,08	
SP	1.147,60	1.611,16	1.845,75	1.939,84	2.003,33	2.123,82	2.207,10	2.244,91	2.299,48	2.299,48	2.241,91	2.241,91	12.380.095,18	12.380.095,18		
TO	1.162,33	1.330,12	1.519,02	1.580,22	1.655,46	1.730,71	1.881,21	1.713,50	1.871,39	1.921,29	1.713,50	1.713,50	1.034,54	1.034,54	406.670,69	
EST	1.038,12	1.167,88	1.230,39	1.291,54	1.353,43	1.414,95	1.537,98	1.622,66	1.688,94	1.688,94	1.587,18	908,35	45.341.049,28	45.341.049,28		
DF	1.456,41	1.673,40	1.830,52	1.917,91	2.002,57	2.093,98	2.275,65	2.184,82	2.256,87	2.256,87	2.184,82	1.274,36	1.274,36	1.274,36		
SP (0-6)	1.043,02	1.173,47	1.293,57	1.298,40	1.380,23	1.422,06	1.545,72	1.584,55	1.629,72	1.684,91	1.684,91	1.584,55	1.584,55	1.584,55	2.012.400,00	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	
															2.012.400,00	
															710.645,69	
															48.964.004,99	

		ANEXO I																Potência Interministerial nº 78, de 14 de agosto de 2009		Valor anual por aluno estimado, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - 2009				
		Valor anual por aluno estimado, por demais modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino de educação básica (Art. 15, III, da Lei nº 11.494/2007) - R\$ 1,00																Estimativa de Receitas FUNDEB 2009 (Art. 15, II, da Lei nº 11.494/2007) R\$ mil						
UF	CATEGORIA	EDUCAÇÃO INFANTIL				ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO				EDUCAÇÃO				INSTITUIÇÕES CONENADAS						
		CRECHE INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA URBANA	SÉRIAS INICIAIS RURAIS	SÉRIAS INICIAIS URBANAS	SÉRIAS FINAIS RURAIS	SÉRIAS FINAIS URBANAS	TEMPO INTEGRAL	URBANO	RURAL	TEMPO INTEGRAL	PROFISSIONAL	INTÉR	ESPECIAL	INTEGRAÇÃO QUILOMBOLA	AMPLIAÇÃO PROCESSO	INTÉR	CRECHE INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	PRÉ-ESCOLA URBANA		
AC	1.935,00	2.131,20	1.423,86	1.177,00	1.679,59	1.917,49	2.003,71	2.003,65	2.233,54	2.131,20	2.320,03	2.388,80	2.131,20	2.131,20	1.432,65	1.973,88	1.987,23	1.430,65	2.131,20	1.173,00	448.949,50	1.135.596,00		
AM	1.343,47	1.465,00	977,07	1.221,34	1.282,40	1.343,47	1.454,54	1.528,67	1.456,00	1.528,67	1.587,74	1.587,74	1.587,74	1.465,00	1.465,00	977,07	1.221,34	1.380,27	977,07	1.465,00	1.221,34	1.544.697,50	1.408.386,40	
AP	2.102,28	2.313,05	1.544,03	1.827,54	1.984,79	2.054,15	2.161,97	2.454,52	2.313,05	2.508,43	2.505,80	2.505,80	2.505,80	2.313,05	2.313,05	1.544,03	1.884,79	1.881,46	1.542,03	2.313,05	1.827,54	4.175.822,40	4.175.822,40	
BA	1.343,47	1.465,00	977,07	1.221,34	1.282,40	1.343,47	1.454,54	1.528,67	1.456,00	1.528,67	1.587,74	1.587,74	1.587,74	1.465,00	1.465,00	977,07	1.221,34	1.380,27	977,07	1.465,00	1.221,34	3.902.571,20	5.012.282,10	
CE	1.343,47	1.465,00	977,07	1.221,34	1.282,40	1.343,47	1.454,54	1.528,67	1.456,00	1.528,67	1.587,74	1.587,74	1.587,74	1.465,00	1.465,00	977,07	1.221,34	1.380,27	977,07	1.465,00	1.221,34	2.157.564,50	660.213,00	
DF	1.878,11	2.048,55	1.305,00	1.107,38	1.696,65	1.960,09	2.054,50	2.110,53	2.303,03	2.048,55	2.134,22	2.219,59	2.219,59	2.048,55	2.048,55	1.305,00	1.594,86	1.602,01	1.305,00	2.048,55	1.107,38	906.549,70	906.549,70	
ES	2.398,27	2.561,75	1.107,63	2.134,79	2.134,79	2.341,53	2.398,27	2.468,01	2.601,75	2.608,49	2.715,23	2.715,23	2.715,23	2.561,75	2.561,75	1.107,63	2.134,79	2.038,65	1.107,63	2.561,75	2.134,79	1.733.945,60	-	
GO	1.790,20	1.790,58	1.171,05	1.483,62	1.483,62	1.537,01	1.610,20	1.683,39	1.630,77	1.790,58	1.820,77	1.820,77	1.820,77	1.790,58	1.790,58	1.171,05	1.483,62	1.380,63	1.171,05	1.790,58	1.483,62	1.821.455,50	1.821.455,50	
MA	1.343,47	1.465,00	977,07	1.221,34	1.282,40	1.343,47	1.454,54	1.528,67	1.456,00	1.528,67	1.587,74	1.587,74	1.587,74	1.465,00	1.465,00	977,07	1.221,34	1.380,27	977,07	1.465,00	1.221,34	1.544.697,50	1.408.386,40	
MT	1.638,06	2.033,06	1.335,07	1.465,07	1.606,07	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.638,06	1.638,06	1.335,07	1.465,07	1.584,71	1.477,86	2.033,06	1.465,07	1.388.666,50	1.388.666,50	
MS	2.031,77	2.184,47	1.477,86	1.847,08	1.939,43	2.031,77	2.134,12	2.318,53	2.218,47	2.318,53	2.401,18	2.401,18	2.401,18	2.031,77	2.031,77	1.477,86	1.847,08	1.784,71	1.477,86	2.218,47	1.847,08	1.188.072,00	-	
MT	1.638,06	2.033,06	1.335,07	1.465,07	1.606,07	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.699,47	1.638,06	1.638,06	1.335,07	1.465,07	1.584,71	1.477,86	2.033,06	1.465,07	1.388.666,50	1.388.666,50	
PA	1.343,47	1.465,00	977,07	1.221,34	1.282,40	1.343,47	1.454,54	1.528,67	1.456,00	1.528,67	1.587,74	1.587,74	1.587,74	1.465,00	1.465,00	977,07	1.221,34	1.380,27	977,07	1.465,00	1.221,34	1.138.460,40	1.092.244,90	
PB	1.343,47	1.465,00	977,07	1.221,34	1.282,40	1.343,47	1.454,54	1.528,67	1.456,00	1.528,67	1.587,74	1.587,74	1.587,74	1.465,00	1.465,00	977,07	1.221,34	1.380,27	977,07	1.465,00	1.221,34	1.138.460,40	1.138.460,40	
PE	1.343,47	1.465,00	977,07	1.221,34	1.282,40	1.343,47	1.454,54	1.528,67	1.456,00	1.528,67	1.587,74	1.587,74	1.587,74	1.465,00	1.465,00	977,07	1.221,34	1.380,27	977,07	1.465,00	1.221,34	2.395.697,10	2.395.697,10	
PI	1.343,47	1.465,00	977,07	1.221,34	1.282,40	1.343,47	1.454,54	1.528,67	1.456,00	1.528,67	1.587,74	1.587,74	1.587,74	1.465,00	1.465,00	977,07	1.221,34	1.380,27	977,07	1.465,00	1.221,34	924.550,20	264.113,50	
PR	1.624,65	1.665,28	1.108,84	1.388,05	1.413,79	1.467,11	1.539,67	1.602,57	1.745,95	1.665,28	1.720,07	1.788,87	1.788,87	1.624,65	1.624,65	1.108,84	1.388,05	1.307,25	1.108,84	1.665,28	1.108,84	3.802.728,00	-	
RJ	1.613,69	1.691,27	1.100,85	1.378,05	1.444,68	1.513,69	1.582,57	1.745,95	1.691,27	1.720,07	1.788,87	1.788,87	1.788,87	1.613,69	1.613,69	1.100,85	1.378,05	1.307,25	1.100,85	1.691,27	1.378,05	4.458.265,00	4.458.265,00	
RN	1.343,47	1.465,00	977,07	1.221,34	1.282,40	1.343,47	1.454,54	1.528,67	1.456,00	1.528,67	1.587,74	1.587,74	1.587,74	1.465,00	1.465,00	977,07	1.221,34	1.380,27	977,07	1.465,00	1.221,34	1.138.460,40	1.138.460,40	
RO	1.600,48	1.844,16	1.232,44	1.538,50	1.600,48	1.767,25	1.871,00	1.844,16	1.871,00	1.844,16	1.957,54	1.957,54	1.957,54	1.600,48	1.600,48	1.232,44	1.538,50	1.459,26	1.232,44	1.844,16	1.538,50	603.255,20	-	
RR	2.094,50	2.830,38	1.488,91	2.358,64	2.603,81	2.603,81	2.744,44	3.015,61	2.830,38	2.848,30	3.006,23	3.006,23	3.006,23	2.094,50	2.094,50	1.488,91	2.358,64	2.501,33	2.407,11	2.830,38	2.358,64	3.155.029,20	-	
RS	1.794,83	2.171,77	1.447,65	1.808,81	1.900,50	1.900,50	2.061,79	2.282,28	2.171,77	2.282,28	2.392,75	2.392,75	2.392,75	1.794,83	1.794,83	1.447,65	1.808,81	1.719,32	1.447,65	2.171,77	1.808,81	4.158.268,80	-	
SC	1.594,28	1.905,57	1.283,51	1.604,39	1.684,61	1.794,83	1.845,65	2.005,49	1.825,57	2.005,49	2.085,71	2.085,71	2.085,71	1.594,28	1.594,28	1.283,51	1.604,39	1.534,17	1.283,51	1.905,57	1.604,39	2.277.915,60	2.277.915,60	
SE	1.654,28	1.905,57	1.283,51	1.604,39	1.684,61	1.794,83	1.845,65	2.005,49	1.825,57	2.005,49	2.085,71	2.085,71	2.085,71	1.654,28	1.654,28	1.283,51	1.604,39	1.534,17	1.283,51	1.905,57	1.604,39	790.088,60	-	
SP	2.161,32	2.357,80	1.571,87	1.994,94	2.027,61	2.161,32	2.287,12	2.463,00	2.357,80	2.463,00	2.554,29	2.554,29	2.554,29	2.161,32	2.161,32	1.571,87	1.994,94	1.866,59	1.571,87	2.357,80	1.994,94	18.524.055,30	18.524.055,30	
TO	1.008,15	2.081,92	1.387,75	1.734,88	1.821,42	1.908,15	1.994,89	2.183,35	2.081,92	2.183,35	2.255,09	2.255,09	2.255,09	1.008,15	1.008,15	1.387,75	1.734,88	1.697,95	1.387,75	2.081,92	1.734,88	718.696,20	721.008,20	
BR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67.828.853,20	5.070.150,00

ANEXO 1
Portaria Interministerial nº 1.721, de 07 de novembro de 2011

Valor anual por aluno estimado, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de recda do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - 2011

UNIDADE		ENSINO FUNDAMENTAL										ENSINO MÉDIO										ENSINO SUPERIOR										ENSINO TÉCNICO										ENSINO PROFISSIONAL										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR										ENSINO SUPERIOR</									
---------	--	--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ANEXO I
Portaria Interministerial nº 08, de 05 de novembro de 2015
Vínculo anual por plano estimado, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de recibo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - 2015

[illegible]

ANEXO I
Portaria Interministerial nº 8, de 29 de novembro de 2017
Valor anual por aluno estimado, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - 2017

EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL					ENSINO MÉDIO		EDUCAÇÃO		EJA		EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA		Estimativa de Receitas FUNDEB 2017 (Art. 15, I, e II, da Lei nº 11.494/2007)	
UF	PRE-ESCOLA INTEGRAL	CRECHE ESCOLA PARCIAL	PRÉ-ESCOLA INICIAL URBANA	PRÉ-ESCOLA INICIAL RURAL	PRÉ-ESCOLA INICIAL URBANA	PRÉ-ESCOLA INICIAL RURAL	TEMPO URBANO	TEMPO RURAL	INTEG. PROFS. SOCIAL	AV. INIC. / PROCS. PROFS. SOCIAL	CRECHE ESCOLA PARCIAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	ENSINO MÉDIO URBANO	ENSINO MÉDIO RURAL	EJA / INIC. PROFS. DE MÉD.	CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	TOTAL DA RECEITA ESTIMADA
AC	4.100,04	4.100,04	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50	3.198,50
AM	3.804,53	3.804,53	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50
AP	4.581,77	4.581,77	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44	3.524,44
BA	3.804,53	3.804,53	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50
CE	4.298,03	4.298,03	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25
DF	4.298,03	4.298,03	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25
ES	3.798,48	3.798,48	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00	2.918,00
GO	4.338,62	4.338,62	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09	3.338,09
MA	3.804,53	3.804,53	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50
MG	4.217,48	4.217,48	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10
MS	4.217,48	4.217,48	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10	3.244,10
MT	4.140,90	4.140,90	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35	3.188,35
PA	3.804,53	3.804,53	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50
PR	3.804,53	3.804,53	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50
PE	3.804,53	3.804,53	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50
PI	3.804,53	3.804,53	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50	2.928,50
RJ	4.298,03	4.298,03	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25
RN	4.298,03	4.298,03	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25
RR	5.092,56	5.092,56	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59	4.068,59
RS	5.173,97	5.173,97	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88	3.979,88
SC	4.780,00	4.780,00	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54	3.881,54
SE	4.298,03	4.298,03	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25	3.280,25
SP	4.441,00	4.441,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00
TO	4.898,11	4.898,11	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03
BR	4.898,11	4.898,11	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03	3.817,03

(*) Valor do total anual (art. 4º, § 2º, da Lei nº 11.494/2007)



ANEXO

Portaria Interministerial nº 04, de 07 de maio de 2013

Valor anual por aluno estimado, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - 2013

[illegible]

**APÊNDICE B – ANÁLISE DE NOTAS DO Ideb EM CARATINGA PERÍODO ENTRE
2007 A 2017 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARATINGA**

ANÁLISE DE NOTAS DO IDEB EM CARATINGA PERÍODO 2007 A 2017									
ESCOLA	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	LOCALIZAÇÃO	
EM BEZERRA DE MENEZES	4,1	3,4	5,3	6,5	5,8	6	7	LIMOEIRO	
EM NOSSA SENHORA DO CARMO UNID I		3,9	6,5	6,2	-	-	6,6	ESPLANADA	
EM PE ANTONIO BATISTA DE CARVALHO	-	3,5	5,7	5,6	-	-	6,5	DOM LARA	
PEM GERALDO MARQUES CEVIDANES	-	-	-	5,5	-	6,2	6,4	SALATIEL	
EM SEBASTIÃO CLEMENTE VIEIRA	-	3,2	5,6	-	-	-	6,3	DOM MODESTO	
EM DR. MANINHO UNID I	4	3,4	4,4	5,1	5,4	5,7	6,3	ZACARIAS	
EM CRISPIM DE AQUINO	3,6	3,6	4,5	6,2	5,8	5,8	6,3	SAPUCAIA	
EM DONA GLORINHA ROCHA ABELHA I	5,3	4,9	6,6	6,3	6,5	6,8	6,2	CENTRO	
EM SEBASTIÃO DOS SANTOS ROSA UNID I	-	4,5	6,1	6,1	6,2	6	6,2	CENTRO	
EM PROFA CONCEIÇÃO M. DA SILVA I		3,1	4,2	5,2	5,8	5,2	5,7	CENTRO	
EM PROFA MARIA DO CARMO RIBEIRO UNID I		2,9	4,4	5,2	5,4	5,5	5,5	ESPERANÇA	
EM BARQUINHO AMARELO I	3,3	3,6	5,2	5,6	5,1	5,3	5,4	SANTA CRUZ	
EM LUIZ ANTÔNIO BASTOS	-	-	-	-	3,3	4,3	4,8	SANTA CRUZ	
MÉDIA IDEB ALCANÇADA	3,9	3,6	5,3	5,8	5,4	5,7	6		
META IDEB PROJETADA	-	4	4,3	4,8	5	5,3	5,6		

ANEXO A: PLANILHA DE VARIÁVEIS INTERNAS E EXTERNAS UTILIZADAS PARA IMPORTAÇÃO PARA O GRETL®

ESCOLA	ANO	IDEB	PPC	IDHM	DCSU	IRD	IND INFRA	FUNDEB ALUNO/ANO
1	2007	3,4	7329,58	0,606	100	1,8	42,85	805,28
1	2009	5,3	8066,72	0,606	100	2,1	42,85	1.062,85
1	2011	6,5	12426,38	0,706	100	2,3	42,85	1.570,15
1	2013	5,8	13221	0,706	90,9	1,8	42,85	1.824,23
1	2015	6	15374,08	0,706	91,7	2,1	42,85	2.314,21
1	2017	7	17516,07	0,706	91,7	2,3	42,85	2.927,72
2	2007	3,9	7329,58	0,606	56,8	1,6	35,71	805,28
2	2009	6,5	8066,72	0,606	64,1	1,6	35,71	1.062,85
2	2011	6,2	12426,38	0,706	71,4	1,6	35,71	1.570,15
2	2013	6,333333333	13221	0,706	77,8	1,6	35,71	1.824,23
2	2015	6,466666667	15374,08	0,706	75	2,3	35,71	2.314,21
2	2017	6,6	17516,07	0,706	93,3	2,1	35,71	2.927,72
3	2007	3,5	7329,58	0,606	66,7	2,3	28,57	805,28
3	2009	5,7	8066,72	0,606	66,7	2,3	28,57	1.062,85
3	2011	5,6	12426,38	0,706	66,7	2,3	28,57	1.570,15
3	2013	5,9	13221	0,706	80	2,3	28,57	1.824,23
3	2015	6,2	15374,08	0,706	100	2,6	28,57	2.314,21
3	2017	6,5	17516,07	0,706	100	2,2	28,57	2.927,72
4	2007	5,396184341	7329,58	0,606	60	2,5	28,57	805,28
4	2009	5,448092171	8066,72	0,606	60	2,5	28,57	1.062,85
4	2011	5,5	12426,38	0,706	60	2,5	28,57	1.570,15
4	2013	5,85	13221	0,706	66,7	2,5	28,57	1.824,23
4	2015	6,2	15374,08	0,706	81,8	2,6	28,57	2.314,21
4	2017	6,4	17516,07	0,706	100	2,1	28,57	2.927,72
5	2007	3,2	7329,58	0,606	80	2,6	28,57	805,28
5	2009	5,6	8066,72	0,606	80	2,6	28,57	1.062,85
5	2011	5,775	12426,38	0,706	80	2,6	28,57	1.570,15
5	2013	5,95	13221	0,706	100	2,6	28,57	1.824,23
5	2015	6,125	15374,08	0,706	100	2,1	28,57	2.314,21
5	2017	6,3	17516,07	0,706	75	1,9	28,57	2.927,72
6	2007	3,4	7329,58	0,606	50	1,6	57,14	805,28
6	2009	4,4	8066,72	0,606	50	1,6	57,14	1.062,85

6	2011	5,1	12426,38	0,706	50	1,6	57,14	1.570,15
6	2013	5,4	13221	0,706	80	1,6	57,14	1.824,23
6	2015	5,7	15374,08	0,706	83,3	2,1	57,14	2.314,21
6	2017	6,3	17516,07	0,706	83,3	2	57,14	2.927,72
7	2007	3,6	7329,58	0,606	77,8	2,7	57,14	805,28
7	2009	4,5	8066,72	0,606	77,8	2,7	57,14	1.062,85
7	2011	6,2	12426,38	0,706	77,8	2,7	57,14	1.570,15
7	2013	5,8	13221	0,706	71,4	2,7	57,14	1.824,23
7	2015	5,8	15374,08	0,706	88,9	2,9	57,14	2.314,21
7	2017	6,3	17516,07	0,706	100	2,9	57,14	2.927,72
8	2007	4,9	7329,58	0,606	80	2,2	7,6923	805,28
8	2009	6,6	8066,72	0,606	80	2,2	7,6923	1.062,85
8	2011	6,3	12426,38	0,706	80	2,2	7,6923	1.570,15
8	2013	6,5	13221	0,706	92,3	2,2	7,6923	1.824,23
8	2015	6,8	15374,08	0,706	93,8	2,3	7,6923	2.314,21
8	2017	6,2	17516,07	0,706	100	2,3	7,6923	2.927,72
9	2007	4,5	7329,58	0,606	100	1,2	7,691	805,28
9	2009	6,1	8066,72	0,606	100	1,2	7,691	1.062,85
9	2011	6,1	12426,38	0,706	100	1,2	7,691	1.570,15
9	2013	6,2	13221	0,706	80	1,2	7,691	1.824,23
9	2015	6	15374,08	0,706	66,7	2,1	7,691	2.314,21
9	2017	6,2	17516,07	0,706	83,3	2,5	7,691	2.927,72
10	2007	3,1	7329,58	0,606	85,7	2,4	7,6928	805,28
10	2009	4,2	8066,72	0,606	85,7	2,4	7,6928	1.062,85
10	2011	5,2	12426,38	0,706	85,7	2,4	7,6928	1.570,15
10	2013	5,8	13221	0,706	83,3	2,4	7,6928	1.824,23
10	2015	5,2	15374,08	0,706	71,4	3,3	7,6928	2.314,21
10	2017	5,7	17516,07	0,706	100	3	7,6928	2.927,72
11	2007	2,9	7329,58	0,606	100	2,1	7,6928	805,28
11	2009	4,4	8066,72	0,606	100	2,1	7,6928	1.062,85
11	2011	5,2	12426,38	0,706	100	2,1	7,6928	1.570,15
11	2013	5,4	13221	0,706	87,5	2,1	7,6928	1.824,23
11	2015	5,5	15374,08	0,706	71,4	2,1	7,6928	2.314,21

11	2017	5,5	17516,07	0,706	91,7	2,2	7,6928	2.927,72
12	2007	3,6	7329,58	0,606	55	1,9	7,6928	805,28
12	2009	5,2	8066,72	0,606	55	1,9	7,6928	1.062,85
12	2011	5,6	12426,38	0,706	55	1,9	7,6928	1.570,15
12	2013	5,1	13221	0,706	68,2	1,9	7,6928	1.824,23
12	2015	5,3	15374,08	0,706	89,5	2,4	7,6928	2.314,21
12	2017	5,4	17516,07	0,706	95	2,5	7,6928	2.927,72
13	2007	2,671035941	7329,58	0,606	80	1,9	7,6928	805,28
13	2009	2,974066244	8066,72	0,606	80	1,9	7,6928	1.062,85
13	2011	3,090345314	12426,38	0,706	80	1,9	7,6928	1.570,15
13	2013	3,3	13221	0,706	80	1,9	7,6928	1.824,23
13	2015	4,3	15374,08	0,706	88,9	1,9	7,6928	2.314,21
13	2017	4,8	17516,07	0,706	100	1,9	7,6928	2.927,72

LEGENDA:

PPC= PIB PER CAPTA

IDHM: INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

DCSU= DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR

IRD= INDICE DE REGULARIDADE DOCENTE

IND INFRA= INDICADOR DE INFRAESTRUTURA

FUNDEB ALUNO/ANO= VALOR DO FUNDEB ALUNO/ANO

**ANEXO B: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS VISITAS *IN LOCO* NAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE CARATINGA – MG.**

**Foto 1: Fachada da Escola Municipal Bezerra de Menezes,
Bairro Limoeiro.**



**Foto 2: Fachada da Escola Municipal Nossa Senhora
do Carmo Unidade I, Bairro Esplanada.**



Foto 3: Escola Municipal Padre Antônio Batista de Carvalho, Distrito de Dom Lara.



Foto 4: Pré-Escolar Municipal Geraldo Marques Cevidanes, Centro.



**Foto 5: Escola Municipal Sebastião
Clemente Vieira, Distrito de Dom
Modesto**



**Foto 6: Interior da Escola Sebastião Clemente Vieira,
Distrito de Dom Modesto.**



Foto 7: Escola Municipal Dr. Maninho, Bairro Zacarias.



Foto 8: Escola Municipal Crispim de Aquino, Distrito de Sapucaia



Foto 9: Escola Municipal Dona Glorinha Rocha Abelha, Centro.



Foto 10: Escola Municipal Sebastiao dos Santos Rosa, Distrito de Santa Efigênia.



**Foto 11: Escola Municipal Professora Conceição Martins da Silva,
Distrito de Cordeiro de Minas.**



**Foto 12: Escola Municipal Professora Maria do Carmo Ribeiro,
Bairro Esperança.**



Foto 13: Escola Municipal Barquinho Amarelo, Bairro Santa Cruz



Foto 14: Escola Municipal Luiz Antônio Bastos Cortes, Bairro Santa Cruz.

